

EDITAL

CONCORRÊNCIA NA FORMA ELETRÔNICA Nº 90010/2026/SMCL/PVH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [002.000459/2026-31](#)

AVISO AOS INTERESSADOS

Recomendamos aos **LICITANTES** a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

CONTATOS:

concorrencia.sml@gmail.com

e-mail:

**TELEFONES: EQUIPE RESPONSÁVEL
PELA CONDUÇÃO DO CERTAME_- EQUIPE**
04 (69) 3901-6270; OU (69) 3901-6269; OU
(69) 3901-6272.

PORTO VELHO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO LICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL: (UASG: 925172)

CONCORRÊNCIA NA FORMA ELETRÔNICA Nº 90010/2026/SMCL/PVH - LICITAÇÃO ABERTA, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 002.000459/2026-31

OBJETO: Contratação semi-integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme proposta nº 11155.7650001/25-021, para atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Anexo I deste Edital, as quais deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.787.191,24 (Três milhões, setecentos e oitenta e sete mil e cento e noventa e um reais e vinte quatro centavos).

LANCE MÍNIMO: R\$ 100,00 (Cem Reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 22 de JULHO de 2026 às 10 h 00 min. (horário de Brasília)

O prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, será condicionado ao artigo 55 da Lei de licitações n. 14.133/2021.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: [MENOR PREÇO GLOBAL]

MODO DE DISPUTA: [ABERTO]

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos: www.portovelho.ro.gov.br e <https://www.gov.br/compras>.

Contato: e-mail: concorrencia.sml@gmail.com

Porto Velho, 27 de MAIO 2026.

TAIANE DO CARMO

AGENTE/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

1. DAS DISPOSIÇÕES DO PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ N. 05.903.125/0001-45 **ATRAVÉS da SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL**, constituída conforme dispõe a Lei Complementar nº 1.000, de 7 de janeiro de 2025, regulamentada pelo DECRETO Nº 21.133, DE 03 DE JULHO DE 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia ANO XVI | Nº 4014a - Edição Extraordinária, sediada no endereço na Rua México, nº 2331, Bairro Nova Porto CEP: 76.820-152; Porto Velho – RO, **torna público que se encontra autorizada a realização da LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, regime de execução contratação semi-integrada.** O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na **Lei n. 14.133 de 1 de abril de 2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023**, publicada no DOM Nº 3444, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências e **Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações**, e demais normas regulamentares estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br; <https://www.portovelho.ro.gov.br/> na aba de licitações.

1.3. Esta Licitação se encontra formalizada e autorizada por meio do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002.000459/2026-31** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no **Art. 5º da Lei 14.133/2021**. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

1.4. A sessão inaugural desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

CÓDIGO UASG:	925172
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:	EQUIPE 04
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	28/05/2026 às 08h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	22/07/2026 às 09h30min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	22/07/2026 às 10h00min. (horário de Brasília).

1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) AGENTE/COMISSÃO de Contratação (a) em contrário.

1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília-DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.7. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>, onde permanecerão

disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. Contratação semi- integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura** do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme proposta nº 11155.7650001/25-021.

2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS: Disponíveis no Projeto Básico anexo deste Edital;

2.2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema e as especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.3. DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

2.3.1. Disponíveis no Projeto Básico/Termo de Referência anexo deste Edital o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente;

2.3.2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO;

2.3.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço;

b) DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA, A EMPRESA CONTRATADA OBEDECERÁ AOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES DETALHADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO VIGENTES.

c) Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o consentimento escrito do Membro e/ou Comissão Fiscalizadora da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

2.4. Cronograma de realização dos serviços: Disponíveis no Projeto Básico/Termo de Referência anexo deste.

2.5. LOCAL DA OBRA:

a) Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Governador Eduardo Campos e rua Satélite, sem número no bairro Planalto.

2.6. CREDENCIAMENTO

2.6.1. A Comissão de Contratação considera como representante legal da proponente, quando presente na Sessão de Abertura, aquele que estiver munido de sua Cédula de Identidade e CPF, acompanhado de documento que comprove a condição de integrante da Constituição Social ou Procurador, que deverá apresentar, além da Cédula de Identidade e CPF, com os documentos comprobatórios para que conste no processo para acompanhar a sessão eletrônica.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta **CONCORRÊNCIA** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não poderão disputar esta LICITAÇÃO: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio; conforme justificativa constante no subitem **5.8.1** do Termo de Referência (id.0919834).

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.12. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.5. O impedimento de que trata o **item 3.4.4.**, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.4. e 3.4.5.**, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos **itens 3.4.4 e 3.4.5** neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o **item 3.4.11**, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. É vedado a qualquer interessado participar de licitação na qualidade, simultaneamente, de simples proponente e de integrante de consórcio assim como de integrante de dois ou mais consórcios.

3.12. Em tempo, será analisado também:

3.12.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com Prefeitura de Porto Velho/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n.10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

3.12.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.87,IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

3.12.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

3.12.4. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

4. PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião de participação neste certame, e em conformidade com o que dispõe a Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 10** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, ficando a mesma subordinada aos seguintes procedimentos, obrigatoriamente:

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a **critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

4.1.2. A não-regularização da documentação, dentro do prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato;

4.1.3. DOS BENEFÍCIOS DA LEI FEDERAL N. 123/2006, para fins de participação nesta Licitação: ITENS cujos valores somados extrapolem a receita anual bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresas de Pequeno Porte – EPP (R\$ 4.800.000,00), aplica-se a regra da Lei n. 14.133/2021, sendo eles destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA em conformidade com artigo 4º, da Lei n. 14.133/2021;**

4.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar de licitações que ultrapassem o valor estimado de R\$ 4.800.000,00 competindo de forma igual com as outras empresas sem a aplicação do Benefício presente na Lei Complementar Nº 123/2006.

4.1.5. A obtenção de benefícios a que se refere o item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o Agente de Contratação se for o caso exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

4.2. Do benefício as MICROEMPRESAS e as EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

4.2.1. Dos empates:

4.2.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte **sejam iguais ou até 10% (dez por cento)** superiores à proposta mais bem classificada nesta Licitação;

4.2.3. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

4.2.4. Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.2.5. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

4.2.6. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

4.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

4.3.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.3.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

4.3.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.3.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

4.3.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.3.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.3.5.2. Empresas brasileiras;

4.3.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.3.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

4.5. Nos casos em que o sistema Comprasnet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, conforme [Instrução Normativa \(IN\) nº 79, de 12 de setembro de 2024](#).

4.5.1. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os subitens, proceder-se-á **sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público**, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. (Redação dada pela IN nº 79, de 2024).

4.6. Na hipótese do “sorteio” a sessão pública será efetuada de forma seguinte, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial indicado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL**, sendo observado os procedimentos, a saber:

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);
- b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 4.6;
- c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;
- d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL**;
- e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais indicados pela SMCL ou no Youtube ou outra plataforma de streaming; os endereços serão informados no chat pelo Agente/Pregoeiro.
- f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

5.2. Os preços unitários e totais referidos no **item anterior**, deverão, evidentemente, estar compatíveis aos de mercado, estimados pela Administração;

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARÁ**, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição**;

6.2.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos **incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal**;

6.2.4. Que cumprirá as exigências de reserva de cargos para **Pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.2.5. Que cumprirá as exigências de reserva de cargos para **Jovem aprendiz**, a que está obrigada (artigo. 429 e seguintes da CLT), exigindo-lhe, por ocasião da celebração do contrato, a apresentação de declaração a respeito.

6.2.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos **§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

6.2.7. A falsidade da declaração de que trata o **item 6.2** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.6.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.6.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.6.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.6.4. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.6.5. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.6.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **6.6.3** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.6.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus de corrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.6.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor total do item por empreitada por valor global;

b) E enviará proposta formal assinada via sistema contendo: valor dos preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando a

Planilha Orçamentaria, anexa deste Edital por meio do ETP – Estudo Técnico Preliminar.

c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência/Projeto Básico;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.9.

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Da abertura da SESSÃO:

8.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo Agente/Comissão de Contratação, dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando, for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.1.3. A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.1.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.1.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.1.7. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência desta concorrência, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

8.1.8. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente/Comissão de Contratação/comissão e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.1.9. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

8.2. Da classificação das propostas:

8.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada da Comissão/Agente de Contratação. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

8.2.4. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances

8.3. Da formulação de Lances:

8.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado no registro de cada lance.

8.3.2. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

8.3.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 100,00 (Cem Reais);

8.3.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.3.5. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.3.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.3.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.3.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.3.9. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente/Comissão de

Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.3.9.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.3.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.3.11. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.3.12. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.3.12.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

8.3.12.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CONTRATANTE;

8.3.13. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Comissão no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3.14. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da concorrência será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras>.

8.3.15. O agente de contratação quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2. O agente de contratação iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no chat durante a sessão.

9.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

10.1. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **4 (QUATRO) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.1.2. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Agente de Contratação, deverá obedecer às condições previstas no item 5 e subitens deste Edital.

10.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS(QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO (excel, word, Zip, doc, docx, JPGouPDF), TENDO EM VISTA QUE HÁ APENAS UM CAMPO DE INSERÇÃO;

10.2.2. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa.

10.2.3. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

10.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.5. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Comissão suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir como exigido, a comissão, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

10.8. Das correções admissíveis;

10.8.1. Nos casos em que o Agente de Contratação constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

10.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

10.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Agente de Contratação procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta;

10.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Agente de Contratação/Comissão que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

11. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** ([Lei Federal nº 12.846/2013](#));

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**;

c) Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho - **SISCAF**;

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

e) Consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 41, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

11.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

11.1.2.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os a Legislação de licitação.

11.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.5. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

11.5.1. Contiver vícios insanáveis;

11.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto básico;

11.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

11.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

11.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

11.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

11.7.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

11.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.12.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.13. É vedado à proponente incluir na Planilha Orçamentária:

11.13.1. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, ou Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art.6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

11.13.2. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da INSEGES/MP n.º5/2017);

11.13.3. Rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

11.13.4. Rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara enº 953/2016-Plenário);

11.13.5. Rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

11.14. O licitante deverá apresentar, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas. (modelo próprio).

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. A documentação de habilitação das Licitantes poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento de Fornecedores – **SICAF** e/ou pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho - **SISCAF, NOS DOCUMENTOS POR ELES ABRANGIDOS**, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.1.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF** ou **SISCAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.1.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a **consulta aos sítios eletrônicos** oficiais emissores de certidões feita pelo Agente/Comissão de Contratação (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.1.4. Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Agente/Comissão de Contratação (a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão incluídos aos autos.

12.1.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021**).

12.1.6. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (modelo próprio).

12.1.7. Será verificado se o licitante cumprirá a **cota de aprendiz** a que está obrigada (artigo. 429 e seguintes da CLT), exigindo-lhe, por ocasião da celebração do contrato, a apresentação de declaração a respeito.

12.1.8. Será exigida do licitante declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

12.1.9. Será exigida do licitante **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO** nos termos do Art. 14, IV, da Lei n. 14.133/2021.

12.2. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Deverá apresentar:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei 123/06 e alterações;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; (caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei).

12.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão negativa de débitos ou “certidão positiva com efeito de negativo” relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais ou “certidão positiva com efeito de negativo”, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais ou “certidão positiva com efeito de negativo”, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de certidão negativa ou “**certidão positiva com efeito de negativo**” fornecida pelo órgão competente, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

12.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

12.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.4.3. No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também **técnico em contabilidade, contador ou outro profissional**, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei, devidamente registrado/autenticado pelo órgão competente.

12.4.4. Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

12.4.5. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES NACIONAL, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, assinado por **Contador ou Técnico em contabilidade**, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

12.4.6. O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

12.4.7. As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura **devidamente registrado pelo órgão competente**.

12.4.8. Os documentos referidos **item 12.4.2** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.4.9. As empresas obrigadas a escrituração pelo SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- SPED, submetida a Instrução Normativa DNRC nº 107/08, deverão apresentar:

a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);

b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);

c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);

d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

12.4.10. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

12.4.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar resultados igual ou maior a 1 (um), em todos dos índices elencados no item 12.4.10 deste edital, e deverá ainda, comprovar patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento), do montante da contratação.

12.5. AS EXIGÊNCIAS RELATIVAS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DA VISTORIA TÉCNICA estão estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 258 - SMCL-DGC (id.0919834)** no **ITEM 9.7. ANEXO I** deste EDITAL DE CONCORRÊNCIA e seus subitens, os quais deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes para sua respectiva habilitação no certame.

13. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

13.1. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

13.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

13.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

13.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

13.6.1. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

13.6.2. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Será convocado a apresentar a documentação de habilitação apenas o licitante vencedor, **no prazo de no MÍNIMO, QUATRO HORAS;**

14.1.1. É facultado ao Agente prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

14.2. A convocação ocorrerá exclusivamente pelo **SISTEMA**, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no **item 10** deste edital.

14.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de **HABILITAÇÃO e PROPOSTA FINAL** pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Agente de Contratação (a) o declarará vencedor.

14.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

14.5. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

14.5.1. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto.

15. DESPESA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas com o objeto desta contratação serão custeadas com recursos oriundos da seguinte Dotação Orçamentária, Programa de Trabalho e Elemento de Despesas, também explicitados e constantes da respectiva Nota de Empenho:

Projeto/Atividade: 08.31.10.302.329.1.518 - Construção, ampliação, reforma e aquisição de bens imóveis

Fonte de Recursos: 1600.0000.0000.0000 - Transferências fundo a fundo SUS – Governo Federal (Bloco); 1601.0000.0000.0000 - Transferências fundo a fundo SUS – Governo Federal (Bloco)

Elemento de Despesa: 4.4.90.51- Obras e instalações.

16. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

16.1. Em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o **pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

16.2. Os pedidos de **esclarecimentos e impugnações**, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, deverão ser de forma eletrônica direcionado ao Agente de Contratação/Pregoeiro, devendo o licitante mencionar o número da Concorrência, o ano e o número do processo licitatório.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento e solicitação de vistas ao processo eletrônico correspondente a licitação, deverão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte e-mail:* concorrenciasml@gmail.com;

16.4. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro (a), receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital e anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

16.4.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Em conformidade com o Art. 165. dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I. Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação;

e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II – a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

17.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

17.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

17.4. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

17.5. O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

17.6. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DA “ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO”

18.1. Em conformidade com o artigo 71 da Lei 14.133/2021:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2. É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em **sítio eletrônico oficial** do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim. (§ 2º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

18.3. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio do Município os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos. (§ 3º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

18.4. A divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação. (Artigo 94, Lei nº 14.133/2021).

18.5. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

18.6. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.7. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.8. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

18.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

18.10. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

18.11. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

19.1. Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas na Minuta de Contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:

19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente/a durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 19.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 19.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 19.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra quando for o caso;
- 19.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 19.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 19.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 19.1.5.** Fraudar a licitação;
- 19.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 19.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 19.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 19.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 19.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 19.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 19.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 19.2.1.** Advertência;
- 19.2.2.** Multa;
- 19.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;
- 19.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 19.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.
- 19.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 19.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 19.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 19.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 19.1.1., 19.1.2. e 19.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. **19.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 19.1.4., 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7. e 19.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 19.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 19.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1., 19.1.2. e 19.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4., 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7. e 19.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1., 19.1.2. e 19.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

20.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO estão estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – ANEXO I deste Edital.

20.2. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – ANEXO I deste Edital.

20.3. EXECUÇÃO DO OBJETO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – ANEXO I deste Edital.

20.4. GESTÃO DO CONTRATO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – ANEXO I deste Edital.

20.5. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO objeto estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – ANEXO I deste Edital.

20.6. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – ANEXO I deste Edital.

20.7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas e detalhadas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO – ANEXO I deste Edital.

20.8. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DA SANÇÕES estão estabelecidas no disposto no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, detalhada no TERMO

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A documentação exigida para atender ao disposto na **HABILITAÇÃO** e respectivos subitens, incisos parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Agente de Contratação (a) mediante consulta ao **SICAF ou SISCAF, no que couber**, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

21.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAf ou SISCAF deverão ser apresentados nos termos deste edital.

21.3. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no **SICAf ou SISCAF**, a consulta realizada pelo Agente de Contratação (a) nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

21.4. A licitante intimada para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverá fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo Agente de Contratação (a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

21.5. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar obrigatoriamente em nome da empresa que participar do presente certame e, deverão conter o mesmo CNPJ e endereço respectivo:

a) Se o licitante **for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se **for a filial**, todos os documentos deverão estar obrigatoriamente em nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, **comprovadamente**, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade do licitante.

21.6. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente **Edital**;

21.7. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

21.8. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e documentos.

21.9. As microempresas e empresa de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que esta apresente alguma restrição.

21.10. O Agente de Contratação(a), em qualquer fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação de habilitação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação da oferta, bem como, poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município /RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

21.11. O Agente de Contratação (a) poderá sanar ou solicitar o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância **dos documentos** e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.12. Fica assegurada à **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

21.13. Qualquer modificação neste Edital implicará a divulgação desta pelo (s) mesmo (s) instrumento (s) de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o (s) prazo (s) inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

21.14. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

21.15. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

21.16. Em conformidade com o Art. 70 da Lei n. 14.133/2021 a documentação referida neste poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

21.16.1. Poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

21.17. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL** em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito;

21.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.20. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho-RO para dirimir quaisquer dúvidas referentes a esta licitação, contrato e procedimentos dela resultantes, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22. DOS ANEXOS DESTE EDITAL

22.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) **ANEXO I - Termo de Referência Definitivo:** Estudo Técnico Preliminar, Matriz de Alocação de Riscos, planilhas de serviços, memória de cálculo, composições unitárias, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e outros documentos pertinentes a execução da obra.

b) **ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);**

c) **ANEXO III: DECLARAÇÃO DE PARENTESCO;**

d) **ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;**

e) **ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);**

f) **ANEXO VI: MINUTA DO CONTRATO.**

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 20____.

ANEXO I – DO EDITAL

**TERMO DE REFERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 258
- SMCL-DGC (id. 0919834)**

O Termo de referência/projeto básico e seus anexos é considerado parte integrante do Edital de Concorrência, os mesmos deverão ser adquiridos junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E
MEMORIAL DESCRITIVO**

Em razão do tamanho dos arquivos relacionados às PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO, ANEXOS deste, devendo ser considerado parte integrante do Edital, informamos que os mesmos deverão ser adquiridos junto ao edital, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho www.portovelho.ro.gov.br.

ATENÇÃO: As composições de custos unitários e demais documentos estão disponíveis para download no link [UBS - PLANALTO](#).

ANEXO II DO EDITAL

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS – PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL, apresentamos nossa proposta comercial referente ao CONCORRÊNCIA Nº ---, conforme planilha abaixo:

Razão Social da Empresa:	
CNPJ:	
Endereço Completo com CEP:	
Banco: _____ Agência: _____ Conta-Corrente: _____	
Telefone:	Responsável (Nome e cargo):
E-mail:	
VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS (MÍNIMO 60 DIAS).	PRAZO PARA ENTREGA: _____ DIAS
Local de Execução: Conforme PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA, anexo I do Edital.	
Objeto: -----.	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$
AMPLA CONCORRÊNCIA				
01	Contratação semi-integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme proposta nº 11155.7650001/25-021.	SERVIÇO/OBRA	1	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (Escrever por extenso): R\$ ----- -----. ____ (Local), _____ de _____ de 20__. OBSERVAÇÕES: A proposta deverá ser elaborada conforme o Termo de Referência e seus anexos (PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO, ANEXOS deste). Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de Concorrência Eletrônica nº -----, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo de terminado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados: Declaramos ainda que, o Banco, a Agência e a Conta-Corrente, informados nesta proposta, serão únicos e exclusivos para todos os recebimentos relativos				

ao cumprimento das Obrigações Contratuais. (Conforme exigência da Lei Municipal nº 2016 de 11 de junho de 2012.

CARIMBO DO CNPJ:

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
(CARIMBO OU NOME LEGÍVEL E CARGO, RG e CPF)**

ANEXO III DO EDITAL
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM
AGENTE PÚBLICO**

À

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL**

A Empresa _____,
inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de seu representante
legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade n. _____ e inscrito no CPF sob n. _____,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação na **CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA** em referência, que ***inexiste em seu quadro de sócios ou
empregados pessoas com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou
por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou
companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Porto
Velho-RO, nos cargos de direção e chefia ou de função gratificada de mesma
natureza, bem como de seus agentes políticos.***

DECLARA ainda, após examinar as exigências do referido Edital de
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, que não infringe ao disposto no art. 14, inciso IV
da Lei n. 14.133/2021.

CIDADE- ESTADO, _____ de _____ de 2026.

.....

(representante legal).

ANEXO IV DO EDITAL

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE:_____.

ENDEREÇO:_____

CNPJ: _____ **FONE/FAX:** _____ Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº -----, instaurado pelo Processo Administrativo nº -----, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental sustentabilidade sócia ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2026.

Nome: RG/CPF: **Cargo**

ANEXO V DO EDITAL
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS
MENORES

À

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL**

REF. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. -----/SMCL/PVH

A empresa (nome da empresa. _____), CNPJ nº. _____, sediada _____ (endereço completo _____) declara, sob pena de rescisão do futuro contrato, para os devidos fins requeridos no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no art. 1º da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seus quadros de empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menores de 16 anos, salvo nas condições de aprendiz, a partir de 14 anos.

Porto velho, ____ de _____ de ____.

Nome a assinatura do representante da legal da empresa

ANEXO VI - DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, DE UM LADO, E DO OUTRO A EMPRESA -----, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com edital de licitação da Concorrência na forma Eletrônica nº /....., regularmente autorizado pelo ordenador da despesa no -----, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

Aos dias ____ do mês ____ do ano de dois mil e ____, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua: _____, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA**, representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, portador da cédula de identidade nº ____ e do CPF nº _____, **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, nesta Capital, neste ato legalmente representada pelo (a) Sr. (a) _____, brasileiro (a), _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº ____/SSP/____ e CPF nº _____, **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução contratual, tudo de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e alterações, posteriores, resultante do procedimento licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA nº _____**, nos termos do **Parecer nº ____/SPACC/PGM/20____**, devidamente autorizado nos autos do **Processo Administrativo nº 002.000459/2026-31**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação semi-integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme proposta nº 11155.7650001/25-021, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos **Anexos do Edital**, para atender à Contratante.

Parágrafo Primeira - vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta da CONTRATADA;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. O regime de execução do contrato será **Contratação Semi-integrada. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pelo regime de CONTRATAÇÃO SEMIINTEGRADA, nos termos do artigo 6º, inciso XXXIII da Lei nº 14.133/2021.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Da Vigência Contratual

2.1.1. O prazo de vigência do contrato (estando nele incluído os prazos de Ordem de Início da obra, execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e pagamento) **será de 20 (vinte) meses**, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme prevê o **Art. 111 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.**

2.1.2. O prazo para início dos trabalhos fica fixado para a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. Condições de execução

3.1.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.3. Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço;

3.1.4. Descrição detalhada dos seguintes aspectos:

3.2. Rotinas:

3.2.1. Realização de reuniões de obra semanais entre a fiscalização da Contratante e o responsável técnico da Contratada, com registro em Ata;

3.2.2. Emissão de Diário de Obra diário, com registro das atividades executadas, efetivo de pessoal, equipamentos em operação e ocorrências relevantes;

3.2.3. Submissão mensal de medições de serviços executados, acompanhadas de memória de cálculo, registro fotográfico e relatório de avanço físico financeiro;

3.2.4. Realização de controle tecnológico do concreto a cada evento de concretagem, conforme ABNT NBR 12655, com emissão de laudos de ensaio de resistência à compressão;

3.2.5. Atualização mensal do cronograma físico financeiro, com indicação de desvios e ações corretivas quando necessário.

3.3. Tecnologias:

3.3.1. Utilização de concreto usinado bombeável com controle tecnológico para fundações, pilares, vigas e lajes;

3.3.2. Lajes pré-fabricadas unidirecionais em viga treliçada/lajota EPS, com capa de concreto armado in loco;

3.3.3. Sistema de climatização centralizada com chiller de 120 TR, fan coils, unidades de tratamento de ar (AHU), rede de dutos em chapa galvanizada isolados com manta de lã de vidro, conforme ANVISA RDC nº 50/2002 e RE nº 09/2003;

3.3.4. Sistema elétrico com grupo gerador, quadros de transferência automática (QTA), SPDA, conforme ABNT NBR 13534 e NBR 5410;

3.3.5. Sistema de gases medicinais com tubulação em cobre rígido classe A, centrais de ar comprimido e vácuo duplex, régua de cabeceira hospitalar e painel de alarme, conforme ABNT NBR 12188;

3.3.6. Vedações em sistema drywall com chapas de gesso acartonado standard e resistente à umidade (RU).

3.4. Procedimentos:

3.4.1. A contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização o Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro detalhado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço;

3.4.2. Toda alteração de projeto ou especificação técnica deverá ser previamente autorizada pela fiscalização mediante Registro de Solicitação de Informação (RFI);

3.4.3. A execução de cada etapa somente poderá avançar após aceite formal da fiscalização sobre a etapa anterior, especialmente nas fases de fundação, estrutura e instalações embutidas;

3.4.4. O recebimento provisório ocorrerá após vistoria técnica (ocorrerá no máximo em até 15 dias) com elaboração de lista de pendências, cuja quitação integral será condição para o recebimento definitivo;

3.4.5. O recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, conforme art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Atividade	Frequência
Execução das obras	Contínua, em dias úteis
Reunião de obra	Semanal

Emissão do Diário de Obra	Diária
Medição de serviços	Mensal
Controle tecnológico do concreto	A cada evento de concretagem
Atualização do cronograma	Mensal
Relatório fotográfico de avanço	Mensal, anexo à medição

3.5.1. Cronograma de realização dos serviços, conforme link [UBS - PLANALTO](#)

3.5.2. Etapas / Período / A partir de / Após Concluído:

Etapas	Descrição	Início	Duração: 540 dias	Condicionante
1	Serviços Preliminares, Canteiro e Mobilização	Em até 10 dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço	10	—
24	Elaboração de Projetos Executivos e Licenças	A partir do 1º dia da OS	60 dias	Paralelo à Etapa 1
25	Demolições e Limpeza do Terreno	Em até 10 dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço	30 dias	Paralelo à Etapa 1
26	Movimento de Terra	A partir do 30º dia	30 dias	Após Etapa 25 (limpeza concluída)
2	Fundações	A partir do 60º dia	90 dias	Após Etapas 25 e 26 (terreno limpo e movimento de terra)
3	Estrutura (Pilares, Vigas e Lajes)	A partir do 90º dia	150 dias	Após fundação ≥60%
17	Instalações Hidrossanitárias (embutidas)	A partir do 120º dia	150 dias	Após fundação ≥30%
18	Instalações Elétricas (embutidas)	A partir do 120º dia	210 dias	Após estrutura ≥30%
4	Alvenaria, Vedações e Divisórias	A partir do 120º dia	120 dias	Após estrutura ≥70%
21	Gases Medicinais (embutidas)	A partir do 150º dia	120 dias	Após alvenaria ≥40%
6	Cobertura	A partir do 180º dia	60 dias	Após estrutura ≥90%
5	Esquadrias	A partir do 210º dia	90 dias	Após alvenaria ≥90%
7	Impermeabilização	A partir do 240º dia	90 dias	Após cobertura 100%
8	Revestimento de Parede	A partir do 270º dia	120 dias	Após hidrossanitárias ≥70%
9	Revestimento de Piso Interno	A partir do 300º dia	60 dias	Após elétricas

				≥70%
11	Revestimento de Teto	A partir do 330º dia	90 dias	Após impermeabilização 100%
12	Fachada	A partir do 360º dia	60 dias	Após parede ≥50%
10	Revestimento de Piso Externo	A partir do 390º dia	30 dias	Após fachada ≥50%
13	Pintura	A partir do 420º dia	150 dias	Após parede, piso e teto ≥80%
14	Marmoraria	A partir do 450º dia	30 dias	Após piso interno 100%
20	Dados e Voz	A partir do 450º dia	30 dias	Após elétricas ≥90%
15	Louças, Metais e Acessórios	A partir do 480º dia	30 dias	Após piso interno 100%
16	Corrimão, Guarda-Corpo	A partir do 480º dia	30 dias	Após pintura ≥25%
27	Fossa, Filtro e Sumidouro	A partir do 480º dia	30 dias	Após hidrossanitárias 100%
33	Subestação de Energia	A partir do 480º dia	150 dias	Após elétricas ≥90%
34	Muro	A partir do 480º dia	30 dias	Após fachada 100%
22	Urbanização	A partir do 510º dia	30 dias	Após piso externo 100%
23	Serviços Complementares	A partir do 510º dia	30 dias	Após urbanização ≥50%
28	Bate-Maca	A partir do 510º dia	30 dias	Após pintura ≥50%
30	Iluminação Externa	A partir do 510º dia	30 dias	Após urbanização ≥50%
31	Pavimentação em Blocos	A partir do 510º dia	30 dias	Após urbanização ≥50%
31	Calçamento Externo	A partir do 510º dia	90 dias	Após urbanização 100%
	Recebimento: Comissionamento e Recebimento Provisório	A partir do 540º dia	-	Após 100% de todas as etapas + laudos

3.6. Local e horário da prestação dos serviços

3.6.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Governador Eduardo Campos e rua Satélite, sem número no bairro Planalto.

3.6.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Das 8 às 18 horas

3.7. Materiais a serem disponibilizados

3.7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

3.7.2. Os materiais a serem utilizados devem seguir rigorosamente os memoriais descritivos e especificações técnicas;

3.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

3.8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características, principais:

3.8.2. Elaboração do projeto executivo; e

3.8.3. Execução da obra conforme projeto;

3.9. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

3.9.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como aquele estabelecido na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). No mínimo 60 (sessenta) meses após o recebimento definitivo da obra.

3.10. Procedimentos de transição e finalização do contrato

3.10.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

3.11. Disposições específicas para contratações semi-integradas

3.11.1. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

3.11.2. Nas hipóteses em que for adotada a contratação semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

3.11.3. Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

3.11.4. Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.11.5. Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.11.6. Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.

3.12. Gestão da contratação

3.12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.13. Preposto

3.13.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.13.2. A contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução da obra, inicialmente previsto para 8 às 18 horas.

3.13.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

3.14. Fiscalização

3.14.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.15. Fiscalização Técnica

3.15.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.15.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.15.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.15.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

3.15.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

3.15.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.16. Fiscalização Administrativa

3.16.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

3.16.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

3.16.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

3.17. Deverá ainda observar os seguintes normativos:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

Portaria de Consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

RDC 63/2011 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

RDC 222/2018 ANVISA - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde

RDC 36/2013 ANVISA - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.

RDC 15/2012 ANVISA – Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

RDC Nº 611, ANVISA- Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, e demais Normas como as NBR/ABNT.

RDC 197/2017 - Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução Conama nº 358/2005 – Tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

ABNT NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

ABNT NBR 12.188/2016 – Sistema centralizados de suprimentos de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimentos de saúde.

ABNT NBR 7256/2016 – Tratamento de ar em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) – Requisitos para projetos e execução das instalações.

3.18. Gestor do Contrato

3.18.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.18.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que

ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.18.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.18.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.18.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.18.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.18.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.19. Da Matriz De Risco Contratual

3.19.1. A matriz consiste no documento que discrimina, de forma clara e objetiva, os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração do contrato, com o intuito de evidenciar os riscos assumidos pela administração pública e os riscos incorporados pelo particular.

3.19.2. É de responsabilidade da empresa licitante, a análise e previsão em sua proposta de preços, dos riscos alocados sob sua responsabilidade, não cabendo aditivos ou reclamações futuras nos riscos que lhe couberem.

3.19.3. A Matriz de Riscos Contratual será cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

3.19.4. Os riscos e alocação das responsabilidades relacionados ao objeto estão descritos no ANEXO III deste termo – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS.

3.19.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável pelos riscos e responsabilidades alocadas para a sua parte.

3.19.6. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competem à CONTRATANTE.

3.19.7. A listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência estarão dispostas na matriz de risco.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Proibição e permissões:

4.2. Subcontratação parcial: Admitida até o limite de 25% do valor total do contrato, excluindo-se as partes principais e de maior relevância.

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.4. Serviços Preliminares e Indiretos: Representa 6,88% da execução física-financeira da obra.

4.5. Fundações e estruturas: Representa 22,20% da execução física-financeira da

obra.

4.6. Alvenaria, vedações e divisórias: Representam 6,91% do custo total da obra.

4.7. Esquadrias: Representam 5,94% do custo total da obra.

4.8. Revestimento de Piso Interno: Representam 5,59% do custo total da obra.

4.9. Instalações Elétricas: Representa 9,72% do custo total da obra.

4.10. Climatização: Representa 17,79% do custo total da obra.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor desta contratação é de R\$ _____ (_____).

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Após decorrido o intervalo de 12 (doze) meses, o contrato poderá ser reajustado, a pedido da contratada obedecendo aos índices oficiais de variação das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, CPOS/CDHU, SBC, ORSE, IOPES, EMOP, SETOP, SEINFRA, AGETOP CIVIL, FDE, SICRO3, SIURB, AGESUL, aplicáveis para o Estado de Rondônia, contados a partir da data do orçamento estimado pela Administração.

6.2. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{li - lo}{Lo} \times V$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

lo = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação do estimado da administração; e

V = Valor contratual a ser reajustado.

6.3. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações e compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrado por simples apostila.

6.5. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Planilha de Medição dos Serviços Prestados, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3. Não produzir os resultados acordados,

7.4. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5. A utilização da Planilha de Medição dos Serviços Prestados não impede a

aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.7. A medição dos serviços executados será realizada mensalmente, com base na comparação entre os quantitativos efetivamente executados e os previstos na Planilha Orçamentária e no Cronograma Físico-Financeiro aprovados, devendo a Contratada apresentar à fiscalização, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período medido, os seguintes documentos:

7.8. Memória de cálculo dos quantitativos medidos, com croquis e plantas indicativas dos serviços executados;

7.9. Registro fotográfico datado das frentes de serviço em execução;

7.10. Diários de obra do período; Relatório de controle tecnológico do concreto, quando aplicável;

7.11. Cronograma físico financeiro atualizado, indicando o avanço real versus o previsto.

7.12. O pagamento será realizado proporcionalmente aos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, com base nos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária contratual, observando-se que:

7.13. Somente serão medidos e pagos os serviços que estiverem concluídos, dentro das especificações técnicas dos projetos e normas aplicáveis, e formalmente aceitos pelo fiscal técnico do contrato;

7.14. Serviços executados em desconformidade com os projetos, especificações ou normas técnicas não serão aceitos para medição, devendo ser corrigidos ou refeitos pela Contratada sem ônus para a Contratante;

7.15. A retenção ou glosa no pagamento será aplicada proporcionalmente à irregularidade verificada, nos termos do item 7.1.1, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021;

7.16. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do atesto da Nota Fiscal pelo gestor do contrato, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. Para fins de aferição da qualidade dos serviços executados, a fiscalização adotará os seguintes parâmetros mínimos de aceitação:

7.18. Serviços de estrutura e fundações: apresentação dos laudos de controle tecnológico do concreto com resultado de resistência à compressão (FCK) igual ou superior a 35 MPa, conforme ABNT NBR 12655, e verificação visual e dimensional das peças concretadas;

7.19. Serviços de instalações elétricas: apresentação dos resultados de testes de continuidade, isolamento e aterramento, conforme ABNT NBR 5410 e NBR 13534, acompanhados de ART do responsável técnico;

7.20. Serviços de climatização: apresentação dos relatórios de balanceamento de ar, medição de temperatura e umidade dos ambientes e comprovação de conformidade com os parâmetros da ANVISA (RDC nº 50/2002 e RE nº 09/2003), acompanhados de ART do responsável técnico;

7.21. Serviços de revestimentos e acabamentos: verificação de planeza, prumo, nível e aderência, conforme ABNT NBR 13749 (revestimentos de argamassa) e NBR 13753/13754 (revestimentos cerâmicos);

7.22. Serviços de impermeabilização: apresentação de laudo de estanqueidade com resultado de teste de alagamento por 72 (setenta e duas) horas, conforme ABNT NBR 9574;

7.23. Serviços de gases medicinais: apresentação dos resultados de testes de estanqueidade, pureza e identificação dos gases, conforme ABNT NBR 12188, acompanhados de ART do responsável técnico.

7.24. Do recebimento

7.24.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.24.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.24.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.24.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.24.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.24.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.24.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.24.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.24.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.24.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.24.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.24.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.24.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.24.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.24.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.24.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes

procedimentos:

7.24.17. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.24.18. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.24.19. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.24.20. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.24.21. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.24.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.24.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.24.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.25. Liquidação

7.25.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.25.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº

7.25.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.25.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.25.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.26. Prazo de pagamento

7.26.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice SINAPI/RO de correção monetária.

7.27. Forma de pagamento

7.27.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas com o objeto desta contratação serão custeadas com recursos oriundos da seguinte Dotação Orçamentária, Programa de Trabalho e Elemento de Despesas, também explicitados e constantes da respectiva Nota de Empenho:

Projeto/Atividade: 08.31.10.302.329.1.518 - Construção, ampliação, reforma e aquisição de bens imóveis

Fonte de Recursos: 1600.0000.0000.0000 - Transferências fundo a fundo SUS - Governo Federal (Bloco); 1601.0000.0000.0000 - Transferências fundo a fundo SUS - Governo Federal (Bloco)

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem os dispostos a seguir:

9.1.1. Apresentar na reunião de partida os seguintes documentos: Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do responsável pela execução da obra. Certificado do Cadastro Específico do INSS (CEI), Comprovante da Garantia Contratual e Plano de Trabalho e Cronograma Físico financeiro de execução dos serviços elaborados se em conformidade com o projeto e seus anexos;

9.1.2. Cumprir rigorosamente com a Prestação dos Serviços solicitados observando o que dispõe o Termo de Referência, e Projeto de Engenharia composto de: projetos geométricos, mapas e detalhes construtivos e de acessibilidade, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, composições unitárias, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, e ainda: Edital de licitação e normas técnicas.

9.1.3. A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

- a)** Por qualquer acidente no trabalho de execução das obras e serviços contratados;
- b)** Pelo uso de patentes registradas;
- c)** Pela destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo Município;
- d)** Pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública, ou local de terceiros.

9.1.4. A contratada deverá manter preposto, devidamente aceito pela Administração, no local da Obra, para representá-lo na execução do Contrato.

9.1.5. A contratada deverá apresentar uma Declaração de Domicílio Bancário – DDB identificando o banco, agência e conta-corrente como única e exclusiva para todos os recebimentos que a Administração Pública do Município de Porto Velho – RO deverá efetuar relativos ao cumprimento de suas obrigações contratuais, conforme determina a Lei 14.133/2021.

9.1.6. Os serviços realizados terão a garantia de 05 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo.

9.1.7. Fornecer os materiais/peças e equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade necessários para a perfeita execução dos serviços.

9.1.8. Utilizar pessoal habilitado e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.1.9. Vedar a utilização, na execução do contrato, prestadores de serviços que sejam familiares de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

9.1.10. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos.

9.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência, no contrato ou autorizada pela CONTRATANTE.

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatória para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.14. Submeter à CONTRATANTE, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE.

9.1.15. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.

9.1.16. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais/peças, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus representantes, empregados, ou trabalhadores em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do artigo 120, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.17. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a fiscalização.

9.1.18. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços.

9.1.19. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.

9.1.20. Assumir total responsabilidade pela disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciárias, tributárias, e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato.

9.1.21. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CONTRATANTE.

9.1.22. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a CONTRATANTE.

9.1.23. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 92, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado quando dos pagamentos à CONTRATADA.

9.1.24. Os profissionais deverão utilizar uniforme completo e os equipamentos de proteção individual – EPI e equipamentos de Proteção Coletiva – EPC, cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor, sem custo para Administração.

9.1.25. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente às instalações da CONTRATANTE, providenciando sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.

9.1.26. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

9.1.27. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

9.1.28. Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao presente objeto, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante, do órgão concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

9.1.29. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da

preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.1.30. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

9.1.31. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos materiais, objeto deste certame, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, observado o que dispõe o art. 125 da Lei 14.133/21..

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.2.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais disposições legais, a Contratante se obrigará:

10.2.2. Realizar reunião de partida com a CONTRATADA após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia;

10.2.3. Efetuar regulamente o pagamento do objeto deste Termo de Referência, desde que estabelecidas às condições regidas no Contrato;

10.2.4. Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos serviços realizados pela Contratada e respectivas medições emitidas de acordo com o Cronograma físico-financeiro;

10.2.5. A fiscalização exercida pelo corpo técnico da Prefeitura Municipal de Porto Velho, terá em especial, poderes para suspender a execução dos serviços que estejam em desacordo com a discriminação do objeto contratado;

10.2.6. Exigir reparo dos possíveis danos causados à Administração ou a terceiros por culpa ou dolo da Contratada;

10.2.7. Zelar pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, pela prestação de todas as informações indispensáveis à regular execução das obras, pelo pagamento oportuno das parcelas devidas;

10.2.8. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.2.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. No ato da assinatura do futuro contrato, objeto deste instrumento, a empresa vencedora deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ela adjudicado, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021;

11.2. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto ao Banco do Brasil, agência 2757, conta corrente nº 8.250 – 3, devendo o comprovante de depósito ser apresentado imediatamente na Secretaria Municipal de Economia – SEMEC, no Departamento Administrativo financeiro, para lançamento contábil, o respectivo comprovante do depósito em original e/ou cópia autenticada;

11.3. Se a opção de garantia se fizer em seguro garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do futuro contrato, a cláusula de atualização financeira, bem como as cláusulas de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

11.4. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de

Porto Velho, Estado de Rondônia, devendo ter prazo superior ao futuro contrato em pelo menos 30 (trinta) dias.

11.5. Caso a garantia seja ofertada em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda não sendo aceitos aqueles emitidos na primeira metade do Século XX (decreto. Nº 32.392 de 09.03.1953;

11.6. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do futuro contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido.

11.7. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados à Contratante e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do futuro contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

11.8. Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, poderá a Contratante convocar a empresa Contratada para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

11.9. No caso de rescisão do futuro contrato determinado por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei n. 14.144/2021, a garantia será executada para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme inciso III do Art. 139, da Lei n. 14.133/2021;

11.10. Quando a rescisão ocorrer pelos motivos previstos no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia e pagamentos devidos pela execução do futuro contrato até a data da rescisão; (conforme inciso 2º do art. 138 da Lei n. 14.133/2021);

11.11. A garantia prestada pela Contratada ou seu saldo, se houver, será liberada ou restituída após a execução do futuro contrato, conforme disposto no art. 100 da Lei 14.133/2021, devendo o representante da empresa Contratada entregar requerimento, dirigido à Secretaria Municipal de Economia – SEMEC no Departamento Administrativo financeiro;

11.12. A qualquer momento a garantia prestada poderá ser substituída, mediante requerimento do interessado, respeitadas as modalidades antes previstas. Neste caso, o valor da Garantia será calculado sobre o valor do Contrato ajustado à época da solicitação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Lei, a Lei 12.846/13, CONTRATADA que:

12.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

12.1.5. Cometer fraude fiscal;

12.1.6. Subcontratar parte ou o todo do objeto sem a autorização da CONTRATANTE; (aplicar a redação nos casos em que o edital não prevê a subcontratação);

12.1.7. Subcontratar parcela do objeto fora das condições previstas no edital ou sem autorização da CONTRATANTE. (Aplicar a redação nos casos em que o edital prevê a subcontratação).

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

12.2.2. Multa de:

12.2.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) até 0,6% (seis décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2.2. 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

12.2.2.3. 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

12.2.2.4. 0,5% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; Nota explicativa: os patamares estabelecidos nos itens acima poderão ser alterados a critério da autoridade;

12.2.2.5. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

12.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. Impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até três anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhada de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU DE CORRESPONDÊNCIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,7% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,9% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,8% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 2 INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

Nota explicativa: a autoridade poderá incluir na tabela de infrações outras condutas que entender necessárias, pertinentes ao serviço prestado, ou retirar as que entender serem inadequadas ao objeto contratual em questão.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.10.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e serão cobrados judicialmente.

12.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.12. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que pode ficar sujeito, a lista das penalidades administrativas a que o licitante, adjudicatário ou contratado pode ser submetido, assim como o rito do procedimento administrativo para sua aplicação, estão dispostos na Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

12.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

12.15. No mais, em casos de inadimplemento, aplicam-se as sanções, as formas, os prazos e demais prerrogativas previstas nos arts. 95 à 130 do Decreto Municipal Lei 18.892/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII – Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII – Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX – Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INADIMPLENTO

15.1. No caso de abertura de procedimento administrativo para apuração de inadimplemento contratuais deverá ser observado o procedimento estabelecido no art. 95 a 130 do Decreto Municipal 18.892/2023.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA HABILITAÇÃO

18.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter as condições que a habilitaram no certame licitatório, até o total cumprimento deste contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Após a assinatura deste contrato, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação do mesmo ou de resumo no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, **devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município**.

Porto Velho, ____ de ____ de 20__

SECRETÁRIO MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

VISTO:

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



Documento assinado eletronicamente por **Taiane Do Carmo Souza, Agente**, em 27/05/2026, às 16:02, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0983680** e o código CRC **E4EA83C7**.



002.000459/2026-31

0983680v5



SMCL
SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONTRATOS, CONVÊNIOS
E LICITAÇÕES



SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL-DGC

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 -
Porto Velho - RO - <https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 258 - SMCL-DGC

TERMO DE REFERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
Setor/Departamento Requisitante: Departamento de Atenção Básica	
Responsável pela demanda: Raphaela Castiel de Carvalho - Diretora do Departamento de Atenção Básica – DAB	Matrícula:
E-mail: dab.semusa@portovelho.ro.gov.br	Telefone:

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação semi-integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme proposta nº 11155.7650001/25-021, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto da licitação tem a **Natureza e Finalidade da Obra ou Serviço de Engenharia;** Art. 6, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021 conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar - id (0862049).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **22 meses** contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ITEM	C A T E G O R I A		UNIDA DE	QUA NTID ADE	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	5 6	Contratação semi-integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia	SERVI ÇO/OB RA	1	R\$ 3.787.191,24

2	para construção de uma Unidade			
2	Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme proposta nº 11155.7650001/25- 021			
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 3.787.191,24 (Três milhões, setecentos e oitenta e sete mil e cento e noventa e um reais e vinte quatro centavos.				

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação será através de **CONCORRÊNCIA**, fundamentada na Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos.

2.1.1. A presente contratação encontra-se fundamentada Estudo Técnico Preliminar - ETP id. (0862049).

2.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3.1. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) de 2026, pois o convênio foi firmado em dezembro de 2025, com aprovação em janeiro de 2026.

2.4. Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia visando à realização de obra para a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, conforme projeto básico e projeto executivo elaborado pela contratada; por meio de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, a ser executada em regime de Contratação Semi-integrada, conforme requisitos e diretrizes estabelecidos neste Termo de Referência e Estudo Tec. Preliminar.

4. EXECUÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

4.1. Os dados necessários para a solução escolhida como:

4.1.1. Levantamento topográfico e cadastral;

4.1.2. Sondagens e ensaios geotécnicos;

4.1.3. Estudos socioambientais e demais informações relacionadas a obra encontram-se na pasta de drive: link [UBS - PLANALTO](#).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Critérios de Sustentabilidade

5.1.1. São critérios de sustentabilidade que devem ser observados na contratação e durante sua execução:

5.1.2. O Art. 144 da Lei nº 14.133/2021, levando em conta que a contratação em questão contribuirá de forma positiva fomentando a implementação de sistemas mais eficientes que possam gerar economia energética, disposição correta de resíduos de obras e de estabelecimentos de atenção a saúde, bem como economia de água. Pretende-se, também, o estímulo à implantação de sistemas autossustentáveis com projetos que contemplem a geração de parte ou a totalidade da energia elétrica consumida, o que implementa a necessidade que a contratada tenha experiência na implantação desse tipo de sistema;

5.1.3. A IN 02/2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit;

5.1.4. O Art. 170, inciso VI, e o Art. 225 da Constituição Federal;

5.1.5. Se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

5.1.6. Se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098/2000, da Lei nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

5.1.7. Se está adequado as Políticas Nacionais de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981), de Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009) e de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assim como Resoluções CONAMA pertinentes.

5.2. Subcontratação

5.2.1. Proibição e permissões:

5.2.2. Subcontratação parcial: Admitida até o limite de 25% do valor total do contrato, excluindo-se as partes principais e de maior relevância.

5.2.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em

5.2.3. Serviços Preliminares e Indiretos: Representa 6,88% da execução física-financeira da obra

5.2.4. Fundações e estruturas: Representa 22,20% da execução física-financeira da obra

5.2.5. Alvenaria, vedações e divisórias: Representam 6,91% do custo total da obra.

5.2.6. Esquadrias: Representam 5,94% do custo total da obra

5.2.7. Revestimento de Piso Interno: Representam 5,59% do custo total da obra

5.2.8. Instalações Elétricas: Representa 9,72% do custo total da obra.

5.2.9. Climatização: Representa 17,79% do custo total da obra.

5.3. Condições para Autorização da Subcontratação

5.3.1. Nos termos do art. 122, §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021, toda subcontratação ficará condicionada a:

5.3.2. Prévia anuência formal da Administração, mediante análise técnica do gestor/fiscal do contrato;

5.3.3. Apresentação de documentação técnica do subcontratado (atestados de capacidade técnica, registro no CREA/CAU, certidões de regularidade fiscal e trabalhista);

5.3.4. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo responsável técnico da subcontratada para as parcelas executadas;

5.3.5. Vedação de subcontratação em cadeia, não sendo permitido ao subcontratado repassar sua parcela a terceiros;

5.3.6. Vedação a subcontratadas com vínculos com dirigentes do órgão contratante ou agentes públicos envolvidos na fiscalização ou gestão do contrato (art. 122, § 3º);

5.3.7. Responsabilidade integral do contratado perante a Administração, independentemente de qualquer subcontratação realizada.

5.4. Vistoria

5.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h.

5.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, a qual poderá ser agendada através do e-mail dab.semusa@portovelho.ro.gov.br.

5.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4.4. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar declaração assumindo, incondicionalmente, a RESPONSABILIDADE de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, caso seja sagrado vencedor.

5.5. Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5.1. Seleção baseada em estudos técnicos: permite a especificação de marcas ou modelos que atendam às exigências técnicas e de qualidade estipuladas nos Estudos Técnicos Preliminares, conforme inciso I do Art. 41 da Lei nº 14.133, não será aplicada a exigência.

5.6. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6.1. Restrições comerciais: A administração não recusará produtos/marcas específicas, pois não existem processos de exclusão com base no inciso III do Art. 41 da Lei 14.133/2021.

5.7. Carta de solidariedade

5.7.1. Compromisso do fabricante: Exigir carta de solidariedade de fabricantes para garantir apoio na execução contratual, conforme inciso IV do Art. 41. Não será aplicada essa exigência.

5.8. Participação de consórcio

5.8.1. Esta licitação **não permitirá a formação de consórcios**, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a atuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

5.8.2. A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção da Unidade Básica de Saúde, não exige qualificações distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

5.9. Condições de participação

5.9.1. Não existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

5.9.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.9.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

5.9.4. Legislação relacionada

5.9.5. A licitante vencedora contratada deverá realizar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial:

5.9.5. Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, que em seu anexo estabelece Programa Mínimo para unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto.

5.9.6. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

5.9.7. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;

5.9.8. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

5.9.9. Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;

5.9.10. Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

5.9.11. Resolução Conama nº 358/2005 - Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de Saúde.

5.9.12. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 5ª edição, publicado em agosto de 2022;

5.9.13. As portarias consolidadas do Ministério da Saúde;

5.9.14. Resoluções de Diretoria Colegiada da Anvisa pertinentes a cada unidade assistencial, em especial a RDC nº 50 de 2002 e RDC nº 51 de 2011, ou suas atualizações;

5.9.15. Normas da ABNT relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura objeto desta contratação, atualizadas; ou as normas internacionais consagradas na falta desta, em especial a ABNT NBR 9.050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; em sua versão mais atualizada bem como a ABNT NBR 16.651 - Proteção contra incêndios em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

5.9.16. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

5.9.17. Decreto nº 7.983/2013 – que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;

5.9.18. Regulamentos e determinações de órgãos regulamentadores e/ou fiscalizadores dos serviços públicos locais;

5.9.19. Leis e normas técnicas locais relacionadas à prevenção e combate à incêndio;

5.9.20. Orientações Técnica IBRAOP aplicáveis, tal como a OT – IBR 002/2009 – Obra e serviço de engenharia;

5.9.21. Demais normas técnicas específicas a aplicáveis e legislação correlata, em especial aquelas consolidadas na Biblioteca de Temas de Serviços de Saúde, disponível em www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/regulamentacao-servicos-de-saude-servicos-de-interesse-a-saude/biblioteca-de-temas-servicos-de-saude

5.9.22. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)

- 5.9.23.** Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências. Lei nº 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).
- 5.9.24.** Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências
- 5.9.25.** [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#), que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- 5.9.27.** [Decreto nº 11.997, de 16 de abril de 2024](#), que Altera o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União
- 5.9.28.** Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, que dispõe sobre termos de compromisso relativos às transferências obrigatórias de recursos da União para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.
- 5.9.29.** Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, que institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
- 5.9.30.** RDC nº 63/2011 Anvisa – Requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de Saúde.
- 5.9.31.** RDC nº 222/2018 Anvisa – Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de Saúde.
- 5.9.32.** RDC nº 36/2013 Anvisa – Institui ações para a segurança do paciente em serviços de Saúde.
- 5.9.33.** RDC nº 15/2012 Anvisa – Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.
- 5.9.34.** RDC nº 611 Anvisa – Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, e demais normas, como as NBR/ABNT.
- 5.9.35.** RDC nº 197/2017 – Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.
- 5.9.36.** Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- 5.9.37.** Resolução Conama nº 358/2005 – Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de Saúde.
- 5.9.38.** ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade às edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- 5.9.39.** ABNT NBR 12.188/2016 – Sistema centralizado de suprimentos de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimentos de Saúde.
- 5.9.40.** ABNT NBR 7256/2016 – Tratamento de ar em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) – Requisitos para projetos e execução das instalações.
- 5.9.41.** Além das normas estabelecidas pelos catálogos técnicos da ABNT e correlatos, a contratada deverá consultar e aplicar, quando pertinente, as normas indicadas na [Biblioteca de Temas de Serviços de Saúde](#) .
- 5.9.42.** Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação

vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

5.10. Padrões mínimos de qualidade

5.10.1. Os materiais a serem aplicados devem estar de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas contidas nos anexos, a serem atendidas pela contratada. Assim, deverão ser de primeira qualidade, isentos de quaisquer defeitos de fabricação, transporte ou manuseio inadequados, produzidos de modo a atender integralmente no que lhes couber as especificações da ABNT, dos projetos e anexos, respondendo às exigências citadas nas normas sanitárias em relação às especificidades que dizem respeito à mitigação do risco sanitário e demais riscos pertinentes a um estabelecimento assistencial de saúde.

5.10.2. A substituição de materiais especificados por similares só poderá ser realizada mediante justificativa e autorização prévia expressa pelos responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização da obra, que poderão exigir a troca, quando houver dúvidas quanto à qualidade ou similaridade.

5.10.3. Os critérios, tipos de materiais e serviços a serem executados, bem como as normas para a execução, serão claramente especificados nos memoriais descritivos e nos projetos de engenharia, elaborados por profissional habilitado.

5.11. Da padronização (Portaria Seges/ME nº 938/2022)

5.11.1. A Lei das Licitações nº 14.133/2021 no seu art. 40, § 1º, inc. I, prevê a utilização preferencial dos produtos constantes do catálogo eletrônico de padronização. (Art. 40, § 1º, inc. I: I - especificamente do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança). Considerando que até o presente momento o item objeto desta contratação não consta cadastrado no mencionado repositório, não existe possibilidade fática de sua utilização por esta unidade solicitante.

5.12. A obra será executada conforme o estabelecido no edital e seus respectivos anexos, nas quantidades especificadas na planilha: [UBS - PLANALTO](#) Ofício 717 PEÇAS TECNICAS (SEI nº 0828896).

5.12.1. A empresa contratada será responsável por fornecer e instalar todos os materiais e equipamentos especificados na planilha orçamentária e nos memoriais descritivos, garantindo a correta adequação desses itens à obra da UBS. Esta medida visa evitar que instalações futuras comprometam a obra concluída, prevenindo danos e prejuízos aos serviços já executados.

5.12.2. Todos os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com os princípios de boa prática técnica e atender, rigorosamente, às normas brasileiras aplicáveis à construção civil. Em caso de divergências na interpretação dos documentos fornecidos, será adotada a seguinte ordem de prioridade:

5.12.3. Em caso de divergências entre a especificação da planilha orçamentária e os desenhos/projetos fornecidos à Prefeitura do Município de Porto Velho, deverá ser consultada.

5.12.4. Em caso de divergência entre projetos com datas diferentes, prevalecerá o mais recente.

5.12.5. Em caso de divergências no projeto, como entre as cotas dos desenhos e a representação gráfica em escala, a Prefeitura do Município de Porto Velho deverá ser consultada.

5.12.6. A contratante, Prefeitura do Município de Porto Velho, designará engenheiros, arquitetos e seus prepostos para acompanhar e fiscalizar as obras.

5.13. Requisitos legais e normativos que disciplinam a execução da obra

5.13.1 A solução técnica proposta, com base no projeto arquitetônico fornecido, está em conformidade com as normas aplicáveis ao tema. O foco principal está na norma sanitária vigente no país, especificamente na Resolução-RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que estabelece o regulamento técnico para o planejamento, programação, elaboração e avaliação

de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Esta norma aborda aspectos fundamentais como infraestrutura, áreas, dimensionamentos, instalações e acabamentos.

5.13.2. A proposta também observa as demais normas transversais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pertinentes ao objeto em questão. Além de Normas da ABNT, Instrumentos Normativos (IN) e Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.14. Garantia Contratual

5.14.1. No ato da assinatura do futuro contrato, objeto deste instrumento, a empresa vencedora deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ela adjudicado, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021;

5.14.2. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto ao Banco do Brasil, agência 2757, conta-corrente nº 8.250 – 3, devendo o comprovante de depósito ser apresentado imediatamente na Secretaria Municipal de Economia – SEMEC, no Departamento Administrativo-financeiro, para lançamento contábil, o respectivo comprovante do depósito em original e/ou cópia autenticada;

5.14.3. Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do futuro contrato, a cláusula de atualização financeira, bem como as cláusulas de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

5.14.4. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, devendo ter prazo superior ao futuro contrato em pelo menos 30 (trinta) dias.

5.14.5. Caso a garantia seja ofertada em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda não sendo aceitos aqueles emitidos na primeira metade do Século XX (decreto. Nº 32.392 de 09.03.1953;

5.14.6. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do futuro contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido.

5.14.7. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados à Contratante e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do futuro contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

5.14.8. Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, poderá a Contratante convocar a empresa Contratada para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

5.14.9. No caso de rescisão do futuro contrato determinado por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei n. 14.144/2021, a garantia será executada para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme inciso III do Art. 139, da Lei n. 14.133/2021;

5.14.10. Quando a rescisão ocorrer pelos motivos previstos no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia e pagamentos devidos pela execução do futuro contrato até a data da rescisão; (conforme inciso 2º do art. 138 da Lei n. 14.133/2021);

5.14.11. A garantia prestada pela Contratada ou seu saldo, se houver, será liberada ou restituída após a execução do futuro contrato, conforme disposto no art. 100 da Lei 14.133/2021, devendo o representante da empresa Contratada entregar requerimento, dirigido à Secretaria Municipal da Fazenda– SEMFAZ no Departamento Administrativo-financeiro;

5.14.12. A qualquer momento a garantia prestada poderá ser substituída, mediante requerimento do interessado, respeitadas as modalidades antes previstas. Neste caso, o valor

da Garantia será calculado sobre o valor do Contrato ajustado à época da solicitação.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

6.1.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.3. Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço;

6.1.4. Descrição detalhada dos seguintes aspectos:

6.2. Rotinas:

6.2.1. Realização de reuniões de obra semanais entre a fiscalização da Contratante e o responsável técnico da Contratada, com registro em Ata;

6.2.2. Emissão de Diário de Obra diário, com registro das atividades executadas, efetivo de pessoal, equipamentos em operação e ocorrências relevantes;

6.2.3. Submissão mensal de medições de serviços executados, acompanhadas de memória de cálculo, registro fotográfico e relatório de avanço físico-financeiro;

6.2.4. Realização de controle tecnológico do concreto a cada evento de concretagem, conforme ABNT NBR 12655, com emissão de laudos de ensaio de resistência à compressão;

6.2.5. Atualização mensal do cronograma físico-financeiro, com indicação de desvios e ações corretivas quando necessário.

6.3. Tecnologias:

6.3.1. Utilização de concreto usinado bombeável com controle tecnológico para fundações, pilares, vigas e lajes;

6.3.2. Lajes pré-fabricadas unidirecionais em viga treliçada/lajota EPS, com capa de concreto armado in loco;

6.3.3. Sistema de climatização centralizada com chiller de 120 TR, fan coils, unidades de tratamento de ar (AHU), rede de dutos em chapa galvanizada isolados com manta de lã de vidro, conforme ANVISA RDC nº 50/2002 e RE nº 09/2003;

6.3.4. Sistema elétrico com grupo gerador, quadros de transferência automática (QTA), SPDA, conforme ABNT NBR 13534 e NBR 5410;

6.3.5. Sistema de gases medicinais com tubulação em cobre rígido classe A, centrais de ar comprimido e vácuo duplex, régua de cabeceira hospitalar e painel de alarme, conforme ABNT NBR 12188;

6.3.6. Vedações em sistema drywall com chapas de gesso acartonado standard e resistente à umidade (RU).

6.4. Procedimentos:

6.4.1. A contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização o Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro detalhado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço;

6.4.2. Toda alteração de projeto ou especificação técnica deverá ser previamente autorizada pela fiscalização mediante Registro de Solicitação de Informação (RFI);

6.4.3. A execução de cada etapa somente poderá avançar após aceite formal da fiscalização sobre a etapa anterior, especialmente nas fases de fundação, estrutura e instalações embutidas;

6.4.4. O recebimento provisório ocorrerá após vistoria técnica (ocorrerá no máximo em até 15 dias) com elaboração de lista de pendências, cuja quitação integral será condição para o recebimento definitivo;

6.4.5. O recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, conforme art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Atividade	Frequência
Execução das obras	Contínua, em dias úteis
Reunião de obra	Semanal
Emissão do Diário de Obra	Diária
Medição de serviços	Mensal
Controle tecnológico do concreto	A cada evento de concretagem
Atualização do cronograma	Mensal
Relatório fotográfico de avanço	Mensal, anexo à medição

6.5.1. Cronograma de realização dos serviços, conforme link [UBS - PLANALTO](#)

6.5.2. Etapas / Período / A partir de / Após Concluído:

Etapa	Descrição	Início	Duração: 540 dias	Condição ante
1	Serviços Preliminares, Canteiro e Mobilização	Em até 10 dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço	10	—
24	Elaboração de Projetos Executivos e Licenças	A partir do 1º dia da OS	60 dias	Paralelo à Etapa 1
25	Demolições e Limpeza do Terreno	Em até 10 dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço	30 dias	Paralelo à Etapa 1
26	Movimento de Terra	A partir do 30º dia	30 dias	Após Etapa 25 (limpeza concluída)
2	Fundações	A partir do 60º dia	90 dias	Após Etapas 25 e 26 (terreno limpo e movimento de terra)
3	Estrutura (Pilares, Vigas e Lajes)	A partir do 90º dia	150 dias	Após fundação ≥60%
17	Instalações Hidrossanitárias (embutidas)	A partir do 120º dia	150 dias	Após fundação ≥30%
18	Instalações Elétricas (embutidas)	A partir do 120º dia	210 dias	Após estrutura ≥30%
4	Alvenaria, Vedações e Divisórias	A partir do 120º dia	120 dias	Após estrutura ≥70%
21	Gases Medicinais (embutidas)	A partir do 150º dia	120 dias	Após alvenaria ≥40%

6	Cobertura	A partir do 180º dia	60 dias	Após estrutura ≥90%
5	Esquadrias	A partir do 210º dia	90 dias	Após alvenaria ≥90%
7	Impermeabilizaçã o	A partir do 240º dia	90 dias	Após cobertura 100%
8	Revestimento de Parede	A partir do 270º dia	120 dias	Após hidrossanit árias ≥70%
9	Revestimento de Piso Interno	A partir do 300º dia	60 dias	Após elétricas ≥70%
11	Revestimento de Teto	A partir do 330º dia	90 dias	Após impermeabi lização 100%
12	Fachada	A partir do 360º dia	60 dias	Após parede ≥50%
10	Revestimento de Piso Externo	A partir do 390º dia	30 dias	Após fachada ≥50%
13	Pintura	A partir do 420º dia	150 dias	Após parede, piso e teto ≥80%
14	Marmoraria	A partir do 450º dia	30 dias	Após piso interno 100%
20	Dados e Voz	A partir do 450º dia	30 dias	Após elétricas ≥90%
15	Louças, Metais e Acessórios	A partir do 480º dia	30 dias	Após piso interno 100%
16	Corrimão, Guarda-Corpo	A partir do 480º dia	30 dias	Após pintura ≥25%
27	Fossa, Filtro e Sumidouro	A partir do 480º dia	30 dias	Após hidrossanit árias 100%
33	Subestação de Energia	A partir do 480º dia	150 dias	Após elétricas ≥90%

34	Muro	A partir do 480º dia	30 dias	Após fachada 100%
22	Urbanização	A partir do 510º dia	30 dias	Após piso externo 100%
23	Serviços Complementares	A partir do 510º dia	30 dias	Após urbanização ≥50%
28	Bate-Maca	A partir do 510º dia	30 dias	Após pintura ≥50%
30	Iluminação Externa	A partir do 510º dia	30 dias	Após urbanização ≥50%
31	Pavimentação em Blocos	A partir do 510º dia	30 dias	Após urbanização ≥50%
31	Calçamento Externo	A partir do 510º dia	90 dias	Após urbanização 100%
	Recebimento: Comissionamento e Recebimento Provisório	A partir do 540º dia	-	Após 100% de todas as etapas + laudos

6.6. Local e horário da prestação dos serviços

6.6.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Governador Eduardo Campos e rua Satélite, sem número no bairro Planalto.

6.6.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Das 8 às 18 horas

6.7. Materiais a serem disponibilizados

6.7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.7.2. Os materiais a serem utilizados devem seguir rigorosamente os memoriais descritivos e especificações técnicas;

6.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características, principais:

6.8.2. Elaboração do projeto executivo; e

6.8.3. Execução da obra conforme projeto;

6.9. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.9.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como aquele estabelecido na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). No mínimo 60 (sessenta) meses após o recebimento definitivo da obra.

6.10. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.10.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.11. Disposições específicas para contratações semi-integradas

6.11.1. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

6.11.2. Nas hipóteses em que for adotada a contratação semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

6.11.3. Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

6.11.4. Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.11.5. Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e

6.11.6. Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.

7. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Preposto

7.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6.2. A contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução da obra, inicialmente previsto para 8 às 18 horas.

7.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.7. Fiscalização

7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8. Fiscalização Técnica

7.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.9. Fiscalização Administrativa

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.9.4. Deverá ainda observar os seguintes normativos:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

Portaria de Consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

RDC 63/2011 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

RDC 222/2018 ANVISA - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde

RDC 36/2013 ANVISA - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.

RDC 15/2012 ANVISA – Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

RDC Nº 611, ANVISA- Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, e demais Normas como as NBR/ABNT.

RDC 197/2017 - Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução Conama nº 358/2005 – Tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

ABNT NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

ABNT NBR 12.188/2016 – Sistema centralizados de suprimentos de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimentos de saúde.

ABNT NBR 7256/2016 – Tratamento de ar em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) – Requisitos para projetos e execução das instalações.

7.10. Gestor do Contrato

7.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.11. Da Matriz De Risco Contratual

7.11.1. A matriz consiste no documento que discrimina, de forma clara e objetiva, os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração do contrato, com o intuito de evidenciar os riscos assumidos pela administração pública e os riscos incorporados pelo particular.

7.11.2. É de responsabilidade da empresa licitante, a análise e previsão em sua proposta de preços, dos riscos alocados sob sua responsabilidade, não cabendo aditivos ou reclamações futuras nos riscos que lhe couberem.

7.11.3. A Matriz de Riscos Contratual será cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

7.11.4. Os riscos e alocação das responsabilidades relacionados ao objeto estão descritos no ANEXO III deste termo – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS.

7.11.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável pelos riscos e responsabilidades alocadas para a sua parte.

7.11.6. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competem à CONTRATANTE.

7.11.7. A listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo quando de sua ocorrência estarão dispostas na matriz de risco.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Planilha de Medição dos Serviços Prestados, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.3. não produzir os resultados acordados,

8.4. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.5. A utilização da Planilha de Medição dos Serviços Prestados não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.7. A medição dos serviços executados será realizada mensalmente, com base na comparação entre os quantitativos efetivamente executados e os previstos na Planilha Orçamentária e no Cronograma Físico-Financeiro aprovados, devendo a Contratada apresentar à fiscalização, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período medido, os seguintes documentos:

8.8. Memória de cálculo dos quantitativos medidos, com croquis e plantas indicativas dos serviços executados;

8.9. Registro fotográfico datado das frentes de serviço em execução;

8.10. Diários de obra do período; Relatório de controle tecnológico do concreto, quando aplicável;

8.11. Cronograma físico financeiro atualizado, indicando o avanço real versus o previsto.

8.12. O pagamento será realizado proporcionalmente aos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, com base nos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária contratual, observando-se que:

8.13. Somente serão medidos e pagos os serviços que estiverem concluídos, dentro das especificações técnicas dos projetos e normas aplicáveis, e formalmente aceitos pelo fiscal

técnico do contrato;

8.14. Serviços executados em desconformidade com os projetos, especificações ou normas técnicas não serão aceitos para medição, devendo ser corrigidos ou refeitos pela Contratada sem ônus para a Contratante;

8.15. A retenção ou glosa no pagamento será aplicada proporcionalmente à irregularidade verificada, nos termos do item 7.1.1, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021;

8.16. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do atesto da Nota Fiscal pelo gestor do contrato, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

8.17. Para fins de aferição da qualidade dos serviços executados, a fiscalização adotará os seguintes parâmetros mínimos de aceitação:

8.18. Serviços de estrutura e fundações: apresentação dos laudos de controle tecnológico do concreto com resultado de resistência à compressão (FCK) igual ou superior a 35 MPa, conforme ABNT NBR 12655, e verificação visual e dimensional das peças concretadas;

8.19. Serviços de instalações elétricas: apresentação dos resultados de testes de continuidade, isolamento e aterramento, conforme ABNT NBR 5410 e NBR 13534, acompanhados de ART do responsável técnico;

8.20. Serviços de climatização: apresentação dos relatórios de balanceamento de ar, medição de temperatura e umidade dos ambientes e comprovação de conformidade com os parâmetros da ANVISA (RDC nº 50/2002 e RE nº 09/2003), acompanhados de ART do responsável técnico;

8.21. Serviços de revestimentos e acabamentos: verificação de planeza, prumo, nível e aderência, conforme ABNT NBR 13749 (revestimentos de argamassa) e NBR 13753/13754 (revestimentos cerâmicos);

8.22. Serviços de impermeabilização: apresentação de laudo de estanqueidade com resultado de teste de alagamento por 72 (setenta e duas) horas, conforme ABNT NBR 9574;

8.23. Serviços de gases medicinais: apresentação dos resultados de testes de estanqueidade, pureza e identificação dos gases, conforme ABNT NBR 12188, acompanhados de ART do responsável técnico.

8.24. Do recebimento

8.24.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.24.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.24.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.24.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.24.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.24.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.24.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.24.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.24.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.24.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.24.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.24.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.24.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.24.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.24.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.24.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.24.17. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.24.18. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.24.19. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.24.20. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.24.21. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.24.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.24.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.24.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.25. Liquidação

8.25.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.25.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.25.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.25.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.25.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.25.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.25.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.25.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.25.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.26. Prazo de pagamento

8.26.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.26.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice SINAPI/RO de correção monetária.

8.27. Forma de pagamento

8.27.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.27.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.27.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.27.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução: Contratação Semi-integrada.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.5. Habilitação jurídica

9.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.5.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.7. Qualificação técnica

9.7.1. A qualificação técnica tem por finalidade comprovar que a empresa interessada possui aptidão técnica, experiência prévia e capacidade operacional compatíveis com a execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade de Atenção Básica, em conformidade com o objeto desta Concorrência Pública, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e das normas do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

9.7.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico operacional, deverão ser apresentados: certidões ou atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e registrados no conselho profissional competente, quando exigível, que demonstrem a capacidade operacional da empresa na execução de serviços ou obras similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta

Concorrência Pública, acompanhados dos documentos comprobatórios previstos no § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021.

I) Registro profissional

A empresa participante deverá apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da sede ou domicílio da participante.

II) Capacidade técnico profissional

A capacidade técnico profissional será comprovada mediante a demonstração de que a empresa possui, em seu quadro ou a ela vinculados, profissional(is) legalmente habilitado(s), responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, detentor(es) de experiência compatível com o objeto desta Concorrência Pública.

a) Comprovação de Responsável(is) Técnico(s), engenheiro(s) civil(is), arquiteto(s) ou outro(s) profissional(is) legalmente habilitado(s), mediante apresentação de:

- Atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA ou CAU;
- Correspondentes ART(s) ou RRT(s), comprovando a execução de obras ou serviços compatíveis com o objeto.

b) O vínculo do responsável técnico com a empresa poderá ser comprovado por:

- contrato social;
- registro em carteira de trabalho;
- ficha de empregado;
- contrato de prestação de serviços ou contrato com profissional autônomo, desde que o vínculo esteja formalizado até a data de abertura da Concorrência Pública, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

c) Admitir-se-á a substituição do responsável técnico durante a execução do contrato somente por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante prévia aprovação do Agente Financeiro.

III) Capacidade técnico operacional da empresa

A capacidade técnico operacional da empresa será comprovada mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no respectivo conselho profissional competente (CREA ou CAU), quando exigível, que demonstrem a aptidão da empresa para a execução de obras compatíveis com o objeto desta Concorrência Pública, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

a) A aptidão deve ser comprovada por atestados de fornecimento compatível em características e volumes (mínimo de 50% do estimado):

I. ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 **(25% do quantitativo total)**.

II. MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024 **(25% do quantitativo total)**.

b) Não será admitida a comprovação de capacidade técnico operacional por meio de obras ou serviços em andamento, sendo aceitos exclusivamente empreendimentos integralmente concluídos, devidamente comprovados por atestados idôneos.

IV) Acervo técnico-profissional do(s) responsável(is) técnico(s)

A comprovação do acervo técnico profissional será realizada mediante a apresentação de atestados ou certidões, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no respectivo conselho profissional competente (CREA ou CAU), que

demonstrem que o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela empresa já executou(aram) obras ou serviços compatíveis com a construção de uma Unidade de Atenção Especializada

a) Os atestados deverão evidenciar a execução de serviços de engenharia e/ou arquitetura de natureza semelhante, compatíveis quanto às características técnicas, complexidade e porte desta Concorrência Pública.

b) O vínculo do responsável técnico com a empresa deverá ser comprovado na forma da legislação vigente, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

V) Visita técnica

A empresa deverá apresentar:

a) atestado de participação em visita técnica realizada pelo responsável técnico; ou

b) declaração formal de pleno conhecimento das condições do imóvel e das características do local de implantação do empreendimento.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Preliminarmente, baseados em orçamento prévio estimativo foi estimado em **R\$ 3.787.191,24 (três milhões setecentos e oitenta e sete mil cento e noventa e um reais e vinte e quatro centavos)**, o valor de referência da contratação ora pretendida.

10.1.1. REFERÊNCIA: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025).

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Das Obrigações Da Contratada

11.1.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem os dispostos a seguir:

11.1.1.1. Apresentar na reunião de partida os seguintes documentos: Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do responsável pela execução da obra. Certificado do Cadastro Específico do INSS (CEI), Comprovante da Garantia Contratual e Plano de Trabalho e Cronograma Físico financeiro de execução dos serviços elaborados se em conformidade com o projeto e seus anexos;

11.1.1.2. Cumprir rigorosamente com a Prestação dos Serviços solicitados observando o que dispõe o Termo de Referência, e Projeto de Engenharia composto de: projetos geométricos, mapas e detalhes construtivos e de acessibilidade, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, composições unitárias, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, e ainda: Edital de licitação e normas técnicas.

11.1.1.3. A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

a) Por qualquer acidente no trabalho de execução das obras e serviços contratados;

b) Pelo uso de patentes registradas;

c) Pela destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo Município;

d) Pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública, ou local de terceiros.

11.1.1.4. A contratada deverá manter preposto, devidamente aceito pela Administração, no local da Obra, para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.2. A contratada deverá apresentar uma Declaração de Domicílio Bancário – DDB identificando o banco, agência e conta-corrente como única e exclusiva para todos os recebimentos que a Administração Pública do Município de Porto Velho – RO deverá efetuar relativos ao cumprimento de suas obrigações contratuais, conforme determina a Lei 14.133/2021.

11.1.3. Os serviços realizados terão a garantia de 05 (cinco) anos a contar do recebimento definitivo.

11.1.4. Fornecer os materiais/peças e equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade necessários para a perfeita execução dos serviços.

11.1.5. Utilizar pessoal habilitado e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.1.6. Vedar a utilização, na execução do contrato, prestadores de serviços que sejam familiares de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

11.1.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos.

11.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência, no contrato ou autorizada pela CONTRATANTE.

11.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatória para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.11. Submeter à CONTRATANTE, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE.

11.1.12. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.

11.1.13. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais/peças, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus representantes, empregados, ou trabalhadores em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do artigo 120, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.14. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a fiscalização.

11.1.15. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços.

11.1.16. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.

11.1.17. Assumir total responsabilidade pela disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciárias, tributárias, e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato.

11.1.18. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CONTRATANTE.

11.1.19. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a CONTRATANTE.

11.1.20. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 92, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado quando dos pagamentos à CONTRATADA.

11.1.21. Os profissionais deverão utilizar uniforme completo e os equipamentos de proteção individual – EPI e equipamentos de Proteção Coletiva – EPC, cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor, sem custo para Administração.

11.1.22. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente às instalações da CONTRATANTE, providenciando sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.

11.1.23. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

11.1.24. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

11.1.25. Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao presente objeto, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante, do órgão concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

11.1.26. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.1.27. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

11.1.28. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.1.29. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos materiais, objeto deste certame, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, observado o que dispõe o art. 125 da Lei 14.133/21.

11.2. Das Obrigações Da Contratante

11.2.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais disposições legais, a Contratante se obrigará:

11.2.2. Realizar reunião de partida com a CONTRATADA após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia;

11.2.3. Efetuar regulamente o pagamento do objeto deste Termo de Referência, desde que estabelecidas às condições regidas no Contrato;

11.2.4. Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos serviços realizados pela Contratada e respectivas medições emitidas de acordo com o Cronograma físico-financeiro;

11.2.5. A fiscalização exercida pelo corpo técnico da Prefeitura Municipal de Porto Velho, terá em especial, poderes para suspender a execução dos serviços que estejam em desacordo com a discriminação do objeto contratado;

11.2.6. Exigir reparo dos possíveis danos causados à Administração ou a terceiros por culpa ou dolo da Contratada;

11.2.7. Zelar pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, pela prestação de todas as informações indispensáveis à regular execução das obras, pelo pagamento oportuno das parcelas devidas;

11.2.8. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.2.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021;

11. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Da Contratação

12.1.1. A Contratação decorrente da presente Licitação, ficará subordinada às normas da Lei 14.133/2021 e será instrumentalizada por intermédio da assinatura do Contrato.

12.1.2. Conforme Art. 90 da Lei 14.133/2021, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

12.1.2.1. Conforme § 5º do Art. 90 da Lei 14.133/2021, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

12.1.3. A contratação resultante do objeto deste instrumento, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

12.2. Da Vigência Contratual

12.2.1. O prazo de vigência do contrato (estando nele incluído os prazos de Ordem de Início da obra, execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e pagamento) **será de 20 (vinte) meses**, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme prevê o **Art. 111 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021**.

12.2.2. O prazo para início dos trabalhos fica fixado para a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

12.3. Reajustamento E Atualização Monetária

12.3.1. Após decorrido o intervalo de 12 (doze) meses, o contrato poderá ser reajustado, a pedido da contratada obedecendo aos índices oficiais de variação das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, CPOS/CDHU, SBC, ORSE, IOPEs, EMOP, SETOP, SEINFRA, AGETOP CIVIL, FDE, SICRO3, SIURB, AGESUL, aplicáveis para o Estado de Rondônia, contados a partir da data do orçamento estimado pela Administração.

12.3.2. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

Io = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação do estimado da administração; e
V = Valor contratual a ser reajustado.

12.3.3. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.3.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações e compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrado por simples apostila.

12.3.5. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

12.4. Da Rescisão Contratual

12.4.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual:

12.4.1.1. As hipóteses descritas no Art. 137 da lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições do Art. 138 da referida lei.

12.4.1.2. Quando a não conclusão do serviço decorrer de culpa do contratado, conforme o que prevê o Art. 111. da lei 14.133/2021, Parágrafo único, inciso II.

12.5. Da Matriz De Risco Contratual

12.5.1. A matriz consiste no documento que discrimina, de forma clara e objetiva, os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração do contrato, com o intuito de evidenciar os riscos assumidos pela administração pública e os riscos incorporados pelo particular.

12.5.2. É de responsabilidade da empresa licitante, a análise e previsão em sua proposta de preços, dos riscos alocados sob sua responsabilidade, não cabendo aditivos ou reclamações futuras nos riscos que lhe couberem.

12.5.3. A matriz de Riscos Contratual será cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

12.5.4. Os riscos e alocação das responsabilidades relacionados ao objeto estão descritos na Matriz de risco.

12.5.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável pelos riscos e responsabilidades alocadas para a sua parte.

12.5.6. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competem à CONTRATANTE.

12.5.7. A listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência estarão dispostas na matriz de risco.

13. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Lei, a Lei 12.846/13, CONTRATADA que:

13.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Subcontratar parte ou o todo do objeto sem a autorização da CONTRATANTE; (aplicar a redação nos casos em que o edital não prevê a subcontratação);

13.1.7. Subcontratar parcela do objeto fora das condições previstas no edital ou sem autorização da CONTRATANTE. (Aplicar a redação nos casos em que o edital prevê a subcontratação).

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

13.2.2. Multa de:

13.2.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) até 0,6% (seis décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.2.2.2. 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.2.2.3. 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.2.2.4. 0,5% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; Nota explicativa: os patamares estabelecidos nos itens acima poderão ser alterados a critério da autoridade;

13.2.2.5. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

13.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até três anos.

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhada de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU DE CORRESPONDÊNCIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,7% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,9% ao dia sobre o valor do contrato

4	1,8% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 2 INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

Nota explicativa: a autoridade poderá incluir na tabela de infrações outras condutas que entender necessárias, pertinentes ao serviço prestado, ou retirar as que entender serem inadequadas ao objeto contratual em questão.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e serão cobrados judicialmente.

13.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.12. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que pode ficar sujeito, a lista das penalidades administrativas a que o licitante, adjudicatário ou contratado pode ser submetido, assim como o rito do procedimento administrativo para sua aplicação, estão dispostos na Lei nº 14.133, de 2021.

13.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

13.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

13.15. No mais, em casos de inadimplemento, aplicam-se as sanções, as formas, os prazos e demais prerrogativas previstas nos arts. 95 à 130 do Decreto Municipal Lei 18.892/2023.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas com o objeto desta contratação serão custeadas com recursos oriundos da seguinte Dotação Orçamentária, Programa de Trabalho e Elemento de Despesas, também explicitados e constantes da respectiva Nota de Empenho:

Projeto/Atividade: 08.31.10.302.329.1.518 - Construção, ampliação, reforma e aquisição de bens imóveis

Fonte de Recursos: 1600.0000.0000.0000 - Transferências fundo a fundo SUS – Governo Federal (Bloco); 1601.0000.0000.0000 - Transferências fundo a fundo SUS – Governo Federal (Bloco)

Elemento de Despesa: 4.4.90.51- Obras e instalações.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá deste Termo de Referência.

15.3. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho-RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. DOS ANEXOS:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (id. 0862049);

Anexo II - Contendo planilhas de serviços, memória de cálculo, composições unitárias, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e outros documentos pertinentes a execução da construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto, no município de Porto Velho. link [UBS - PLANALTO](#)

Anexo III - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS (id. 0865451)

Porto Velho, 14 de maio de 2025.

Responsável pela elaboração:

Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil

Raphaela Castiel de Carvalho
Diretora do Departamento de Atenção Básica – DAB

Geison Felipe Costa Da Silva
Diretor Executivo de Administração

Ricardo Guedes Brandão
Coordenador de Gestão Administrativo Financeira

Autorização da despesa:

Declaro estar ciente dos principais riscos desta contratação e AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO na forma legal, conforme competência prevista no Art. 28º da Lei Complementar Municipal nº 882/2022 e demais alterações.

Sandra Maria Petillo Cardoso
Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

Estudo Técnico Preliminar (id. 0862049);

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, informamos que os mesmos poderão ser adquiridos junto ao EDITAL DE LICITAÇÃO, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

ANEXO II –TERMO DE REFERENCIA

ANEXO II– Contendo planilhas de serviços, memória de cálculo, composições unitárias, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e outros documentos pertinentes a execução da construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto, no município de Porto Velho. Link: [UBS - PLANALTO](#)

ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS (id. 0865451)



Documento assinado eletronicamente por **Naiara Ferreira Lima, Assessor(a)**, em 14/05/2026, às 14:12, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 14/05/2026, às 16:01, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a)**, em 14/05/2026, às 16:10, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Almeida da Costa, Diretor(a)**, em 14/05/2026, às 16:50, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 15/05/2026, às 12:13, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jarbas Carvalho Dos Santos, Diretor(a)**, em 18/05/2026, às 16:19, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0919834** e o código CRC **7C3317C0**.





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 18/2026/DEA/CGAF/SEMUSA

Processo Administrativo: 002.000459/2026-31

Data do Pedido: 24/04/2026

Servidor ou Equipe de Planejamento Responsável pela elaboração do ETP:

Setor/Departamento Requisitante: Departamento de Atenção Básica	
Responsável pela demanda: Raphaela Castiel de Carvalho - Diretora do Departamento de Atenção Básica – DAB	Matrícula:
E-mail: dab.semusa@portovelho.ro.gov.br	Telefone:

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto, no âmbito do Novo PAC – Saúde, proposta nº 11155.7650001/25-021.

1.2. **NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA:** Trata-se de obra de engenharia, cuja atividade estabelecida, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, implica a intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, de interesse para a Administração, que deverá ser norteada e executada de acordo com Projeto Básico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A presente justificativa tem o condão de suprir a elaboração ordinário do Documento de Formalização da Demanda – DFD no presente processo, referente a Contratação de empresa especializada para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto, no âmbito do Novo PAC – Saúde, proposta nº 11155.7650001/25-021, uma vez que, trata-se de proposta cadastrada em 12/08/2025, cujo os projetos foram encaminhados a esta SEMUSA em 24 de abril de 2026 através do Ofício Nº 717/2026/SMCL-DPE (0828896).

2.2. O presente documento visa analisar a viabilidade de eventual e futura contratação de serviços de engenharia e construção civil por empresa especializada para execução da obra de construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto, viabilizada através da liberação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), programa de investimentos coordenado pelo governo federal, e formalizado através da proposta nº 11155.7650001/25-021.

2.3. O objeto da contratação em estudo localiza-se no município de Porto Velho, no estado de Rondônia, definindo-se como uma edificação nova e independente das construções existentes em seu entorno.

2.4. O Novo PAC é um programa de investimentos em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. Trata-se de um esforço conjunto para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais. Está organizado em nove eixos, que são grandes áreas de

organização do programa reunindo todas as obras e serviços destinados à população. O objeto da contratação em estudo localiza-se no eixo Saúde, subeixo Atenção Primária.

2.5. A inserção da saúde como eixo estruturante do Novo PAC vem no sentido de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo um atendimento universal, equitativo e integral, devidamente adequado às necessidades da região de saúde do estado de Rondônia.

2.6. A justificativa para construção do objeto se baseia na necessidade de garantir acesso adequado e oportuno à rede materno-infantil para as pessoas com deficiência (que atualmente correspondem a 20 (vinte) mil habitantes, fortalecendo a reinserção e atuando de maneira direta e indireta no processo de cuidado das pessoas com deficiência. O bairro Planalto, localizado na zona leste da capital Porto Velho/RO, está situado a aproximadamente 10 (dez) quilômetros do centro urbano. A localidade é composta por diversos condomínios habitacionais e imóveis ocupados por famílias.

2.7. O acesso da população local aos serviços de saúde é, em sua maioria, dependente de unidades situadas em outras regiões da cidade. A unidade de saúde mais próxima se encontra a mais de 05 (cinco) quilômetros de distância, o que representa uma barreira significativa ao atendimento, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, tais unidades enfrentam situações recorrentes de superlotação, o que compromete a oferta de um atendimento digno e humanizado.

2.8. Ademais a construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto, com capacidade para acomodar a(s) equipe(s) multidisciplinar(es) necessárias e infraestrutura para oferecer os atendimentos específicos, é uma estratégia eficaz para fortalecer a atenção primária à saúde. O presente estudo trabalha com a premissa de espaços construídos que seguem as orientações mais recentes de atenção à saúde, alinhadas as portarias específicas do Ministério da Saúde, que integram novas soluções de tratamento, ampliação dos espaços de atendimento e incorporação de práticas sustentáveis.

2.9. Sendo assim, como impacto da construção espera-se a melhoria da cobertura assistencial e maior qualidade dos serviços prestados à população local. Com a ampliação das equipes multiprofissionais e a integração à rede de atenção, espera-se maior equidade no acesso à rede, especialmente nas regiões mais carentes do município, como zonas rurais, áreas de difícil acesso e comunidades em situação de vulnerabilidade. Este investimento não apenas atenderá às necessidades imediatas da população, mas também a melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas com deficiência, considerando fatores ambientais, de mobilidade urbana e acessibilidade.

2.10. A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, instituída pela Portaria nº 675/GM, de 30 de março de 2006, estabelece que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde de forma ordenada, organizada e acolhedora. Também assegura que o problema de saúde deve ser solucionado de maneira adequada, humanizada e livre de qualquer forma de discriminação, garantindo cuidados apropriados ao estado de saúde de cada usuário.

2.11. Para assegurar esses direitos, o modelo assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS) propõe a organização dos serviços em formato de rede. Essa configuração envolve a regionalização e a integração das ações de atenção à saúde, com o objetivo de garantir a integralidade da assistência oferecida e otimizar o uso dos recursos públicos, por meio de sua racionalização e sistematização.

2.12. Destaca-se ainda que muitos moradores do bairro Planalto são obrigados a percorrer longas distâncias em busca de atendimento, recorrendo a unidades de saúde que, na maioria das vezes, já operam com suas metas de atendimento esgotadas, impossibilitando a prestação adequada dos serviços necessários.

2.13. Diante desse cenário, reforça-se que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal, sendo, portanto, essencial garantir o acesso universal e igualitário à atenção à saúde, por meio da construção de uma unidade de saúde que atenda às reais necessidades da comunidade local.

2.14. Ademais, a Lei nº 8.080/1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde, dispõe que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, devendo ser assegurada mediante

políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal, igualitário e contínuo aos serviços de saúde.

2.15. Por fim, os artigos 196 a 198 da Constituição Federal reforçam a obrigação do Estado em garantir políticas públicas voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer forma de distinção, assegurando aos cidadãos o pleno exercício desse direito fundamental.

2.16. **Endereço:** Rua Governador Eduardo Campos e rua Satélite, sem número no bairro Planalto.

2.17. Frente ao exposto, demonstra-se evidente a necessidade de contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto. Cabe ressaltar novamente que se trata de uma contratação com financiamento vinculado à programa específico do Governo Federal, tornando-se assim oportunidade única de fortalecimento do SUS, preparando o município de Porto Velho, RO para os desafios futuros no atendimento especializado de saúde.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Natureza do serviço

3.1.1. Trata-se de serviço de engenharia, conforme Art. 6, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, voltado para o atendimento a necessidades pontuais, caracterizando contratação por escopo.

3.2. Garantia da contratação

3.2.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato.

3.2.2. No caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

3.2.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

3.2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

3.3. Critérios de Sustentabilidade

3.3.1. São critérios de sustentabilidade que devem ser observados na contratação e durante sua execução:

3.3.1.1. O Art. 144 da Lei nº 14.133/2021, levando em conta que a contratação em questão contribuirá de forma positiva fomentando a implementação de sistemas mais eficientes que possam gerar economia energética, disposição correta de resíduos de obras e de estabelecimentos de atenção a saúde, bem como economia de água. Pretende-se, também, o estímulo à implantação de sistemas autossustentáveis com projetos que contemplem a geração de parte ou a totalidade da energia elétrica consumida, o que implementa a necessidade que a contratada tenha experiência na implantação desse tipo de sistema;

3.3.1.2. A IN 02/2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit;

3.3.1.3. O Art. 170, inciso VI, e o Art. 225 da Constituição Federal;

3.3.1.4. Se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

3.3.1.5. Se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098/2000, da Lei nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

3.3.1.6. 4.3.1.6. Se está adequado as Políticas Nacionais de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981), de Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009) e de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assim como Resoluções CONAMA pertinentes.

3.4. **Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)**

3.4.1. Seleção baseada em estudos técnicos: permite a especificação de marcas ou modelos que atendam às exigências técnicas e de qualidade estipuladas nos Estudos Técnicos Preliminares, conforme inciso I do Art. 41 da Lei nº 14.133, não será aplicada a exigência.

3.5. **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)**

3.5.1. **Restrições comerciais:** A administração não recusará produtos/marcas específicas, pois não existem processos de exclusão com base no inciso III do Art. 41 da Lei 14.133/2021.

3.6. **Carta de solidariedade**

3.6.1. Compromisso do fabricante: Exigir carta de solidariedade de fabricantes para garantir apoio na execução contratual, conforme inciso IV do Art. 41. Não será aplicada essa exigência.

3.7. **Subcontratação**

3.7.1. **Proibição e permissões:**

3.7.1.1. **Subcontratação parcial:** Admitida até o limite de 25% do valor total do contrato, excluindo-se as partes principais e de maior relevância.

3.7.1.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em

3.7.1.2.1. Serviços Preliminares e Indiretos: Representa 6,88% da execução física-financeira da obra

3.7.1.2.2. Fundações e estruturas: Representa 22,20% da execução física-financeira da obra

3.7.1.2.3. Alvenaria, vedações e divisórias: Representam 6,91% do custo total da obra.

3.7.1.2.4. Esquadrias: Representam 5,94% do custo total da obra

3.7.1.2.5. Revestimento de Piso Interno: Representam 5,59% do custo total da obra

3.7.1.2.6. Instalações Elétricas: Representa 9,72% do custo total da obra.

3.7.1.2.7. Climatização: Representa 17,79% do custo total da obra.

3.7.2. **Condições para Autorização da Subcontratação**

3.7.2.1. Nos termos do art. 122, §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021, toda subcontratação ficará condicionada a:

3.7.2.1.1. Prévia anuência formal da Administração, mediante análise técnica do gestor/fiscal do contrato;

3.7.2.1.2. Apresentação de documentação técnica do subcontratado (atestados de capacidade técnica, registro no CREA/CAU, certidões de regularidade fiscal e trabalhista);

3.7.2.1.3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo responsável técnico da subcontratada para as parcelas executadas;

3.7.2.1.4. Vedação de subcontratação em cadeia, não sendo permitido ao subcontratado repassar sua parcela a terceiros;

3.7.2.1.5. Vedação a subcontratadas com vínculos com dirigentes do órgão contratante ou agentes públicos envolvidos na fiscalização ou gestão do contrato (art. 122, § 3º);

3.7.2.1.6. Responsabilidade integral do contratado perante a Administração, independentemente de qualquer subcontratação realizada.

3.8. **Vistoria**

3.8.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 17h.

3.8.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, a qual poderá ser agendada através do e-mail dab.semusa@portovelho.ro.gov.br

3.8.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.8.4. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar declaração assumindo, incondicionalmente, a RESPONSABILIDADE de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação, caso seja sagrado vencedor.

3.9. **Participação de consórcio**

3.9.1. Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a atuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

3.9.2. A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção da Unidade Básica de Saúde, não exige qualificações distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

3.10. **Condições de participação**

3.10.1. Não existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

3.10.2. SICAF;

3.10.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

3.10.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.10.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

3.11. **Legislação relacionada**

3.11.1. A licitante vencedora contratada deverá realizar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial:

3.11.2. Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, que em seu anexo estabelece Programa Mínimo para unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto.

3.11.3. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

3.11.4. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;

- 3.11.5. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 3.11.6. Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;
- 3.11.7. Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- 3.11.8. Resolução Conama nº 358/2005 - Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de Saúde.
- 3.11.9. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 5ª edição, publicado em agosto de 2022;
- 3.11.10. As portarias consolidadas do Ministério da Saúde;
- 3.11.11. Resoluções de Diretoria Colegiada da Anvisa pertinentes a cada unidade assistencial, em especial a RDC nº 50 de 2002 e RDC nº 51 de 2011, ou suas atualizações;
- 3.11.12. Normas da ABNT relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura objeto desta contratação, atualizadas; ou as normas internacionais consagradas na falta desta, em especial a ABNT NBR 9.050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; em sua versão mais atualizada bem como a ABNT NBR 16.651 - Proteção contra incêndios em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;
- 3.11.13. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- 3.11.14. Decreto nº 7.983/2013 – que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;
- 3.11.15. Regulamentos e determinações de órgãos regulamentadores e/ou fiscalizadores dos serviços públicos locais;
- 3.11.16. Leis e normas técnicas locais relacionadas à prevenção e combate à incêndio;
- 3.11.17. Orientações Técnica IBRAOP aplicáveis, tal como a OT – IBR 002/2009 – Obra e serviço de engenharia;
- 3.11.18. Demais normas técnicas específicas a aplicáveis e legislação correlata, em especial aquelas consolidadas na Biblioteca de Temas de Serviços de Saúde, disponível em www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/regulamentacao-servicos-de-saude-servicos-de-interesse-a-saude/biblioteca-de-temas-servicos-de-saude
- 3.11.19. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
- 3.11.20. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências. Lei nº 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF).
- 3.11.21. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências
- 3.11.22. [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#), que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- 3.11.23. [Decreto nº 11.997, de 16 de abril de 2024](#), que Altera o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União

- 3.11.24. Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, que dispõe sobre termos de compromisso relativos às transferências obrigatórias de recursos da União para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.
- 3.11.25. Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, que institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
- 3.11.26. RDC nº 63/2011 Anvisa – Requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de Saúde.
- 3.11.27. RDC nº 222/2018 Anvisa – Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de Saúde.
- 3.11.28. RDC nº 36/2013 Anvisa – Institui ações para a segurança do paciente em serviços de Saúde.
- 3.11.29. RDC nº 15/2012 Anvisa – Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.
- 3.11.30. RDC nº 611 Anvisa – Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, e demais normas, como as NBR/ABNT.
- 3.11.31. RDC nº 197/2017 – Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.
- 3.11.32. Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- 3.11.33. Resolução Conama nº 358/2005 – Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de Saúde.
- 3.11.34. ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade às edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- 3.11.35. ABNT NBR 12.188/2016 – Sistema centralizado de suprimentos de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimentos de Saúde.
- 3.11.36. ABNT NBR 7256/2016 – Tratamento de ar em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) – Requisitos para projetos e execução das instalações.
- 3.11.37. Além das normas estabelecidas pelos catálogos técnicos da ABNT e correlatos, a contratada deverá consultar e aplicar, quando pertinente, as normas indicadas na [Biblioteca de Temas de Serviços de Saúde](#).
- 3.11.38. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

3.12. Padrões mínimos de qualidade

- 3.12.1. Os materiais a serem aplicados devem estar de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas contidas nos anexos, a serem atendidas pela contratada. Assim, deverão ser de primeira qualidade, isentos de quaisquer defeitos de fabricação, transporte ou manuseio inadequados, produzidos de modo a atender integralmente no que lhes couber as especificações da ABNT, dos projetos e anexos, respondendo às exigências citadas nas normas sanitárias em relação às especificidades que dizem respeito à mitigação do risco sanitário e demais riscos pertinentes a um estabelecimento assistencial de saúde.
- 3.12.2. A substituição de materiais especificados por similares só poderá ser realizada mediante justificativa e autorização prévia expressa pelos responsáveis pelo gerenciamento e

fiscalização da obra, que poderão exigir a troca, quando houver dúvidas quanto à qualidade ou similaridade.

3.12.3. Os critérios, tipos de materiais e serviços a serem executados, bem como as normas para a execução, serão claramente especificados nos memoriais descritivos e nos projetos de engenharia, elaborados por profissional habilitado.

3.13. **Da padronização (Portaria Seges/ME nº 938/2022)**

3.14. A Lei das Licitações nº 14.133/2021 no seu art. 40, § 1º, inc. I, prevê a utilização preferencial dos produtos constantes do catálogo eletrônico de padronização. (Art. 40, § 1º, inc. I: I - especificamente do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança). Considerando que até o presente momento o item objeto desta contratação não consta cadastrado no mencionado repositório, não existe possibilidade fática de sua utilização por esta unidade solicitante.

3.15. **Requisitos gerais**

3.15.1. A obra será executada conforme o estabelecido no edital e seus respectivos anexos, nas quantidades especificadas na planilha (https://pmpvh-my.sharepoint.com/:f/g/personal/semesc_projetos_pmpvh_onmicrosoft_com/IgCxwT22LIOuSLPhY9YnNq82AQrlon57kbWmzNkJ6S4UmBU?e=ahTqkM), realizados pelo SMCL-DPE e disponibilizado através do Ofício 717 PEÇAS TECNICAS (SEI nº 0828896).

3.15.2. A empresa contratada será responsável por fornecer e instalar todos os materiais e equipamentos especificados na planilha orçamentária e nos memoriais descritivos, garantindo a correta adequação desses itens à obra da Policlínica. Esta medida visa evitar que instalações futuras comprometam a obra concluída, prevenindo danos e prejuízos aos serviços já executados.

3.15.3. Todos os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com os princípios de boa prática técnica e atender, rigorosamente, às normas brasileiras aplicáveis à construção civil. Em caso de divergências na interpretação dos documentos fornecidos, será adotada a seguinte ordem de prioridade:

3.15.3.1. Em caso de divergências entre a especificação da planilha orçamentária e os desenhos/projetos fornecidos à Prefeitura do Município de Porto Velho, deverá ser consultada.

3.15.3.2. Em caso de divergência entre projetos com datas diferentes, prevalecerá o mais recente.

3.15.3.3. Em caso de divergências no projeto, como entre as cotas dos desenhos e a representação gráfica em escala, a Prefeitura do Município de Porto Velho deverá ser consultada.

3.15.4. A contratante, Prefeitura do Município de Porto Velho, designará engenheiros, arquitetos e seus prepostos para acompanhar e fiscalizar as obras.

3.16. **Requisitos legais e normativos que disciplinam a execução da obra**

3.16.1. A solução técnica proposta, com base no projeto arquitetônico fornecido, está em conformidade com as normas aplicáveis ao tema. O foco principal está na norma sanitária vigente no país, especificamente na Resolução-RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que estabelece o regulamento técnico para o planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Esta norma aborda aspectos fundamentais como infraestrutura, áreas, dimensionamentos, instalações e acabamentos.

3.16.2. A proposta também observa as demais normas transversais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pertinentes ao objeto em questão. Além de Normas da ABNT, Instrumentos Normativos (IN) e Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego.

4. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

4.1. O trabalho de analisar as alternativas possíveis técnicas e econômicas da escolha do tipo de solução a contratar, e entre elas, qual é a mais vantajosa para a Administração sob os

aspectos da conveniência, economicidade e eficiência durante o ciclo de vida do objeto foi realizada por ocasião da captação do recurso, ainda em 2025, portanto havendo um termo de convênio com obrigações para o Município cumprir, e entre elas, todo o método construtivo aprovado, torna o levantamento de mercado inócuo, conforme expõe o Ofício Nº 717/2026/SMCL-DPE (0828896).

4.2. Isto posto, este estudo técnico se faz presente em atendimento à legislação vigente. Sendo assim, é importante consignar que a análise das possíveis soluções e o levantamento de mercado foram realizados pela gestão, juntamente com a equipe técnica da **SMCL-DPE**, no ano de 2025/2026. Não ficando, portanto, a cargo do realizador deste ETP a definição da melhor solução, uma vez que esta já está definida em planilhas orçamentárias e projetos da obra realizados pela SMCL, posteriormente encaminhados a SEMUSA para instrução processual.

4.3. **Planejamento e alinhamento com as práticas de mercado**

4.3.1. O planejamento e a instrução dos processos licitatórios estão em consonância com as práticas adotadas no mercado, especialmente no que se refere à identificação de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração Pública.

4.3.2. A execução dos serviços de engenharia para a construção da UBS Porte II atende às diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sendo considerada de interesse nacional, pois visa estabelecer um robusto arcabouço de serviços de saúde que abrange uma gama diversificada de necessidades médicas, sendo acessível e eficiente para toda a comunidade.

4.3.3. A execução das obras está alinhada às orientações e normas técnicas que regulam atividades em instituições de saúde, bem como aos requisitos estabelecidos pelos órgãos de controle, vigilância sanitária e segurança, refletidos nos processos em curso.

4.3.4. Considerando os requisitos definidos e as opções disponíveis no mercado, foram analisados aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Dessa forma, a solução escolhida atende ao objetivo esperado de maneira otimizada.

4.3.5. A análise das alternativas viáveis foi realizada durante a fase de elaboração dos projetos, garantindo que a escolha final seja a mais adequada para as necessidades.

4.3.6. Este levantamento de mercado visa, entre outros objetivos, analisar as alternativas possíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica para a escolha da solução contratada para a execução da obra da Policlínica.

4.4. **Opções de soluções tecnológicas disponíveis no mercado.**

4.4.1. O projeto seguiu as normativas e especificações técnicas que regem o objeto, baseando-se em parâmetros que refletem a organização do cuidado, práticas e processos de trabalho em serviços de saúde. Os projetos foram elaborados utilizando a Metodologia Building Information Modeling (BIM), em conformidade com o Decreto nº 10.306, emitido em 02 de abril de 2020, que determina o uso obrigatório do BIM para a execução de obras e serviços de engenharia realizados, direta ou indiretamente, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

4.4.2. Na indústria da construção civil, cada projeto é um quebra-cabeça complexo de materiais, recursos e tempo. A escolha dos métodos construtivos adequados é crucial, pois impactam diretamente na eficiência, custo e qualidade das obras. Nesse contexto, explorar e compreender as nuances de cada método construtivo é fundamental para tomar decisões estratégicas que impulsionem a excelência na execução dos projetos.

4.4.3. **A seguir, apresentamos informações das principais soluções disponíveis no mercado atualmente:**

4.4.3.1. **Construção convencional**

Vantagens:

- Flexibilidade de projeto.

- Amplamente conhecida e utilizada.
- Facilidade de adaptação ao terreno.
- Facilidade de manutenção, devido ao uso difundido do método em todo o território nacional.

Desvantagens:

- Intensiva em mão de obra.
- Tempo de construção mais longo.
- Maior geração de resíduos.

Análise: Pode ser uma opção viável em regiões onde há disponibilidade de mão de obra qualificada e o tempo de construção não é uma restrição. No entanto, a dependência de mão de obra pode ser um desafio em áreas com escassez de trabalhadores qualificados. É amplamente utilizada na Administração Pública, mas pode não ser a escolha mais eficiente em termos de tempo.

4.4.3.2. **Construção em concreto armado**

Vantagens:

- Alta resistência estrutural.
- Versatilidade arquitetônica.
- Rapidez na execução.

Desvantagens:

- Custo inicial relativamente elevado.
- Necessidade de formas e escoramentos.
- Maior impacto ambiental.

Análise: Pode ser uma boa opção devido a sua resistência e rapidez na execução. No entanto, o custo inicial pode ser um obstáculo e a necessidade de formas e escoramentos pode aumentar os custos e o tempo de construção. Embora seja comum em projetos públicos, é importante considerar os aspectos financeiros e ambientais.

4.4.3.3. **Construção modular**

Vantagens:

- Redução significativa do tempo de construção.
- Controle de qualidade superior.
- Flexibilidade e adaptabilidade.

Desvantagens:

- Custos iniciais mais elevados.
- Limitações de design.
Necessidade de transporte especializado.
- Dificuldade de manutenção, devido à falta de mão de obra qualificada.

Análise: A construção modular pode ser uma excelente escolha devido à redução do tempo de construção e ao controle de qualidade. No entanto, os custos iniciais mais elevados podem ser um obstáculo e a necessidade de transporte especializado pode aumentar os custos logísticos. A escassez de mão de obra em algumas regiões pode ser compensada pela modularidade do método construtivo.

4.4.3.4. Construção pré-fabricada

Vantagens:

- Redução do tempo de construção.
- Menor dependência de mão de obra local.
- Maior controle de qualidade.

Desvantagens:

- Custo inicial mais elevado.
- Limitações de design.
- Necessidade de logística de transporte.

Análise: Pode ser uma opção viável devido à redução do tempo de construção e ao controle de qualidade. No entanto, o custo inicial mais elevado pode ser um desafio e as limitações de design podem afetar a estética do edifício. A necessidade de logística de transporte pode aumentar os custos e o tempo de entrega.

4.4.3.5. Steel Frame (Estrutura de aço)

Vantagens:

- Leveza e resistência estrutural.
- Rapidez na montagem.
- Flexibilidade arquitetônica.

Desvantagens:

- Custo inicial mais elevado.
- Dependência de mão de obra especializada.
- Sensibilidade à corrosão.
- Dificuldade de manutenção devido à falta de mão de obra qualificada.

Análise: Pode ser uma opção interessante devido à rapidez na montagem e à flexibilidade arquitetônica. No entanto, o custo inicial mais elevado e a dependência de mão de obra especializada podem ser desafios. A sensibilidade à corrosão deve ser considerada em regiões com alta umidade ou exposição a ambientes corrosivos, como nas cidades litorâneas, devido ao alto índice de salinidade no ar.

4.4.3.6. Construção sustentável

Vantagens:

- Redução do impacto ambiental.
- Eficiência energética.
- Uso de materiais eco-friendly.

Desvantagens:

- Custos iniciais mais elevados.
- Necessidade de expertise técnica.
- Disponibilidade limitada de materiais sustentáveis.

Análise: Pode ser uma excelente escolha devido à sua contribuição para a sustentabilidade e eficiência energética. No entanto, os custos iniciais mais elevados e a necessidade de expertise técnica podem ser obstáculos. A disponibilidade limitada de materiais sustentáveis pode afetar a viabilidade do projeto em algumas regiões.

4.4.4. Análise final das alternativas tecnológicas

4.4.4.1. Após análises detalhadas, conclui-se que, por décadas, a construção convencional tem sido amplamente adotada na indústria da construção civil, tanto no setor privado quanto no público, e continua sendo a opção mais viável para diversos tipos de projetos.

4.4.4.2. Cada contexto regional no Brasil demanda uma abordagem diferenciada e adaptativa no desenvolvimento de projetos, devido às variações geográficas, climáticas e de solo, bem como aos desafios logísticos envolvidos.

4.4.4.3. Além disso, fatores como a vida útil das estruturas e a necessidade de manutenção preventiva e corretiva são aspectos favoráveis à utilização desse método. Foram levados em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, manutenção e padronização.

4.4.4.4. A escolha pela construção convencional, complementada por elementos como o drywall para divisórias internas, reflete a busca por equilíbrio entre tradição e inovação na construção da Policlínica.

4.4.4.5. Este método combina a solidez e durabilidade dos materiais tradicionais com a versatilidade e praticidade das soluções modernas, além de se destacar pela eficiência na gestão de resíduos.

4.4.4.6. A construção convencional permite um melhor controle dos materiais utilizados, minimizando desperdícios e promovendo uma utilização mais racional dos recursos.

4.4.4.7. O uso do drywall, por exemplo, reduz a geração de resíduos comparado aos métodos tradicionais de alvenaria, pois suas placas são fabricadas sob medida e podem ser rapidamente montadas e desmontadas, gerando menos sobras e facilitando a reutilização dos materiais.

4.4.4.8. Dessa forma, o método escolhido contribui para a sustentabilidade do projeto, resultando em edificações que não apenas atendem às demandas de conforto, eficiência e sustentabilidade, mas também minimizam o impacto ambiental.

4.4.4.9. Portanto, a solução selecionada é capaz de alcançar o objetivo desejado de maneira eficaz, levando em conta, também, a variabilidade territorial do Brasil.

4.5. Soluções e regimes de execução

4.5.1. Possibilidade de atendimento por meios próprios

4.5.1.1. Considerando a necessidade de mão de obra especializada, o Município de Porto Velho não possui servidores ou prestadores de serviços aptos à execução da obra ou equipamentos necessários.

4.5.1.2. Entretanto, a elaboração do projeto referencial foi efetuada pelo corpo técnico da SMCL, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) juntados aos demais documentos que dão suporte aos projetos para construção da Policlínica. Porém fica ratificado que a gestão do município de Porto Velho precisa elencar profissional habilitados no sistema CONFEA/CREA e/ou CAU, sendo este o responsável técnico pelo projeto de implantação, assim consequentemente sendo o responsável pelas necessárias alterações técnicas no projeto, a fim de adaptar as necessidades do terreno escolhido, normas concorrentes e/ou complementares locais, incluindo as concessionárias ou adequações de demanda técnicas e epidemiológicas. Desta forma o Responsável Técnico precisa elaborar a(s) devida(s) ART e/ou RRT de projetos de implantações.

4.5.1.3. Conclui-se, portanto, pela necessidade de contratação de empresa especializada para a execução da obra por parte do município de Porto Velho, a fim de otimizar a eficiência e qualidade dos serviços.

4.5.1.4. Apesar da recomendação de contratação de empresa especializada, não se faz necessária a realização de audiência pública, uma vez que o objeto possui critérios bem definidos, em virtude da padronização e da adoção de práticas comuns de mercado.

4.5.2. **Contratação integrada ou semi-integrada**

4.5.2.1. **Contratação semi-integrada**

4.5.2.1.1. A contratação semi-integrada aproxima-se amplamente da contratação integrada, com a diferença essencial de que a Administração elabora o projeto básico da licitação, atribuindo ao contratado a responsabilidade pela elaboração do projeto executivo.

4.5.2.1.2. Mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução ou facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

4.5.2.1.3. De resto, aplicam-se à contratação semi-integrada as mesmas observações associadas à contratação integrada, especialmente quanto à limitação de sua utilização a objetos complexos.

4.5.3. **Regime de execução “Empreitada por preço global”**

4.5.3.1. No regime de empreitada por preço global, a obra ou serviço é executado por um valor fixo e total. Tanto a Administração quanto a contratada assumem riscos de variações nos quantitativos executados em relação ao previsto na planilha orçamentária.

4.5.3.2. Se os quantitativos executados forem superiores ao estimado, a contratada arcará com os custos adicionais sem poder cobrar a Administração, dentro de certos limites. Caso os quantitativos sejam inferiores, a Administração não poderá aplicar descontos proporcionais, também até um certo limite.

4.5.3.3. Este regime é adequado quando há alta precisão nas especificações do projeto, exigindo projetos de qualidade que permitam aos licitantes entender completamente o objeto e elaborar propostas precisas. A medição e pagamento são vinculados ao cumprimento de metas do cronograma físico-financeiro, não sendo permitida remuneração baseada em preços unitários.

4.5.4. **Da complexidade técnica: “obra comum de engenharia”**

4.5.4.1. O objeto deste estudo é a execução da construção de UBS Porte II, utilizando a metodologia de construção convencional. O projeto referenciado do Ministério da Saúde tem a natureza de obra de engenharia e se enquadra em obras comuns de engenharia conforme alínea "a" do inciso XXI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.4.2. Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da construção, caracteriza-se a obra como Serviço Comum de Engenharia, levando-se em conta que:

- I. Os serviços a serem realizados possuem um nível reduzido de complexidade técnica;
- II. Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;
- III. Os métodos construtivos, os equipamentos e os materiais empregados são amplamente utilizados no setor;
- IV. Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;
- V. Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.

4.5.5. **Forma de seleção do fornecedor e modalidade de licitação**

4.5.5.1. A análise abrange aspectos técnicos, econômicos e logísticos, garantindo a melhor opção para a execução do projeto.

4.5.5.2. É sabido que para a contratação do objeto pretendido, considerando o valor estimado, há formas distintas de modalidades licitatórias, nos moldes da Lei nº 14.133/2021. As alternativas incluem dispensa de licitação de pequeno vulto, pregão eletrônico e concorrência eletrônica/presencial.

4.5.5.3. A Dispensa de Licitação de Pequeno Vulto excede os limites estabelecidos para despesas de pequeno vulto previstas no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021. A dispensa de licitação é aplicável quando o valor estimado da contratação é relativamente baixo, simplificando o processo ao dispensar formalidades mais rigorosas. No entanto, essa dispensa não se aplica ao caso em questão devido ao valor estimado preliminarmente.

4.5.5.4. Já no que se refere ao Pregão Eletrônico, modalidade de licitação especialmente voltada para aquisição de bens e serviços comuns, incluindo os de engenharia, baseia-se na disputa de preços entre os licitantes. É uma opção ágil e transparente, adequada para contratações de obras de engenharia que se enquadrem na definição de bens e serviços comuns. No entanto, essa opção não se aplica ao caso em questão devido ao enquadramento como obra e serviços comuns de engenharia.

4.5.5.5. A legislação, também, apresenta como opção o Sistema de Registro de Preços (SRP), indicado quando há previsão de contratações recorrentes do mesmo item. Essa modalidade permite a aquisição escalonada, conforme a demanda, contribuindo para a redução de estoques e custos, mas não se aplica ao presente caso.

4.5.5.6. A concorrência eletrônica, regida pelo Art. 2º, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, da referida lei como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia.

4.5.5.7. Na concorrência, a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem o preenchimento dos requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital. Envolve a análise detalhada de propostas técnicas e comerciais e é indicada para obras conforme conceito estabelecido no Art. 6º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021.

4.5.5.8. Neste caso, a modalidade licitatória adotada será a Concorrência, devido às especificidades técnicas envolvidas na construção das Unidades Básicas. Esses projetos demandam a incorporação de sistemas, como redes de gases medicinais, climatização e acessibilidade universal. Convém destacar que a infraestrutura deve ser projetada para suportar equipamentos médico-assistenciais e proporcionar ambientes adequados para procedimentos clínicos, requerendo um nível de conhecimento adequado e em conformidade com normas técnicas e sanitárias.

4.5.5.9. Além disso, a construção de UBS requer atenção especial quanto à durabilidade e funcionalidade dos materiais utilizados, uma vez que as unidades lidam diretamente com a saúde pública e qualquer falha estrutural ou de instalação pode comprometer a segurança dos usuários e a eficácia dos serviços prestados. Os projetos preveem sistemas de emergência e segurança, bem como de prevenção de incêndios. Essas exigências técnicas e normativas justificam o enquadramento como obras e serviços comuns de engenharia, requerendo uma seleção criteriosa das empresas envolvidas por meio da modalidade de concorrência.

4.5.5.10. Cumpre informar, ainda, que a Lei nº 14.133/2021 em seu Art. 29, determina que a concorrência e o pregão sigam o rito procedimental comum, ou seja, contemplando as fases preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

4.5.6. **Do critério de julgamento: “menor preço global”**

4.5.6.1. A modalidade de concorrência eletrônica para contratação de bens e serviços especiais, assim como obras e serviços comuns e especiais de engenharia, pode utilizar diversos critérios de julgamento, conforme estabelecem os termos do Art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, como menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior retorno econômico ou maior desconto.

4.5.6.2. Esses critérios são definidos com o objetivo de considerar todo o ciclo de vida do contrato, de forma a escolher a proposta que ofereça o melhor resultado para a Administração Pública. O critério de menor preço, frequentemente, adotado por ser o mais vantajoso, pois aumenta a competitividade entre as empresas participantes e assegura que a proposta vencedora atenda aos requisitos do edital com o menor custo possível, resultando em economia para a Administração Pública.

4.5.6.3. A configuração adotada é a forma de concorrência eletrônica, modo de disputa aberto, do tipo Menor Preço Global, regime de execução Contratação Semi-integrada.

4.5.6.4. A contratação em comento não tem caráter continuado, devendo ter a duração definida a partir do cronograma de execução e dos procedimentos inerentes à gestão e fiscalização contratual, com recebimentos provisórios e definitivos das etapas da obra.

4.5.6.5. Em conclusão, a estratégia adotada é adequada e promissora, promovendo a efetiva execução das obras e o atendimento das necessidades de saúde das populações mais vulneráveis.

4.6. Adequação entre a solução escolhida e o potencial em atender à necessidade

4.6.1. A solução escolhida, fundamentada na construção convencional com a incorporação de elementos modernos como o drywall, demonstra uma estratégia que equilibra tradição e inovação. Este método é amplamente reconhecido por sua flexibilidade, durabilidade e pela capacidade de adaptação a diferentes condições geográficas e climáticas, características que são essenciais para atender à diversidade territorial do Brasil.

4.6.2. A construção convencional não apenas atende aos requisitos técnicos e normativos exigidos para as Policlínicas, mas também garante a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos. A escolha desta metodologia foi baseada em uma análise criteriosa que levou em conta a variabilidade das condições regionais, o que é fundamental para assegurar que a Policlínica construída possa oferecer serviços de saúde com qualidade e segurança.

4.6.3. A modalidade de licitação adotada, a Concorrência Eletrônica, foi selecionada por ser a mais adequada às características da obra, considerando a sua complexidade técnica e os requisitos específicos do projeto. Este procedimento garante um processo competitivo e transparente, onde são avaliados não apenas os custos, mas também a capacidade técnica e a conformidade com as normas vigentes.

4.6.4. A utilização do critério de julgamento Menor Preço Global reflete a busca por otimização dos recursos públicos, garantindo que a proposta vencedora ofereça o melhor custo-benefício para a Administração Pública, sem comprometer a qualidade e a conformidade técnica dos serviços prestados. Este critério é particularmente adequado para projetos como a construção de Policlínica, nos quais a precisão nos custos e a clareza das especificações são fundamentais.

4.6.5. A escolha do regime de execução, Contratação Semi-integrada, foi cuidadosamente alinhada com a natureza da obra e com a necessidade de flexibilidade ou precisão nos quantitativos executados. Essa decisão assegura que a execução do projeto seja conduzida de maneira eficiente, minimizando riscos financeiros tanto para a Administração quanto para a contratada.

4.6.6. Em suma, a solução é a modalidade de licitação escolhida foram criteriosamente adequadas às necessidades específicas da construção da Policlínica. Esse alinhamento é crucial para garantir que as obras sejam concluídas dentro dos prazos estipulados, com qualidade técnica e em conformidade com as exigências legais e normativas, assegurando, assim, que a Policlínica possa atender às demandas de saúde da população de maneira eficaz e sustentável.

4.7. Adequação da forma de modalidade de licitação, forma de disputa e do critério de julgamento

4.7.1. A escolha da modalidade de licitação que, neste caso, foi a Concorrência Eletrônica, mostra-se totalmente adequada à complexidade e à especificidade técnica da obra a ser realizada, que é a construção da Policlínica. Esta modalidade permite uma maior participação de empresas qualificadas, assegurando que as propostas sejam competitivas e que a Administração Pública obtenha a melhor oferta em termos de qualidade e preço.

4.7.2. O modo de disputa adotado – aberto – é igualmente apropriado, pois promove a transparência e a competitividade, permitindo que todas as propostas sejam analisadas em conjunto, o que facilita a comparação direta e objetiva entre as ofertas apresentadas. Esse

processo é essencial para garantir que a contratação seja feita com base em critérios claros e justos, maximizando a eficiência do gasto público.

4.7.3. O critério de julgamento escolhido – Menor Preço Global – é particularmente adequado para este tipo de obra, em que a precisão no orçamento e a definição clara das especificações são cruciais. Este critério garante que a proposta vencedora não só atenda aos requisitos técnicos, mas também ofereça o melhor valor pelo custo total da obra. Esse enfoque é essencial em projetos de construção pública, onde a economicidade e a sustentabilidade financeira são primordiais.

4.7.4. A combinação da modalidade de licitação por Concorrência Eletrônica, o modo de disputa aberto, e o critério de julgamento por Menor Preço Global assegura que o processo seja conduzido de maneira transparente e eficiente, promovendo a participação de fornecedores qualificados e garantindo que a Administração Pública obtenha o melhor retorno possível sobre o investimento.

4.7.5. Em conclusão, a forma de modalidade de licitação, a forma de disputa e o critério de julgamento foram escolhidos de maneira a alinhar perfeitamente com as necessidades do projeto, atendendo tanto aos requisitos técnicos quanto às exigências de economicidade, eficiência e conformidade legal. Este alinhamento é essencial para garantir que a obra seja executada com qualidade, dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos, e com o máximo benefício para a população atendida.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia visando à realização de obra para a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, conforme projeto básico e projeto executivo elaborado pela contratada; por meio de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, a ser executada em regime de Contratação Semi-integrada, conforme requisitos e diretrizes estabelecidos neste ETP e no TR.

5.2. Abrangência da obra

5.2.1. Construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, conforme projeto básico e projeto executivo elaborado pela contratada, com uma área construída útil de 500,17m². Este projeto visa atender às diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), proporcionando um ambiente adequado e seguro. A UBS será equipada com as melhores práticas de acessibilidade, segurança do paciente e sustentabilidade, de acordo com os padrões exigidos pelo Ministério da Saúde.

5.2.2. Além de fornecer atendimento médico especializado, a estrutura está projetada para promover a continuidade do cuidado, integrando-se com a Rede de Atenção à Saúde local. Esse enfoque holístico não só visa à resolução das demandas de saúde da população, mas também à promoção do bem-estar e da qualidade de vida.

5.3. **Definição da localidade:** A obra será realizada na Rua Governador Eduardo Campos e rua Satélite, sem número no bairro Planalto, no Município de Porto Velho - Rondônia.

5.3.1. **Data de execução:** O prazo de execução do contrato deverá respeitar ao disposto na Portaria de Consolidação GM MS Nº 6 de 26 de setembro de 2017, com início previsto para o dia 30 de junho de 2026. A execução da obra deverá respeitar as etapas da Portaria, com vistoria e testes realizados em cada fase. A entrega final, com o objeto em pleno funcionamento, será em 30 de dezembro de 2027.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação para a construção da UBS Porte II, por se tratar de uma obra de infraestrutura, envolve a composição de diversos itens, descritos detalhadamente no orçamento sintético analítico. Esses itens foram analisados por um grupo de trabalho interdisciplinar do Ministério da Saúde, conforme os memoriais descritivos e a planilha orçamentária. A quantidade estimada dessa contratação está apresentada na tabela a seguir:

Item	Descrição	Unidade de medida	CATSER	Quantidade
1	contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia visando à realização de obra para a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, conforme projeto básico e projeto executivo elaborado pela contratada, no âmbito do Novo PAC – Saúde, proposta nº 11155.7650001/25-021	unidade	5622	1

6.2. Deverá ser apresentado pelo licitante planilha de composição de custos e formação de preços com os valores globais de cada etapa, para que seja possível realizar os pagamentos conforme fluxo de medição previsto.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação em comento corresponde ao valor estimado de R\$ 3.787.191,24 (três milhões setecentos e oitenta e sete mil cento e noventa e um reais e vinte e quatro centavos), limite máximo aceitável para contratação, orçado com base nos sistemas de custos federais e estaduais oficiais, bem como em pesquisas complementares.

7.1.1. SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

7.2. Valor estimado em planilha orçamentária - itens não financiáveis: R\$ 712,522.88.

7.2.1. SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

8.1. Para esta contratação a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos sistemas envolvidos. Os riscos associados à divisão do projeto podem superar os benefícios da competição ampliada devido às exigências técnicas específicas e interdependências entre as tarefas.

8.2. Sendo assim, a Equipe de Planejamento da Contratação optou pela não adoção do parcelamento da solução objeto desta licitação.

8.3. A adoção de agrupamento dos itens justifica-se pela especificidade e similaridade do objeto de contratação, que são fornecidos por empresa do mesmo ramo de atividade, facilitando a fiscalização do acordo a ser celebrado.

8.4. Considera-se que a Administração se beneficiará pela economia de escala acarretada pelo agrupamento, promovendo maior eficiência ao procedimento.

8.5. Importante observar que o agrupamento é necessário para que exista total integração entre os projetos elaborados assim como um ponto único de responsabilidade técnica pelas decisões de projeto relativas ao empreendimento.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Contratações correlatas: considerando a necessidade de complementaridade ao objeto principal deste contrato, a Administração Pública poderá realizar contratações correlatas, especificamente a aquisição de serviços de limpeza, material de expediente, material penso, serviços de tecnologia da informação, armazenamento de dados, sistemas, dentre outros, que, embora não essenciais para a funcionalidade do objeto principal, são fundamentais para otimizar o desempenho e a eficácia dos serviços prestados.

9.2. Contratações interdependentes: Para a completa execução do objeto principal deste contrato, torna-se indispensável a contratação de Mobiliários, Equipamentos e Pessoal. Essas contratações são consideradas interdependentes e essenciais para a integralidade e

funcionalidade do projeto, devendo ser executadas de maneira simultânea e coordenada com o objeto principal.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

10.1. A contratação está alinhada com a Política Nacional de Atenção Primária (PNAB), conforme a Portaria GM/MS nº 1.604/2023, que estabelece diretrizes para infraestrutura, ambiência e operacionalização dos equipamentos da atenção primária.

10.2. Este projeto está integrado ao Novo PAC, no eixo Saúde, subeixo Atenção Especializada. Assim, trata-se de um projeto estratégico tanto no âmbito municipal quanto no âmbito do Governo Federal de maneira ampla por meio do Ministério da Saúde e da Casa Civil.

10.3. Integração com o Plano Plurianual (PPA): A contratação reflete o compromisso com os objetivos de longo prazo do governo federal, não estando prevista no Plano de Contratações Anuais (PCA) da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) de 2026, pois o convênio foi firmado em dezembro de 2025, com aprovação em janeiro de 2026. Isso assegura a conformidade com as estratégias e orçamentos governamentais estabelecidos.

10.4. A documentação completa que justifica a aliança deste projeto com as metas nacionais e o alinhamento estratégico será mantida no processo, garantindo acessibilidade para auditoria e revisão por órgãos de controle.

10.5. O projeto de construção de UBS Porte II não apenas atende às necessidades imediatas de saúde, mas também promove o desenvolvimento comunitário e a melhoria da qualidade de vida ao incorporar soluções e práticas de sustentabilidade ambiental e acessibilidade.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A construção de UBS Porte II no âmbito do Novo PAC visa expandir a cobertura da Atenção Primária no Brasil, aproximando-a da universalização do atendimento e melhorando o acesso ao sistema de saúde.

11.2. Nova UBS Porte II, ao ser estrategicamente localizadas em áreas carentes, buscam promover a equidade no acesso aos serviços de saúde, fortalecendo a rede de atenção à saúde e garantindo que todos os cidadãos tenham suas necessidades de saúde atendidas.

11.3. O aumento do número de UBS Porte II contribuirá para a ampliação da força de trabalho na saúde, melhorando a resposta às demandas regionais e aumentando a capacidade de atendimento.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Considerando a programação orçamentária do Novo PAC, os prazos de elaboração, análise, revisão e aprovação são estimados com o objetivo de conclusão do projeto para viabilização da contratação do objeto no ano de 2026.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) a execução de atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente depende de prévio licenciamento por parte dos órgãos ambientais competentes. Quando for identificado significativo impacto ambiental, será exigida a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como condição para a emissão da licença.

13.2. Não há previsão de impacto ambiental, visto que os produtos pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades abrangidas. Todavia cabe aos órgãos competentes locais de fiscalização a avaliação final, mediante a etapa de aprovações prevista no escopo da contratação.

13.3. Afim de dirimir ou eliminar possíveis impactos ambientais deverão ser observadas nas aquisições desta contratação, os incisos abaixo destacados dos Art. 4 e Art. 5 da IN SLTI/MPOG nº 01/2010:

Art. 4º Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do

consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço. (...)

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA SOLUÇÃO

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação declara como viável e razoável esta contratação.

15. CLASSIFICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

15.1. O estudo técnico em questão não contém informações sensíveis, conforme estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Porto Velho, 04 de maio de 2026.

Jarbas Carvalho dos Santos

Engenheiro Civil

CREA RO 5467/D

Raphaela Castiel de Carvalho

Diretora do Departamento de Atenção Básica – DAB

Decreto nº 1.666/I/2025

Geison Felipe Costa Da Silva

Diretor Executivo de Administração

Decreto Nº 1.823/I,2025

Ricardo Guedes Brandão

Coordenador de Gestão Administrativo Financeira

Decreto Nº 1.666/I/2025

Aprovação da Autoridade Competente**Sandra Maria Petillo Cardoso**

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 2.809/I/2026



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 04/05/2026, às 10:02, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a)**, em 04/05/2026, às 10:56, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 04/05/2026, às 16:05, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jarbas Carvalho Dos Santos, Diretor(a)**, em 05/05/2026, às 09:00, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Raphaela Castiel De Carvalho, Assessor(a)**, em 07/05/2026, às 12:58, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0862049** e o código CRC **82537C2F**.





Matriz de Alocação de Riscos

Processo Administrativo: 002.000459/2026-31

Data do Pedido: 24/04/2026

Servidor ou Equipe de Planejamento Responsável pela elaboração do ETP:

Setor/Departamento Requisitante: Departamento de Atenção Básica	
Responsável pela demanda: Raphaela Castiel de Carvalho - Diretora do Departamento de Atenção Básica – DAB	Matrícula:
E-mail: dab.semusa@portovelho.ro.gov.br	Telefone:

No regime de Contratação Semi Integrada, tem-se uma maior delegação de serviços da Administração Pública ao Contratado, incluindo a elaboração e o desenvolvimento, tanto do Projeto Básico de engenharia como do Projeto Executivo, bem como obtenção das licenças e alvarás, seguindo da execução das obras e serviços de engenharia, com todas as etapas para a execução da edificação e "necessárias e suficientes para a entrega final do objeto"

Ainda, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 22, § 3º, existe a obrigatoriedade da elaboração de Matriz de Risco entre Contratante e Contratado, como segue:

§ 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

Cabe destaque que, conforme Art. 133, da referida Lei, na adoção do Regime de Contratação Semi-integrada, é vedada a existência de aditivos contratuais referente a valores, exceto nos casos elencados:

Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I – para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II – por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;

III – por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

IV – por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Conforme exposto, a Matriz de Risco é documento balizador para definir as responsabilidades tanto do CONTRATANTE quanto da CONTRATADA, sendo ainda documento integrante do CONTRATO a ser firmado, de forma a identificar os riscos e consequências, medidas mitigadoras, responsabilidades pelo ônus financeiro.

No presente documento, foram previstas duas formas de alocação dos riscos, conforme Matriz de Risco abaixo, as quais são:

1) Alocação ao CONTRATANTE: riscos que são assumidos e gerenciados pelo CONTRATANTE.

2) Alocação à CONTRATADA: riscos que são transferidos à CONTRATADA, devendo os mesmos serem levados em conta na elaboração da proposta de preços.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
1	Estudos preliminares incorretos ou erros nos projetos (ex.: incompatibilidades entre os projetos arquitetônico, estrutural e instalações);	Baixa qualificação técnica e/ou desconhecimento das especificidades para obras da saúde por parte da equipe de engenharia e arquitetura responsável pela elaboração e ajuste do projeto	Planejamento	Contratante	Médio (I: 3 × P: 2)
Impactos					
1) Realização de ajustes durante a execução da obra; 2) Paralisação da obra; e 3) Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1) Utilização do projeto referencial disponibilizado pelo Ministério; 2) Uso de metodologias como BIM para antecipar e corrigir problemas ainda na fase de projeto; 3) Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra.					
Ações de Contingência					
1) Contratação de equipe para revisão técnica e ajuste dos projetos.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)

2	Intercorrências no processo licitatório	Falta de planejamento adequado, documentos preparatórios inadequados e/ou incompletos	Planejamento	Contratante	Médio (I: 3 × P: 2)
Impactos					
1) Impugnação do edital; 2) Contratação ineficiente, não atingindo o seu objetivo; 3) Empresa contratada sem qualificação técnica, causando problemas durante a execução; e 4) Licitação deserta.					
Ações Preventivas					
1) Realização do planejamento da licitação por equipe técnica adequada e qualificada; e 2) Elaboração dos documentos preparatórios com zelo e baseados nas boas práticas e na legislação vigente.					
Ações de Contingência					
1) Retificação dos documentos convocatórios; e 2) Realização de um novo processo licitatório.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
3	Seleção de empresa sem capacidade de execução	Imperícia quando da elaboração dos documentos de planejamento da contratação e/ou não avaliação dos critérios estabelecidos no edital de forma satisfatória	Planejamento	Contratante	Alto (I: 4 × P: 2)
Impactos					
1) Contratação de empresa sem qualificação; 2) Problemas na execução da obra.					
Ações Preventivas					
1) Elaboração dos documentos preliminares do processo licitatório por equipe técnica qualificada; 2) Estabelecimento de critérios claros e objetivos para comprovação.					
Ações de Contingência					
1) Sanções administrativas à empresa contratada; 2) Rescisão do contrato; 3) Convocação de empresa cadastrada no certame.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
4	Atrasos na obtenção de licenças (Vigilância sanitária, ambientais, Corpo de Bombeiros, etc.)	Desconhecimento dos critérios para obtenção destes documentos; demanda reprimida dos órgãos responsáveis pela emissão destes documentos	Planejamento	Contratante e/ou Empresa Contratada	Alto (I: 4 × P: 3)
Impactos					
1) Atraso no início da obra; 2) Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; e 3) Necessidade de complementação do projeto.					
Ações Preventivas					
1) Protocolo dos documentos em tempo hábil para emissão das licenças					
Ações de Contingência					
1) Utilização de licenças prévias, quando aplicável, para início de obra					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
5	Processo licitatório fracassado, deserta ou contratação insatisfatória	Proposta com preço inferior ao valor de mercado.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto (I: 5 × P: 3)
Impactos: Possível contratação de empresa sem capacidade financeira para a execução dos serviços ou descumprimento de requisitos legais.					
Ações preventivas: Realizar pesquisa de preços de acordo com as normas e orientações vigentes					
Ações de contingência: Identificar e corrigir inconsistências observadas nos Estudos Preliminares e na Pesquisa de Preço.					

Número					
6	Falhas e atrasos na execução	Imperícia da empresa contratada	Gestão do contrato	Empresa Contratada	
Impactos	Alterações das condições econômicas para aquisição de materiais e remuneração dos serviços	Crises econômicas, alterações nas legislações tributárias, escassez de matéria-prima e/ou mão de obra	Gestão do contrato	Contratada e/ou Empresa contratada	Médio (I: 3 × P: 3)
1) Obras com vícios de execução; 2) Necessidade de refazimento de serviços; 3) Paralisação da obra; e 4) Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1) Elaboração de cronograma de execução de obra considerando o prazo para fornecimento dos materiais; 2) Especificar de forma adequada o objeto e exigências de qualificação técnica suficientes para apresentação de proposta condizentes com a necessidade da administração Pública Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra; 3) Acompanhamento e fiscalização técnica da execução da obra pelo responsável técnica da fiscalização; 4) Auditorias técnicas regulares durante a execução; e 5) Definição clara de padrões e critérios de aceitação dos materiais e serviços.					
Ações de Contingência					
1) Glosa dos serviços que não apresentarem os critérios de aceitabilidade técnica; 2) Rescisão do contrato, caso necessário; e					
Convocação das demais empresas classificadas, caso necessário.					
1) Negociação para ajuste dos preços conforme Lei nº 14.133/2021					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
7	Problemas causados por condições climáticas extremas (chuvas, secas)	Condições climáticas extremas	Gestão do Contrato	Administração e Empresa Contratada	Médio (I: 4 × P: 2)
Impactos					
1) Atraso na execução da obra; 2) Desfazimento de serviços.					
Ações Preventivas					
1) Previsão de tecnologias sustentáveis para suportar tais intempéries; 2) Contratação de seguro que abarque tais situações					
Ações de Contingência					
1) Acionamento do seguro; 2) Refazimento dos serviços com custeio parcial entre a Administração e a Empresa Contratada					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
8	Projeto Básico e Executivo	- Inadequação para provimento dos serviços na qualidade, quantidade e prazo. - Dificuldades para aprovação dos projetos nos órgãos competentes visando a obtenção dos alvarás. - Mudanças arquitetônicas e de projetos complementares por parte da Contratante, após aprovação já enviada. - Mudanças arquitetônicas e de projetos complementares por parte da Municipalidade e outros Órgãos competentes. - Demora na análise dos projetos desenvolvidos dentro das etapas elencadas no Termo de Referência, por parte da Contratante.	Gestão do Contrato	Contratada	Médio (I: 4 × P: 2)
Impactos					
1) Variação dos custos de implantação, quantitativos e inadequação dos serviços. 2) Atraso no cronograma devido a impossibilidade de avanço pela não aprovação.					

3) Atraso no cronograma. Modificação nos custos em relação ao orçamento estimativo.

Ações Preventivas

- 1) Comunicação prévia sobre as datas de entrega dos projetos para organização dos fluxos internos da contratante, entrega dos projetos com o maior nível de detalhamento possível e de acordo com as especificações necessárias;
- 2) Realização de intervenções e testes para previsão de eventuais comportamentos das soluções adotadas e não previstos em projeto;
- 3) No desenvolvimento do projeto básico e executivo, o contratante deve assegurar-se da qualidade, completude e compatibilidade dos mesmos.

Ações de Contingência

- 1) Análise detalhada das entregas, com documentação de todas as demandas de ajustes bem como emissão de relatório de aprovação de etapa dos projetos.
- 2) Análise detalhada de toda a legislação pertinente para a execução da edificação. Contato desde os estágios iniciais do contrato junto aos Órgãos competentes para providências a tempo todas as exigências para execução da obra.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
9	Divergência das condições geotécnicas do subsolo em relação às premissas adotadas no anteprojeto	Utilização de projeto referencial padronizado, sem investigações geotécnicas específicas do terreno na fase de planejamento	Planejamento / Execução	Contratada	Médio (I: 4 × P: 2)

Impactos

- 1) Alteração da solução de fundação;
- 2) Necessidade de revisão do projeto executivo;
- 3) Impactos nos custos da contratação.

Ações Preventivas

- 1) Realização de sondagem SPT ou equivalente pela contratada;
- 2) Elaboração do projeto executivo com base nas condições reais do subsolo;
- 3) Validação técnica das premissas adotadas no anteprojeto.

Ações de Contingência

- 1) Avaliação técnica das condições identificadas em campo;
- 2) Adequação das soluções de fundação;
- 3) Possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, desde que comprovados o caráter imprevisível das condições encontradas e o impacto relevante nos custos do contrato.

Jarbas Carvalho dos Santos

Engenheiro Civil

CREA RO 5467/D

Raphaela Castiel de Carvalho

Diretora do Departamento de Atenção Básica – DAB
Decreto nº 1.666/I/2025

Geison Felipe Costa Da Silva

Diretor Executivo de Administração

Decreto Nº 1.823/I,2025

Ricardo Guedes Brandão

Coordenador de Gestão Administrativo Financeira

Decreto Nº 1.666/I/2025



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 04/05/2026, às 12:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Petillo Cardoso, Secretário(a)**, em 04/05/2026, às 12:42, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 04/05/2026, às 16:05, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jarbas Carvalho Dos Santos, Diretor(a)**, em 05/05/2026, às 09:00, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Raphaella Castiel De Carvalho, Assessor(a)**, em 07/05/2026, às 12:58, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0865451** e o código CRC **92990512**.



002.000459/2026-31

0865451v4

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros

Bancos:

SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

Obra:	Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros
Local:	Ministério da Saúde - Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária
Região:	RO
Data Base:	julho-25
BDI Geral (%):	20,81%
BDI Equipamentos (%):	13,51%
Área construída (m²):	500,17
Data:	28/08/2025
Revisão:	00
Responsável Técnico pelo Orçamento:	Jarbas Carvalho dos Santos
Cargo Responsável Técnico:	Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D


Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil / Físico de Obras
CREA 5467 D/RO
Prefeitura de Porto Velho
Mat. 103127

Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros	BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)	BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Fórmula (Bonificações e Despesas Indiretas):

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD	GERAL VALORES PROPOSTOS (%)	EQUIPAMENTOS VALORES PROPOSTOS (%)
1	Administração Central	AC	4,00%	2,50%
2	Riscos	R	1,27%	0,51%
3	Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,40%
4	Despesas Financeiras	DF	1,23%	0,60%
5	Lucro	L	5,59%	2,40%
6	Impostos	I	6,15%	6,15%
6.1	PIS		0,65%	0,65%
6.2	COFINS		3,00%	3,00%
6.3	ISSQN		2,50%	2,50%
6.4	CPRB		0,00%	0,00%
BDI			20,81%	13,51%

FONTE:

1. Tribunal de Contas da União - TC 036.076/2011-2 - Acórdão Nº 2622/2013
2. ISS conforme a Lei Complementar 116/2003 e a Lei 11.438/1997 da Prefeitura Municipal de São Paulo.

NOTAS:

1. Deverão ser obedecidas as legislações trabalhistas e tributária vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços;
2. É de responsabilidade da proponente a adequação de todas as fórmulas utilizadas na planilha orçamentária.


Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil / Fiscal de Obras
CREA 5467/D-RO
Prefeitura de Porto Velho
Mat. 103127

Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros

BDI Geral:

20,81%

Encargo Social Mensalista:

72,48%

Data:

28/08/2025

Bancos:

SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

BDI Equipamentos:

13,51%

Encargo Social Horista:

118,72%

Revisão:

00

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
GRUPO A			
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	Total	36,80%	36,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,07%	Não incide
B2	Feriados	4,84%	Não incide
B3	Auxílio-Enfermidade	0,88%	0,65%
B4	13º Salário	11,25%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,75%	0,56%
B7	Dias de Chuva	1,77%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	14,02%	10,38%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%
B	Total	51,78%	20,07%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,11%	4,53%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,11%
C3	Férias Indenizadas	0,93%	0,69%
C4	Depósito Recisão sem justa causa	2,85%	2,11%
C5	Indenização Adicional	0,51%	0,38%
C	Total	10,54%	7,82%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	19,06%	7,39%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,54%	0,40%
D	Total	19,60%	7,79%
TOTAL (A+B+C+D)		118,72%	72,48%

FONTE:

1. SINAPI - Encargos Sociais a partir de janeiro de 2025.

NOTAS:

1. Deverão ser obedecidas as legislações trabalhistas e tributária vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços;
2. É de responsabilidade da proponente a adequação de todas as fórmulas utilizadas na planilha orçamentária.


Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil / Freat de Obras
CREA 1467 D/O
Prefeitura de Porto Velho
Mat. 103127

Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financiáveis	BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)	BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

ITEM	DESCRIÇÃO		PREÇO	%
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E LICENÇAS	R\$	145.325,58	20,40%
2	DEMOLIÇÕES E LIMPEZA DO TERRENO	R\$	32.947,78	4,62%
3	SANITÁRIO	R\$	19.552,24	2,74%
4	DRENAGEM	R\$	22.698,24	3,19%
5	CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA	R\$	74.231,42	10,42%
6	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS	R\$	120.540,25	16,92%
7	CALÇAMENTO EXTERNO E PAISAGISMO	R\$	107.942,87	15,15%
8	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 112,5 KVA	R\$	63.019,50	8,84%
9	MURO	R\$	112.464,62	15,78%
10	GASES MEDICINAIS	R\$	13.800,38	1,94%
TOTAL		R\$	712.522,88	100,00%


Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil / Pílot de Obras
CREA 5467/D-RO
Prefeitura de Porto Velho
Mat. 105127

Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros		BDI Geral:	Encargos Sociais Mensalistas:	Data:
		20,81%	72,48%	28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOs/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)		BDI Equipamentos:	Encargos Sociais Horistas:	Revisão:
		13,51%	118,72%	00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant	Valor Unit	Valor Unit com BDI			Total	Total			Peso (%)
							M. O.	MAT.	Total		M. O.	MAT.	Total	
1			ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E LICENÇAS										146.325,58	20,40
1.1	CPU_UBS_001	Projeto	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - OBRAS UBS - PLANTÃO	UN	1,00	R\$ 91.004,05	R\$ 0,00	R\$ 111.029,28	R\$ 111.029,28	R\$ 0,00	R\$ 111.029,28	R\$ 111.029,28	R\$ 111.029,28	15,88
1.2	CPJ2533	Projeto	LICENÇA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	UND	1,00	R\$ 7.226,16	R\$ 0,00	R\$ 8.732,34	R\$ 8.732,34	R\$ 0,00	R\$ 8.732,34	R\$ 8.732,34	R\$ 8.732,34	1,23
1.3	CPJ2534	Projeto	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	UND	1,00	R\$ 285,59	R\$ 0,00	R\$ 345,02	R\$ 345,02	R\$ 0,00	R\$ 345,02	R\$ 345,02	R\$ 345,02	0,05
1.4	CPJ2535	Projeto	TAXA DE APROVAÇÃO PFCF - CIMBRO	UND	1,00	R\$ 1.587,20	R\$ 0,00	R\$ 1.917,49	R\$ 1.917,49	R\$ 0,00	R\$ 1.917,49	R\$ 1.917,49	R\$ 1.917,49	0,27
1.5	00013	SNC	SONDAGEM TERRENO POR APARELHO DE PERFURAÇÃO MECÂNICA D'ÁGUA	M	15,00	R\$ 1.285,85	R\$ 184,44	R\$ 1.366,99	R\$ 1.553,43	R\$ 2.766,60	R\$ 20.534,85	R\$ 23.301,45	R\$ 23.301,45	3,27
2			DEMOLUÇÃO E LIMPEZA DO TERRENO										R\$ 32.446,47	4,43
2.1	000535	SNCAP	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMALHA VIOLETA, VERDE E PEQUENAS ARVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 18 CM), MANOEIRA E DESCARGA DE BLENDO EM CAMALHA BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	m³	1790,92	R\$ 0,00	R\$ 447,73	R\$ 0,00	R\$ 85,473	R\$ 0,00	R\$ 1.074,55	R\$ 1.074,55	R\$ 1.074,55	1,42
2.2	100984	SNCAP	DEMOLUÇÃO DE ALVENARIA DE ETOLO FURADO, DE FORMÃO MANUAIS SEM REAPROVEITAMENTO - AF_09/2023	m³	179,09	R\$ 9,41	R\$ 1,30	R\$ 0,00	R\$ 13,24	R\$ 0,00	R\$ 23,82	R\$ 1.801,64	R\$ 2.044,06	0,29
2.3	97622	SNCAP	REMOÇÃO DE CERCAS DE MADEIRA, COM VÃO MAIOR OU IGUAL A 1M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m	186,35	R\$ 70,26	R\$ 61,54	R\$ 23,36	R\$ 14,86	R\$ 11.467,89	R\$ 4.349,40	R\$ 15.817,38	R\$ 15.817,38	2,22
2.4	97623	SNCAP	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCEMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m²	226,54	R\$ 4,35	R\$ 3,83	R\$ 1,23	R\$ 1,52	R\$ 807,65	R\$ 321,68	R\$ 11.893,37	R\$ 11.893,37	0,17
2.6	97647	SNCAP	REMOÇÃO DE PRISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO - AF_09/2023	m³	36,43	R\$ 247,25	R\$ 216,60	R\$ 82,10	R\$ 298,70	R\$ 7.890,74	R\$ 2.990,90	R\$ 10.881,64	R\$ 10.881,64	1,53
2.7	97645	SNCAP	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO - AF_09/2023	m²	15,00	R\$ 30,19	R\$ 26,62	R\$ 10,16	R\$ 12,57	R\$ 39,93	R\$ 14,71	R\$ 54,70	R\$ 54,70	0,08
2.8	97644	SNCAP	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO - AF_09/2023	m²	3,36	R\$ 11,69	R\$ 10,29	R\$ 3,83	R\$ 4,12	R\$ 34,57	R\$ 12,87	R\$ 47,44	R\$ 47,44	0,01
3			SANITÁRIO										R\$ 19.524,24	2,74
3.1			FIBRA, FILTRO E SUMIDORO										R\$ 19.524,24	2,74
3.1.1	98005	SNCAP	SIQUEIRO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,80 M, ALTA INTERNA = 3,0 M, ÁREA DE FLOJO ANEÁRIO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTA INTERNA = 2,50 M, TUBO SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,40 M, ALTA INTERNA = 2,50 M, UN	1,00	1,00	R\$ 7.433,22	R\$ 695,17	R\$ 8.281,27	R\$ 8.976,44	R\$ 695,17	R\$ 8.281,27	R\$ 8.976,44	R\$ 8.976,44	1,26
3.1.2	98006	SNCAP	SIQUEIRO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTA INTERNA = 2,50 M, TUBO SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,40 M, ALTA INTERNA = 2,50 M, UN	1,00	1,00	R\$ 5.944,17	R\$ 745,92	R\$ 435,23	R\$ 7.181,15	R\$ 745,92	R\$ 6.435,23	R\$ 7.181,15	R\$ 7.181,15	1,01
3.1.3	98053	SNCAP	SIQUEIRO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,40 M, ALTA INTERNA = 2,50 M, UN	1,00	1,00	R\$ 2.809,91	R\$ 404,12	R\$ 2.990,53	R\$ 3.394,65	R\$ 404,12	R\$ 2.990,53	R\$ 3.394,65	R\$ 3.394,65	0,48
4			ORDEMENS										R\$ 23.649,24	3,19
4.1			TUBULAÇÃO										R\$ 126.249,20	2,15
4.1.1	CCI_DUE_001	Projeto	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 200 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO - AF_06/2022	M	5,20	R\$ 101,18	R\$ 13,71	R\$ 108,52	R\$ 122,23	R\$ 71,29	R\$ 964,30	R\$ 655,09	R\$ 0,09	
4.1.2	CCI_DUE_002	Projeto	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 250 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO - AF_06/2022	M	57,34	R\$ 161,03	R\$ 13,71	R\$ 185,83	R\$ 194,54	R\$ 786,13	R\$ 10.368,79	R\$ 11.164,92	R\$ 1,07	
4.1.3	97649	SNCAP	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA ELÁSTICA	M	14,30	R\$ 202,82	R\$ 0,00	R\$ 202,82	R\$ 2.905,08	R\$ 1.077,25	R\$ 3.988,33	R\$ 0,45		
4.2			ESCAVAÇÃO										R\$ 1.871,66	0,26
4.2.1	93368	SNCAP	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA, COM PLACA VIBRATÓRIA, AF_08/2023	m³	13,80	R\$ 96,51	R\$ 92,56	R\$ 36,12	R\$ 128,68	R\$ 1.072,33	R\$ 498,45	R\$ 1.775,78	R\$ 0,25	
4.2.2	10437	SNCAP	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM RECALQUE AF_08/2023	m³	1,42	R\$ 260,75	R\$ 20,78	R\$ 11,53	R\$ 32,31	R\$ 23,91	R\$ 16,37	R\$ 0,15		
4.3			CAIXAS										R\$ 5.602,92	0,78
4.3.1	97533	SNCAP	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RECALQUEADA EM ALVENARIA COM TUILOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 1,00x1,00x0,50M	UN	7,00	R\$ 68,11	R\$ 334,97	R\$ 462,50	R\$ 797,47	R\$ 2.344,79	R\$ 3.237,50	R\$ 5.562,92	R\$ 0,78	
5			CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA										R\$ 74.231,42	10,42
5.1			ELETRICIDADES E ACESSÓRIOS										R\$ 74.231,42	10,42
5.1.1	003036	SBC	CABEAMENTO LISA TIPO "U" CHAPA 25 50x100mm	M	51,40	R\$ 30,11	R\$ 22,57	R\$ 78,49	R\$ 36,47	R\$ 1.860,10	R\$ 709,31	R\$ 1.891,41	R\$ 0,26	
5.1.2	97275	SNCAP	COTOVELO HORIZONTAL 90° PARA ELETRICALHA LISA OU PERFURADA EM ÁGUA GALVANIZADO, LARGURA DE 50MM E	M	1,00	R\$ 18,89	R\$ 15,97	R\$ 78,49	R\$ 49,48	R\$ 15,97	R\$ 78,49	R\$ 94,46	R\$ 0,01	
5.1.3	96235	SBC	SUORTE SUSPENSÃO VERTICAL PARA ELETRICALHA LISA 10 x 10 mm	M	1,00	R\$ 4,88	R\$ 4,09	R\$ 13,30	R\$ 4,32	R\$ 21,92	R\$ 4,84	R\$ 0,02		
5.1.4	97134	SNCAP	TE HORIZONTAL 90°, PARA ELETRICALHA LISA OU PERFURADA EM ÁGUA GALVANIZADO, LARGURA DE 75MM E ALTA 50MM	M	1,00	R\$ 78,19	R\$ 25,15	R\$ 118,13	R\$ 145,38	R\$ 25,15	R\$ 118,13	R\$ 145,38	R\$ 0,02	
5.1.5	97349	SNCAP	EMENDA PARA ELETRICALHA LISA OU PERFURADA EM ÁGUA GALVANIZADO, LARGURA 50MM E ALTA 50MM - L	UN	44,00	R\$ 72,34	R\$ 10,64	R\$ 74,75	R\$ 39,39	R\$ 468,16	R\$ 317,00	R\$ 3.845,16	R\$ 0,54	
5.1.6	96342	SNCAP	TAPETA DE ENCAIXE PARA ELETRICALHA 50mm CHAPA 24	UN	17,30	R\$ 30,58	R\$ 12,84	R\$ 24,10	R\$ 30,74	R\$ 222,13	R\$ 436,69	R\$ 638,06	R\$ 0,09	
5.1.7	96262	SBC	TERMINAL PARA ELETRICALHA 100x50mm	M	3,00	R\$ 18,79	R\$ 16,77	R\$ 50,31	R\$ 16,77	R\$ 50,31	R\$ 16,77	R\$ 50,31	R\$ 0,01	
5.1.8	963614	SBC	SADA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1 1/2"	UN	17,00	R\$ 9,63	R\$ 6,79	R\$ 4,84	R\$ 11,63	R\$ 15,43	R\$ 82,28	R\$ 101,71	R\$ 0,03	
5.2			CABEAMENTO										R\$ 14.256,76	2,00
5.2.1	98297	SNCAP	CAIXA ELÉTRONICA CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AF_08/2025	M	1797,70	R\$ 6,57	R\$ 28,24	R\$ 7,69	R\$ 17,40	R\$ 431,45	R\$ 13.824,31	R\$ 14.256,76	R\$ 2,00	
5.3			CAIXAS										R\$ 4.044,33	0,07
5.3.1	97881	SNCAP	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BORTA, DIMENSÕES INTERNAS: 1,00x1,00x0,50M	UN	1,00	R\$ 141,05	R\$ 68,79	R\$ 141,61	R\$ 170,40	R\$ 28,79	R\$ 141,61	R\$ 141,61	R\$ 0,02	
5.3.2	100561	SNCAP	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N. 3, 40x40x40CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBITUR, SEM ACESSÓRIOS,	UN	1,00	R\$ 241,43	R\$ 58,41	R\$ 233,26	R\$ 291,67	R\$ 58,41	R\$ 233,26	R\$ 291,67	R\$ 0,04	
5.3.3	105960	SNCAP	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N. 2, 20x20x20CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBITUR, SEM ACESSÓRIOS,	UN	22,00	R\$ 134,79	R\$ 51,03	R\$ 113,80	R\$ 162,83	R\$ 1.122,66	R\$ 2.459,00	R\$ 3.582,26	R\$ 0,50	
5.4			ACESSÓRIOS										R\$ 2.459,00	0,35
5.4.1	105533	SNCAP	CABEIRA P/BULLET - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AF_09/2024	UN	9,00	R\$ 111,73	R\$ 102,76	R\$ 32,22	R\$ 134,98	R\$ 924,84	R\$ 289,98	R\$ 1.214,82	R\$ 0,17	
5.4.2	105550	SNCAP	CABEIRA P/BREED DOME - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AF_09/2024	UN	9,00	R\$ 116,70	R\$ 107,34	R\$ 33,64	R\$ 140,98	R\$ 966,06	R\$ 302,76	R\$ 1.268,82	R\$ 0,18	
5.5			RACK E SWITCH										R\$ 27.306,73	3,83
5.5.1	09318	SBC	RACK DE PRISO 28U x 760mm 19" COM PORTA DE ACRÍLICO FLAME	UN	1,00	R\$ 1.788,65	R\$ 66,45	R\$ 1.206,49	R\$ 2.172,94	R\$ 66,45	R\$ 2.106,49	R\$ 2.172,94	R\$ 0,30	
5.5.2	095252	SBC	SWITCH WIREED 17 - LINK GIGABIT 24 PORTAS 10 - S50102AD	UN	1,00	R\$ 1.891,93	R\$ 69,24	R\$ 1.950,48	R\$ 2.044,02	R\$ 495,20	R\$ 9.754,40	R\$ 10.220,10	R\$ 1,43	
5.5.3	CPU_LCC_001	Projeto	Reverificação completa por 1 Verificador B-Volt, instalada em Rack 19"	UN	1,00	R\$ 498,66	R\$ 4,09	R\$ 507,24	R\$ 507,24	R\$ 4,09	R\$ 507,24	R\$ 507,24	R\$ 0,01	
5.5.4	98034	SNCAP	PATCH PANEL 48x12x1,25 CAT.6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AF_08/2025	UN	1,00	R\$ 3.985,31	R\$ 93,04	R\$ 1.953,48	R\$ 4.914,65	R\$ 699,22	R\$ 4.115,43	R\$ 4.814,65	R\$ 0,68	
5.5.5	095498	SBC	REGUA 19" COM 12 TOMADAS 250V	UN	2,00	R\$ 69,61	R\$ 3,87	R\$ 80,22	R\$ 84,09	R\$ 7,74	R\$ 160,44	R\$ 168,18	R\$ 0,02	
5.5.6	095494	SNCAP	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 1.25M 250V	M	2,00	R\$ 284,37	R\$ 11,16	R\$ 295,53	R\$ 311,36	R\$ 3,98	R\$ 315,34	R\$ 319,32	R\$ 0,04	
5.5.7	095442	SNCAP	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 1,5M	UN	1,00	R\$ 46,57	R\$ 11,68	R\$ 48,10	R\$ 53,84	R\$ 21,92	R\$ 80,104	R\$ 1.022,96	R\$ 0,14	
5.5.8	983102	SNCAP	PATCH PANEL 24x24mm, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AF_08/2025	UN	2,00	R\$ 1.299,24	R\$ 351,81	R\$ 1.751,10	R\$ 1.569,61	R\$ 703,62	R\$ 2.435,00	R\$ 3.139,22	R\$ 0,44	
5.5.9	985950	SBC	RACK 10U 19" x475mm COM PORTA DE ACRÍLICO FLAME	UN	1,00	R\$ 1.548,36	R\$ 58,43	R\$ 1.297,84	R\$ 1.567,57	R\$ 73,43	R\$ 1.795,14	R\$ 1.870,57	R\$ 0,26	
6			ELETRÓDUTOS E ACESSÓRIOS										R\$ 9.625,96	2,47
6.1	96984	SNCAP	ELETRÓDUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 1 METRO, PARA SPPA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AF_08/2023	UN	3,00	R\$ 67,29	R\$ 42,27	R\$ 68,97	R\$ 120,81	R\$ 116,91	R\$ 243,72	R\$ 0,03		
6.2	91860	SNCAP	ELETRÓDUTO FLEXÍVEL, CORDEIRO, PEAD, DN 40 MM (1/2"), PARA ARCUTOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE -	M	991,00	R\$ 15,75	R\$ 89,80	R\$ 38,67	R\$ 181,07	R\$ 5.505,40	R\$ 5.714,97	R\$ 11.207,37	R\$ 1,58	
6.3	98297	SNCAP	TERMINAL RJ45 - 12x1,25 - 250V - 12x1,25 -											

Jurandir Carneiro dos Santos
Engenheiro Civil / Fiscal de Obras
CREA 5487-D/O
Prefeitura de Porto Velho
Mat. 103127

Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros	BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)	BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
1			ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E LICENÇAS					145.325,58
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	CPU_UBS_001	Próprio	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - OBRA UBS - PLANALTO	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E	UN	1,00000000	91.904,05	91.904,05
Insumo		Próprio	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - OBRA UBS - PLANALTO	Serviços	UND	1,00000000	91.904,05	91.904,05
			MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do BDI =>	19.125,23			Valor com BDI =>	111.029,28
			Quant. =>			1,00	Preço Total =>	111.029,28
1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	CPU2534	Próprio	TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E	UND	1,00000000	7.228,16	7.228,16
Insumo	LIC.AMB001	Próprio	TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Taxas	UND	1,00000000	7.228,16	7.228,16
			MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do BDI =>	1.504,18			Valor com BDI =>	8.732,34
			Quant. =>			1,00	Preço Total =>	8.732,34
1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	CPU2535	Próprio	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA		UND	1,00000000	285,59	285,59
Insumo	ART.CREA-RO	Próprio	ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	Equipamento	UND	1,00000000	285,59	285,59
			MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do BDI =>	59,43			Valor com BDI =>	345,02
			Quant. =>			1,00	Preço Total =>	345,02
1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	CPU2535	Próprio	LICENÇA E APROVAÇÃO PPCIP - CBMRO		UND	1,00000000	1.587,20	1.587,20
Insumo	LIC.CBM-RO	Próprio	LICENÇA E APROVAÇÃO PPCIP - CBMRO	Equipamento	UND	1,00000000	1.587,20	1.587,20
			MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do BDI =>	330,29			Valor com BDI =>	1.917,49
			Quant. =>			1,00	Preço Total =>	1.917,49
1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	000013	SBC	SONDAGEM TERRENO POR APARELHO DE PERFURAÇÃO MECÂNICA D=4"	PROJETOS	M	1,00000000	1.285,85	1.285,85
Insumo	099080	SBC	CAVOUQUEIRO - OPERADOR PERFURATRIZ/ROMPEDOR	Mão de Obra	H	4,02200000	20,54	82,60
Insumo	062626	SBC	SONDAGEM ROTATIVA DE SOLO, INCLUSIVE PECAS GRAFICAS	Material	M	1,00000000	608,17	608,17
Insumo	099000	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	4,26700000	16,43	70,09
Insumo	030488	SBC	PERFURATRIZ MANUAL ATLAS 15H GAS 2,0CV	Material	H	3,00000000	175,00	525,00
			MO sem LS =>	152,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	152,68
			Valor do BDI =>	267,58			Valor com BDI =>	1.553,43
			Quant. =>			15,00	Preço Total =>	23.301,45
2			DEMOLIÇÕES E LIMPEZA DO TERRENO					32.947,78
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE	Supressão Vegetal	m²	1,00000000	0,71	0,71
Composição	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,00460000	27,46	0,12
Composição	89032	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	0,00170000	211,56	0,35
Composição	89031	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,00290000	85,31	0,24
			MO sem LS =>	0,22	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,22
			Valor do BDI =>	0,14			Valor com BDI =>	0,85
			Quant. =>			1.790,92	Preço Total =>	1.522,28
2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	100884	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	m³	1,00000000	9,41	9,41
Composição	5631	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHP	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	0,00830000	228,02	1,89
Composição	88884	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,00950000	96,93	0,92
Composição	5632	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHI	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,00740000	96,66	0,71
Composição	88883	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	0,01530000	385,37	5,89
			MO sem LS =>	1,09	LS =>	0,00	MO com LS =>	1,09
			Valor do BDI =>	1,95			Valor com BDI =>	11,36
			Quant. =>			179,09	Preço Total =>	2.034,46
2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m³	1,00000000	70,26	70,26
Composição	88309	SINAPI	PEDEIREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,35410000	31,44	11,13
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,19570000	26,93	59,13
			MO sem LS =>	50,97	LS =>	0,00	MO com LS =>	50,97
			Valor do BDI =>	14,62			Valor com BDI =>	84,88
			Quant. =>			186,35	Preço Total =>	15.817,38
2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97652	SINAPI	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MAIOR OU IGUAL A 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	Demolições e Remoções	UN	1,00000000	231,86	231,86
Composição	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,16990000	30,71	66,63
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	6,13560000	26,93	165,23
			MO sem LS =>	169,43	LS =>	0,00	MO com LS =>	169,43
			Valor do BDI =>	48,25			Valor com BDI =>	280,11
			Quant. =>			5,00	Preço Total =>	1.400,55
2.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	Demolições e Remoções	m²	1,00000000	4,35	4,35
Composição	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,04080000	30,71	1,25
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,11530000	26,93	3,10
			MO sem LS =>	3,18	LS =>	0,00	MO com LS =>	3,18
			Valor do BDI =>	0,90			Valor com BDI =>	5,25
			Quant. =>			226,54	Preço Total =>	1.189,33
2.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	104789	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,00000000	247,25	247,25
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	7,72650000	26,93	208,07
Composição	88309	SINAPI	PEDEIREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,24620000	31,44	39,18
			MO sem LS =>	179,38	LS =>	0,00	MO com LS =>	179,38
			Valor do BDI =>	51,45			Valor com BDI =>	298,70
			Quant. =>			36,43	Preço Total =>	10.881,64
2.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97645	SINAPI	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,00000000	30,19	30,19
Composição	88309	SINAPI	PEDEIREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,28070000	31,44	8,82
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,79360000	26,93	21,37
			MO sem LS =>	22,05	LS =>	0,00	MO com LS =>	22,05
			Valor do BDI =>	6,28			Valor com BDI =>	36,47
			Quant. =>			1,50	Preço Total =>	54,70
2.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,00000000	11,69	11,69
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,30750000	26,93	8,28
Composição	88309	SINAPI	PEDEIREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,10870000	31,44	3,41
			MO sem LS =>	8,53	LS =>	0,00	MO com LS =>	8,53
			Valor do BDI =>	2,43			Valor com BDI =>	14,12
			Quant. =>			3,36	Preço Total =>	47,44
3			SANITÁRIO					19.552,24
3.1			FOSSA, FILTRO E SUMIDOURO					19.552,24
3.1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	98065	SINAPI	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,88 M, ALTURA INTERNA = 3,0 M, ÁREA DE	Fossas e Sumidouros	UN	1,00000000	7.430,22	7.430,22
Composição	5678	SINAPI	RETROESCAVADORA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	0,83760000	153,39	128,47
Composição	100475	SINAPI	ARGAMASSA TRACO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E ÁREA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE. PREPARO	Argamassas	m³	0,02230000	986,22	21,99
Composição	101624	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA,	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m³	0,79420000	359,65	285,63
Composição	97740	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³.	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,54800000	2.703,50	1.481,51
Composição	88309	SINAPI	PEDEIREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,03130000	31,44	63,86
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,59600000	26,93	42,98

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros	BDI Geral: 20,81%	Encargos Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)	BDI Equipamentos: 13,51%	Encargos Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.	Total
Composição	97738	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m²	0,0154000	5.172,85
Composição	5679	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	1,7059000	66,32
Insumo	00043448	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, PERFURADO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO	Material	UN	6,0000000	868,82
			MO sem LS =>		575,98	LS =>	0,00
			Valor do BDI =>		1.546,22		Valor com BDI =>
						Quant. =>	1,00
							Preço Total =>
							8.976,44

3.1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98060	SINAPI	FILTRO ANAERÓBIO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTURA INTERNA = 1,50 M,	Fossas e Sumidouros	UN	1,0000000	5.944,17	5.944,17	
Composição	97740	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M².	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,5555000	2.703,50	1.501,79	
Composição	101624	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA,	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m³	0,5641000	359,65	202,87	
Composição	5679	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	2,3189000	66,32	153,78	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,9862000	26,93	53,48	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,5278000	31,44	79,47	
Composição	5678	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	1,1378000	153,39	174,52	
Composição	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L	Argamassas	m³	0,0766000	786,87	60,27	
Composição	97738	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0154000	5.172,85	79,66	
Insumo	00012532	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA POCOS DE INSPEÇÃO, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 0,60 M E ALTURA	Material	UN	1,0000000	114,85	114,85	
Insumo	00004720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	3,4256000	252,17	863,83	
Insumo	00012567	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 2,50 M	Material	UN	3,0000000	886,55	2.659,65	
			MO sem LS =>		618,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	618,00
			Valor do BDI =>		1.236,98			Valor com BDI =>	7.181,15
						Quant. =>	1,00	Preço Total =>	7.181,15

3.1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98053	SINAPI	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,40 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M,	Fossas e Sumidouros	UN	1,0000000	2.809,91	2.809,91	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,8684000	31,44	58,74	
Composição	5678	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,9069000	153,39	60,72	
Composição	5679	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,8069000	66,32	53,50	
Composição	97739	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M².	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,1301000	3.730,21	485,30	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,4680000	26,93	39,53	
Composição	101624	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA,	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m³	0,2270000	359,65	81,64	
Composição	97738	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0154000	5.172,85	79,66	
Composição	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L	Argamassas	m³	0,0609000	786,87	47,92	
Insumo	00012563	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA, POCOS DE VISITA, POCOS DE INSPEÇÃO, FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS,	Material	UN	5,0000000	380,58	1.902,90	
			MO sem LS =>		334,69	LS =>	0,00	MO com LS =>	334,69
			Valor do BDI =>		584,74			Valor com BDI =>	3.394,65
						Quant. =>	1,00	Preço Total =>	3.394,65

4			DRENAGEM						22.698,24
4.1			TUBULAÇÃO						15.294,29
4.1.1			Descrição		Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CCU_DRE_001	Próprio	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 200 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Instalações Prediais de Águas Pluviais -	M	1,0000000	101,18	101,18	
Composição	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	28,18	7,13	
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	30,71	7,77	
Insumo	042387	SBC	TUBO PVC ESGOTO SERIE NORMAL 200mm	Material	M	1,0353000	83,31	86,25	
Insumo	00038383	SINAPI	LIXA D'ÁGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	Material	UN	0,0141000	2,26	0,03	

				Valor do BDI =>		21,05				Valor com BDI =>		122,23	
						Quant. =>				5,20 Preço Total =>		635,59	
4.1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total					
Composição	CCU_DRE_002	Próprio	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 250 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Instalações Prediais de Águas Pluviais -	M	1,0000000	161,03	161,03					
Composição	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	28,18	7,13					
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	30,71	7,77					
Insumo	047181	SBC	TUBO CORRUGADO PEAD, PARIEDE DUPLA, INTERNA LISA, JEL, 250mm PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO)	Material	M	1,0353000	141,12	146,10					
Insumo	00038383	SINAPI	LIXA D'ÁGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	Material	UN	0,0141000	2,26	0,03					
				MO sem LS =>	11,36	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,36				
				Valor do BDI =>	33,51			Valor com BDI =>	194,54				
						Quant. =>	87,34	Preço Total =>	11.154,92				

4.1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	92849	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA ELÁSTICA,	Assentamento de tubos de esgoto ou	M	1,0000000	202,82	202,82	
Composição	5632	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHI	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,0380000	96,66	3,67	
Composição	5631	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHI	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,0196000	228,02	4,46	
Composição	88246	SINAPI	ASSENTADOR DE TUBOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0875000	20,04	1,75	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1750000	26,93	4,71	
Insumo	00040340	SINAPI	ANEL DE VEDACAO/JUNTA ELÁSTICA, H = "16" MM, PARA TUBO DE CONCRETO, DN 300 MM	Material	UN	0,4000000	25,45	10,18	
Insumo	00040335	SINAPI	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ESGOTO SANITÁRIO, CLASSE EA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, COM JUNTA	Material	M	1,0300000	172,87	178,06	
			MO sem LS =>		6,11	LS =>	0,00	MO com LS =>	6,11
			Valor do BDI =>		42,20			Valor com BDI =>	245,02
						Quant. =>	14,30	Preço Total =>	3.503,78

4.2		ESCAVAÇÃO							1.821,66
4.2.1	Código Banco	Descrição			Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	93358 SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024			Escavação de Valas	m³	1,00000000	106,52	106,52
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,9557967	26,93	106,52
				MO sem LS =>	76,66	LS =>	0,00	MO com LS =>	76,66
				Valor do BDI =>	22,16			Valor com BDI =>	128,68
						Quant. =>	13,80	Preço Total =>	1.775,78

4.2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	104737	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	Aterro e Reaterro de Valas	m³	1,0000000	26,75	26,75	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8809000	26,93	23,72	
Composição	91277	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL, COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF).	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,0942000	11,56	1,08	
Composição	5903	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,0006000	86,27	0,05	
Composição	5901	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,0005400	352,87	1,90	
			MO sem LS =>		17,22	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,22
			Valor do BDI =>		5,56		Valor com BDI =>		32,31
						Quant. =>	1,42	Preço Total =>	45,88

4.3		CAIXAS							5.582,29
4.3.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	99253 SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TUILOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS:	Caixas Enterradas	UN	1,0000000	660,11	660,11		
Composição	87316 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO	Argamassas	m³	0,0148000	660,80	9,77		
Composição	88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	5,0944000	31,44	160,16		
Composição	97735 SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M².	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0448000	3.054,76	136,85		
Composição	5679 SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,0178000	66,32	1,18		
Composição	101618 SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m²	0,0100000	7,61	6,16		
Composição	88628 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	Argamassas	m³	0,1156000	786,87	90,96		
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	4,0028000	26,93	107,79		
Composição	5678 SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP.	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,0087000	153,39	1,33		
Composição	94970 SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	0,0744000	695,51	51,74		
Insumo	00004491 SINAPI	PONTALETE "7,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	0,1184000	6,78	0,80		
Insumo	00004517 SINAPI	SARAFÃO "2,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	0,1408000	2,37	0,33		
Insumo	00005059 SINAPI	PREGO DE AÇO PILÓTO COM CABEÇA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,0125000	18,89	0,24		
Insumo	00002692 SINAPI	DESOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE ÓLEOSA EMULSIONADA EM ÁGUA	Material	L	0,0005400	9,20	0,05		
Insumo	00006193 SINAPI	TABUA NAO APARELHADA "2,5 X 20" CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO -	Material	M	0,4416000	19,05	8,41		
Insumo	00007258 SINAPI	TUOLO CERAMICO MACICO COMUM DE "5 X 10 X 20" CM (L X A X C)	Material	UN	131,8188000	0,64	84,36		
			MO sem LS =>	277,41	LS =>	0,00	MO com LS =>	277,41	
			Valor do BDI =>	137,36			Valor com BDI =>	797,47	
					Quant. =>	7,00	Preço Total =>	5.582,29	

5			CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA					74.231,42
5.1			ELETROCALHAS E ACESSÓRIOS					7.115,46
5.1.1		Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	063036	SBC	ELETROCALHA LISA TIPO "T" CHAPA 26 50x50mm	INSTALACOES ELÉTRICAS - LEITOS E	M	1,0000000	30,11	30,11
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,4910000	16,43	8,07

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financiáveis

BDI Geral:
20,81%

Encargo Social Mensalista:
72,48%

Data:
28/08/2025

Bancos:
SINAPI (07/2025) - CPOI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

BDI Equipamentos:
13,51%

Encargo Social Horista:
118,72%

Revisão:
00

Item	Código Banco	Descrição	Und	Und	Quant.		Total
Insumo	077783 SBC	ELETROCALHA LISA TIPO "U" 50X25MM CHAPA 22	Material	M	1,1000000	10,39	11,43
Insumo	099250 SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,4910000	21,65	10,63
			MO sem LS =>	18,69	LS =>	0,00 MO com LS =>	18,69
			Valor do BDI =>	6,26		Valor com BDI =>	36,37
				Quant. =>		51,40 Preço Total =>	1.869,41
5.1.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97275 SINAPI	COTOVELO HORIZONTAL 90º PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 50MM E	Eletrocalhas	UN	1,0000000	78,19	78,19
Composição	88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2818000	33,05	9,31
Composição	88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2818000	29,26	8,24
Insumo	00043965 SINAPI	PARAFUSO, EM AÇO ZINCADO, CABECA LENTILHA AUTOTRAVANTE DIAMETRO 5/16" X 1"	Material	UN	16,8000000	0,00	0,00
Insumo	00039997 SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	Material	UN	16,8000000	0,35	5,88
Insumo	00043915 SINAPI	COTOVELO HORIZONTAL RETO 90 GRAUS, PARA ELETROCALHA, EM CHAPA PERFURADA DE AÇO GALVANIZADO	Material	UN	1,0000000	0,00	0,00
Insumo	00013348 SINAPI	ARRUELA EM AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18MM	Material	UN	33,6000000	1,63	54,77
Insumo	00044027 SINAPI	TALA PARA EMENDA DE ELETROCALHA, SIMPLES / RETA, LISA OU PERFURADA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO #22.	Material	UN	4,0000000	0,00	0,00
			MO sem LS =>	13,23	LS =>	0,00 MO com LS =>	13,23
			Valor do BDI =>	16,27		Valor com BDI =>	94,46
				Quant. =>		1,00 Preço Total =>	94,46
5.1.3	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	062535 SBC	SUPORTE SUSPENSÃO VERTICAL PARA ELETROCALHA 50 x 50 mm	INSTALACOES ELETRICAS - DUTOS E	UN	1,0000000	4,86	4,86
Insumo	049226 SBC	ELETROCALHA - SUPORTE SUSPENSÃO SIMPLES TIPO "B" 50x50mm CHAPA 16	Material	UN	1,0000000	4,00	4,00
Insumo	099806 SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,0230000	16,43	0,38
Insumo	099250 SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,0230000	21,65	0,50
			MO sem LS =>	0,86	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,86
			Valor do BDI =>	1,01		Valor com BDI =>	5,87
				Quant. =>		44,00 Preço Total =>	258,28
5.1.4	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97314 SINAPI	TÊ HORIZONTAL 90º, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 75MM E ALTURA DE	Eletrocalhas	UN	1,0000000	118,60	118,60
Composição	88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4436000	29,26	12,97
Composição	88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4436000	33,05	14,66
Insumo	00044039 SINAPI	TE HORIZONTAL 90 GRAUS, PARA ELETROCALHA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, ESPESSURA #22, 75 X 50 MM (L X A).	Material	UN	1,0000000	0,00	0,00
Insumo	00043965 SINAPI	PARAFUSO, EM AÇO ZINCADO, CABECA LENTILHA AUTOTRAVANTE DIAMETRO 5/16" X 1"	Material	UN	25,2000000	0,00	0,00
Insumo	00013348 SINAPI	ARRUELA EM AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18MM	Material	UN	50,4000000	1,63	82,15
Insumo	00044027 SINAPI	TALA PARA EMENDA DE ELETROCALHA, SIMPLES / RETA, LISA OU PERFURADA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO #22.	Material	UN	6,0000000	0,00	0,00
Insumo	00039997 SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	Material	UN	25,2000000	0,35	8,82
			MO sem LS =>	20,82	LS =>	0,00 MO com LS =>	20,82
			Valor do BDI =>	24,68		Valor com BDI =>	143,28
				Quant. =>		1,00 Preço Total =>	143,28
5.1.5	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97249 SINAPI	EMENDA PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA 50MM E ALTURA 50MM -	Eletrocalhas	UN	1,0000000	72,34	72,34
Composição	88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1879000	29,26	5,49
Composição	88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1879000	33,05	6,21
Insumo	00039997 SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	Material	UN	16,8000000	0,35	5,88
Insumo	00043965 SINAPI	PARAFUSO, EM AÇO ZINCADO, CABECA LENTILHA AUTOTRAVANTE DIAMETRO 5/16" X 1"	Material	UN	16,8000000	0,00	0,00
Insumo	00013348 SINAPI	ARRUELA EM AÇO GALVANIZADO, DIAMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18MM	Material	UN	33,6000000	1,63	54,77
Insumo	00044344 SINAPI	EMENDA INTERNA, TIPO U, BASE LISA, PARA ELETROCALHA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO ESPESSURA #22, 50 X 50 MM	Material	UN	1,0000000	0,00	0,00
Insumo	00044027 SINAPI	TALA PARA EMENDA DE ELETROCALHA, SIMPLES / RETA, LISA OU PERFURADA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO #22.	Material	UN	4,0000000	0,00	0,00
			MO sem LS =>	8,81	LS =>	0,00 MO com LS =>	8,81
			Valor do BDI =>	15,05		Valor com BDI =>	87,39
				Quant. =>		44,00 Preço Total =>	3.845,16
5.1.6	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	063614 SBC	TAMPA DE ENCAIXE PARA ELETROCALHA 50mm CHAPA 24	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E	UN	1,0000000	30,98	30,98
Insumo	099250 SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,4910000	21,65	10,63
Insumo	000785 SBC	ELETROCALHA - TAMPA DE ENCAIXE PARA ELETROCALHA 50mm CHAPA 24	Material	UN	1,0000000	19,95	19,95
			MO sem LS =>	10,63	LS =>	0,00 MO com LS =>	10,63
			Valor do BDI =>	6,36		Valor com BDI =>	36,94
				Quant. =>		17,30 Preço Total =>	639,06
5.1.7	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	062562 SBC	TERMINAL PARA ELETROCALHA 100X50cm	INSTALACOES ELETRICAS - DUTOS E	UN	1,0000000	18,79	18,79
Insumo	099250 SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,3650000	21,65	7,90
Insumo	034524 SBC	ELETROCALHA - TERMINAL DE FECHAMENTO PLANO 100x50mm CHAPA 24	Material	UN	1,0000000	4,90	4,90
Insumo	099806 SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,3650000	16,43	6,00
			MO sem LS =>	13,89	LS =>	0,00 MO com LS =>	13,89
			Valor do BDI =>	3,91		Valor com BDI =>	22,70
				Quant. =>		3,00 Preço Total =>	68,10
5.1.8	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	063614 SBC	SAIDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1 1/2"	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E	UN	1,0000000	9,63	9,63
Insumo	099806 SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,1480000	16,43	2,43
Insumo	035754 SBC	ELETROCALHA - SAIDA HORIZONTAL PRÉ GALVANIZADA PARA ELETRODUTO 1 1/2" CHAPA 16	Material	UN	1,0000000	4,00	4,00
Insumo	099250 SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,1480000	21,65	3,20
			MO sem LS =>	5,63	LS =>	0,00 MO com LS =>	5,63
			Valor do BDI =>	2,00		Valor com BDI =>	11,63
				Quant. =>		17,00 Preço Total =>	197,71
5.2	Código Banco	CABEAMENTO					14.255,76
5.2.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	96297 SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Redes de Lógica, Telefonía e Imagem	M	1,0000000	6,57	6,57
Composição	88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0045000	29,26	0,13
Composição	88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0045000	33,05	0,14
Insumo	00039599 SINAPI	CABO DE REDE, PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 6 (CAT 6), ISOLAMENTO PVC (LSZH)	Material	M	1,0500000	6,00	6,30
			MO sem LS =>	0,20	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,20
			Valor do BDI =>	1,36		Valor com BDI =>	7,93
				Quant. =>		1.797,70 Preço Total =>	14.255,76
5.3	Código Banco	CAIXAS					4.044,33
5.3.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	97881 SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS:	Caixas Enterradas	UN	1,0000000	141,05	141,05
Composição	101619 SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m²	0,0360000	462,43	16,64
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0191000	26,93	0,51
Composição	88309 SINAPI	PERDIREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0243000	31,44	0,76
Composição	97733 SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE ATÉ 10 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³.	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0091000	4.207,03	38,28
Insumo	00043429 SINAPI	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO, SEM FUNDO, QUADRADA, DIMENSÕES DE 0,30 x 0,30 x 0,30 M	Material	UN	1,0000000	84,86	84,86
			MO sem LS =>	23,86	LS =>	0,00 MO com LS =>	23,86
			Valor do BDI =>	29,35		Valor com BDI =>	170,40
				Quant. =>		1,00 Preço Total =>	170,40
5.3.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	100561 SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.2, 40X40X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS,	Redes de Lógica, Telefonía e Imagem	UN	1,0000000	241,43	241,43
Composição	88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9650000	33,05	31,89
Composição	88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9650000	29,26	28,23
Composição	87367 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA UMDA) PARA EMBOÇO/MASSA	Argamassas	m²	0,0140000	929,77	13,01
Insumo	00011251 SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM LUZ / TELEFONIA, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DIMENSÕES 40 X 40 X 12" CM	Material	UN	1,0000000	168,30	168,30
			MO sem LS =>	48,36	LS =>	0,00 MO com LS =>	48,36
			Valor do BDI =>	50,24		Valor com BDI =>	291,67
				Quant. =>		1,00 Preço Total =>	291,67
5.3.3	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit.	Total
Composição	100560 SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.2, 20X20X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS,	Redes de Lógica, Telefonía e Imagem	UN	1,0000000	134,79	134,79
Composição	88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8800000	29,26	25,74
Composição	88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8800000	33,05	29,08
Composição	87367 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA UMDA) PARA EMBOÇO/MASSA	Argamassas	m²	0,0043000	929,77	3,99
Insumo	00011250 SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM LUZ / TELEFONIA, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DIMENSÕES 20 X 20 X 12" CM	Material	UN	1,0000000	75,98	75,98

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.	Total	
				MO sem LS =>	42,25	LS =>	0,00 MO com LS =>	42,25
				Valor do BDI =>	28,04		Valor com BDI =>	162,83
						Quant. =>	22,00 Preço Total =>	3.582,26
5.4			ACESSÓRIOS				2.483,64	
5.4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	105553	SINAPI	CÂMERA IP BULLET - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	Iluminação Predial e Monitoramento	UN	1,00000000	111,73	111,73
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,64840000	33,05	87,52
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,82762500	29,26	24,21
Insumo	00045223	SINAPI	CAMERA IP BULLET, RESOLUCAO 1 MP/ 2 MP, INFRAVERMELHO DE ATE 30 M, LENTE 2,8 MM/ 3,6 MM	Material	UN	1,00000000	0,00	0,00
				MO sem LS =>	85,07	LS =>	0,00 MO com LS =>	85,07
				Valor do BDI =>	23,25		Valor com BDI =>	134,98
						Quant. =>	9,00 Preço Total =>	1.214,82
5.4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	105550	SINAPI	CÂMERA IP SPEED DOME - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	Iluminação Predial e Monitoramento	UN	1,00000000	116,70	116,70
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,76610000	33,05	91,41
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8644062	29,26	25,29
Insumo	00045221	SINAPI	CAMERA IP SPEED DOME 2 MP (1080P), ALCANCE DO INFRAVERMELHO DE ATE 150 M, ZOOM DE ATE 25 M	Material	UN	1,00000000	0,00	0,00
				MO sem LS =>	88,86	LS =>	0,00 MO com LS =>	88,86
				Valor do BDI =>	24,28		Valor com BDI =>	140,98
						Quant. =>	9,00 Preço Total =>	1.268,82
5.5			RACK E SWITCH				27.306,73	
5.5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	059318	SBC	RACK DE PISO 28U x 570mm 19" COM PORTA DE ACRILICO FUME	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,00000000	1.798,65	1.798,65
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	1,07900000	16,43	17,72
Insumo	099031	SBC	ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	0,98100000	38,01	37,29
Insumo	006510	SBC	RACK DE PISO 28U x 570mm 19" COM PORTA DE VIDRO TEMPERADO	Material	UN	1,00000000	1.743,64	1.743,64
				MO sem LS =>	55,01	LS =>	0,00 MO com LS =>	55,01
				Valor do BDI =>	374,29		Valor com BDI =>	2.172,94
						Quant. =>	1,00 Preço Total =>	2.172,94
5.5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	059252	SBC	SWITCH WIRED TP - LINK GIGABIT 24 PORTAS TL - SG1024D.	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,00000000	1.691,93	1.691,93
Insumo	099250	SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	2,02300000	21,65	43,80
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	2,02300000	16,43	33,23
Insumo	047589	SBC	RACK - SWITCH CFTV 24 PORTAS TECNOLOGIA PoE (POWER OVER ETHERNET) HIKVISION DS-3E0326P-EI(MB) FAST	Material	UN	1,00000000	1.614,91	1.614,91
				MO sem LS =>	77,02	LS =>	0,00 MO com LS =>	77,02
				Valor do BDI =>	352,09		Valor com BDI =>	2.044,02
						Quant. =>	5,00 Preço Total =>	10.220,10
5.5.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU_LOG_001	Próprio	Kit Ventilação composto por 4 Ventiladores Bi-Volts, inclusive fixação em Rack 19"	1608	und	1,00000000	498,66	498,66
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,15000000	33,05	4,95
Insumo	052078	IOPEs	KIT 4 VENTILADORES BIVOLT P/ RACK INDOOR	Material	UN	1,00000000	493,71	493,71
				MO sem LS =>	3,80	LS =>	0,00 MO com LS =>	3,80
				Valor do BDI =>	103,77		Valor com BDI =>	602,43
						Quant. =>	1,00 Preço Total =>	602,43
5.5.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98304	SINAPI	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	Redes de Lógica, Telefonía e Imagem	UN	1,00000000	3.985,31	3.985,31
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,32360000	29,26	360,58
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,32360000	33,05	407,29
Insumo	00039597	SINAPI	PATCH PANEL, 48 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" DE LARGURA E 2 U DE ALTURA	Material	UN	1,00000000	3.217,44	3.217,44
				MO sem LS =>	578,83	LS =>	0,00 MO com LS =>	578,83
				Valor do BDI =>	829,34		Valor com BDI =>	4.814,65
						Quant. =>	1,00 Preço Total =>	4.814,65
5.5.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	059458	SBC	REGUA 19" COM 12 TOMADAS 2P+T	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,00000000	69,61	69,61
Insumo	058898	SBC	RACK - REGUA 19" DE TOMADAS COM 12 TOMADAS 10A	Material	UN	1,00000000	66,40	66,40
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,19600000	16,43	3,22
				MO sem LS =>	3,21	LS =>	0,00 MO com LS =>	3,21
				Valor do BDI =>	14,48		Valor com BDI =>	84,09
						Quant. =>	2,00 Preço Total =>	168,18
5.5.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	059441	SBC	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 2,50M	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,00000000	28,42	28,42
Insumo	013871	SBC	RACK - PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 2,5m	Material	UN	1,00000000	27,46	27,46
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	0,05900000	16,43	0,97
				MO sem LS =>	0,96	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,96
				Valor do BDI =>	5,91		Valor com BDI =>	34,33
						Quant. =>	96,00 Preço Total =>	3.295,68
5.5.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	059442	SBC	PATCH CORDS RJ45 CAT 5 4 PARES 1,5M	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,00000000	44,57	44,57
Insumo	013872	SBC	RACK - PATCH CORDS RJ45 CAT 5 1,5m	Material	UN	1,00000000	34,90	34,90
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	0,58900000	16,43	9,67
				MO sem LS =>	9,67	LS =>	0,00 MO com LS =>	9,67
				Valor do BDI =>	9,27		Valor com BDI =>	53,84
						Quant. =>	19,00 Preço Total =>	1.022,96
5.5.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98302	SINAPI	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	Redes de Lógica, Telefonía e Imagem	UN	1,00000000	1.299,24	1.299,24
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	6,20070000	33,05	204,93
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	6,20070000	29,26	181,43
Insumo	00039596	SINAPI	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" DE LARGURA E 1 U DE ALTURA	Material	UN	1,00000000	912,88	912,88
				MO sem LS =>	291,24	LS =>	0,00 MO com LS =>	291,24
				Valor do BDI =>	270,37		Valor com BDI =>	1.569,61
						Quant. =>	2,00 Preço Total =>	3.139,22
5.5.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	068550	SBC	RACK 16U 19" x 675mm COM PORTA DE ACRILICO FUME	INSTALACOES ELETRICAS -	UN	1,00000000	1.548,36	1.548,36
Insumo	045581	SBC	RACK 16U x 770mm COM PORTA DE VIDRO TEMPERADO PRETO	Material	UN	1,00000000	1.485,92	1.485,92
Insumo	099031	SBC	ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	1,14700000	38,01	43,60
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	1,14700000	16,43	18,84
				MO sem LS =>	62,44	LS =>	0,00 MO com LS =>	62,44
				Valor do BDI =>	322,21		Valor com BDI =>	1.870,57
						Quant. =>	1,00 Preço Total =>	1.870,57
5.6			ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS				19.025,50	
5.6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96984	SINAPI	ELETRODUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	Sistema de Proteção contra Descargas	UN	1,00000000	67,25	67,25
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,74530000	29,26	21,80
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,74530000	33,05	24,63
Insumo	00012070	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, CLASSE B, DE 40 MM	Material	M	3,00000000	6,94	20,82
				MO sem LS =>	35,00	LS =>	0,00 MO com LS =>	35,00
				Valor do BDI =>	13,99		Valor com BDI =>	81,24
						Quant. =>	3,00 Preço Total =>	243,72
5.6.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91860	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE -	Instalações Elétricas - Eletrodutos	M	1,00000000	15,79	15,79
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16600000	29,26	4,85
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16600000	33,05	5,48
Insumo	00039247	SINAPI	ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXÍVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 1 1/4",	Material	M	1,01700000	5,37	5,46
				MO sem LS =>	7,79	LS =>	0,00 MO com LS =>	7,79
				Valor do BDI =>	3,28		Valor com BDI =>	19,07

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde			BDI Geral:	Encargo Social Mensalista:	Data:
Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			20,81%	72,48%	28/08/2025
Bancos:			BDI Equipamentos:	Encargo Social Horista:	Revisão:
SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			13,51%	118,72%	00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.	Total
						Quant. =>	591,00 Preço Total =>
							11.270,37
5.6.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	98307	SINAPI	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica, Telefonía e Imagem	UN	1,00000000	50,53
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,20620000	29,26
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,20620000	33,05
Insumo	00038083	SINAPI	TOMADA RJ45, 8 FIOS, CAT 5E, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MÓDULO)	Material	UN	1,00000000	37,69
				MO sem LS =>	9,68	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	10,51		Valor com BDI =>
						Quant. =>	59,00 Preço Total =>
							3.601,34
5.6.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	95728	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	Instalações Elétricas - Eletrodutos,	M	1,00000000	31,10
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,20300000	29,26
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,20300000	33,05
Composição	91170	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO.	Rasgos e Fixações	M	1,00000000	13,23
Insumo	00002679	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, CLASSE B, DE 32 MM	Material	M	1,05380000	4,98
				MO sem LS =>	15,55	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	6,47		Valor com BDI =>
						Quant. =>	8,00 Preço Total =>
							300,56
5.6.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	95727	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	Instalações Elétricas - Eletrodutos,	M	1,00000000	24,22
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,12200000	33,05
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,12200000	29,26
Composição	91170	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO.	Rasgos e Fixações	M	1,00000000	13,23
Insumo	00002678	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, CLASSE B, DE 25 MM	Material	M	1,05380000	3,23
				MO sem LS =>	11,74	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	5,04		Valor com BDI =>
						Quant. =>	109,90 Preço Total =>
							3.215,67
5.6.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	95740	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Instalações Elétricas - Eletrodutos,	UN	1,00000000	9,77
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,15700000	29,26
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,15700000	33,05
Insumo	00041231	SINAPI	CURVA 90 GRAUS SOLDÁVEL PARA ELETRODUTO, PVC RÍGIDO, COR PRETA, 25 MM	Material	UN	1,00000000	0,00
				MO sem LS =>	7,36	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	2,03		Valor com BDI =>
						Quant. =>	7,00 Preço Total =>
							82,60
5.6.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	92869	SINAPI	CAIXA RETÂNGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Instalações Elétricas - Eletrodutos	UN	1,00000000	13,00
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16400000	33,05
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16400000	29,26
Composição	88629	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_08/2019	Argamassas	m³	0,00090000	922,54
Insumo	00002556	SINAPI	CAIXA DE LUZ 4" X 2" EM AÇO ESMALTADA	Material	UN	1,00000000	1,96
				MO sem LS =>	7,84	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	2,70		Valor com BDI =>
						Quant. =>	9,00 Preço Total =>
							141,30
5.6.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	91944	SINAPI	CAIXA RETÂNGULAR 4" X 4" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Instalações Elétricas - Eletrodutos	UN	1,00000000	15,63
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16900000	33,05
Composição	88629	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_08/2019	Argamassas	m³	0,00120000	922,54
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16900000	29,26
Insumo	00001873	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	Material	UN	1,00000000	4,01
				MO sem LS =>	8,11	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	3,25		Valor com BDI =>
						Quant. =>	9,00 Preço Total =>
							169,92
6			PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS				120.540,25
6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESURA 8 CM.	Pavimento Intertravado	m²	1,00000000	136,37
Composição	91285	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	0,08840000	1,15
Composição	88260	SINAPI	CALETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16830000	29,98
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,16830000	26,93
Composição	91283	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	0,00380000	12,22
Composição	91277	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF).	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	0,00550000	11,56
Composição	91278	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF).	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHI	0,07870000	0,87
Insumo	00000712	SINAPI	BLOQUETEIPO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO / HEXAGONAL - 25 X 25" CM, E = 8 CM.	Material	m²	1,00000000	116,40
Insumo	00004741	SINAPI	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRO)FORNECEDOR, SEM FRETE)	Material	m³	0,00690000	206,32
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,05580000	150,00
				MO sem LS =>	6,85	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	28,37		Valor com BDI =>
						Quant. =>	731,70 Preço Total =>
							120.540,25
7			CALÇAMENTO EXTERNO E PAISAGISMO				107.942,87
7.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	94992	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA.	Passeios de Concreto	m²	1,00000000	105,38
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,24590000	26,93
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,14830000	31,44
Composição	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,09760000	30,99
Composição	94964	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2:7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	0,07390000	710,43
Insumo	00004517	SINAPI	SARRAFO 25 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,45000000	2,37
Insumo	00007156	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, CA-80, Q-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M,	Material	UN	1,08160000	34,29
Insumo	00005068	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Material	KG	0,02400000	18,53
				MO sem LS =>	16,59	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	21,92		Valor com BDI =>
						Quant. =>	826,53 Preço Total =>
							105.217,26
7.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	Paisagismo - Plantio	m²	1,00000000	16,63
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,13860000	26,93
Composição	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,02770000	27,46
Insumo	00003324	SINAPI	GRAMA BATATAIS EM PLACAS, SEM PLANTIO	Material	m²	1,00000000	12,14
				MO sem LS =>	3,22	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>	3,46		Valor com BDI =>
						Quant. =>	135,67 Preço Total =>
							2.725,61
8			SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 112,5 KVA				63.019,50
8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	GPU_SUBS_001	Próprio	SUBESTAÇÃO TRIFÁSICA DE 112,5 Kva	INEL - INSTALAÇÃO	UND	1,00000000	52.164,15
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	32,00000000	29,26
Composição	88265	SINAPI	ELETRICISTA INDUSTRIAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	32,00000000	30,32
Composição	5928	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE	Custos Horários Produtivo e Improdutivo	CHP	6,00000000	307,11
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	32,00000000	33,05
Insumo	00043130	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	Material	KG	1,00000000	26,52
Insumo	00012373	SINAPI	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, 400 KG, H = 12 M (NBR 8451)	Material	UN	1,00000000	1.194,81
Insumo	00000428	SINAPI	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 500 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, COM CABECA	Material	UN	4,00000000	34,97
Insumo	00025003	SINAPI	CABO DE ALUMÍNIO NU SEM ALMA DE AÇO, BITOLA 2 AWG	Material	KG	7,00000000	64,93
Insumo	00001006	SINAPI	CABO DE COBRE, RÍGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC, ANTI-CHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, DIAMETRO 120 MM2	Material	M	15,00000000	144,43
Insumo	00004276	SINAPI	PARA-RAIOS DE DISTRIBUIÇÃO, TENSAO NOMINAL 15 KV, CORRENTE NOMINAL DE DESCARGA 5 KA	Material	UN	3,00000000	232,81
Insumo	00000436	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 150 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABALUADA	Material	UN	4,00000000	12,13
Insumo	00034783	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA	Mão de Obra	H	12,00000000	161,88
Insumo	00005047	SINAPI	CHAVE FUSÍVEL PARA REDES DE DISTRIBUIÇÃO, TENSAO DE 15,0 KV, CORRENTE NOMINAL DO PORTA FUSÍVEL DE 100 A	Material	UN	3,00000000	150,70
Insumo	00012327	SINAPI	CINTA CIRCULAR EM AÇO GALVANIZADO DE 210 MM DE DIAMETRO PARA INSTALACAO DE TRANSFORMADOR EM POSTE DE	Material	UN	2,00000000	30,24
Insumo	00001062	SINAPI	CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE AÇO 18 USG (PADRAO DA	Material	UN	2,00000000	332,62
Insumo	00003278	SINAPI	CAIXA INSPECAO, CONCRETO PRE MOLDADO, CIRCULAR, COM TAMPA, D = 40" CM	Material	UN	1,00000000	83,48



PLANILHA DE ORÇAMENTO ANALÍTICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações



Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financiáveis	BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)	BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.	Total
Insumo	00002621	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 100 MM (4")	Material	UN	1,00000000	121,65
Insumo	00039182	SINAPI	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 4", PARA ELETRODUTO	Material	UN	1,00000000	11,65
Insumo	00021151	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 4", E= "6,02 MM, SCHEDULE 40, "16,06 KG/M	Material	M	3,00000000	340,22
Insumo	00033380	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE,	Material	UN	4,00000000	58,57
Insumo	00001564	SINAPI	GRAMPO PARALELO METALICO PARA CABO DE 6 A 50 MM2, COM 2 PARAFUSOS	Material	UN	6,00000000	11,01
Insumo	00003278	SINAPI	CAIXA INSPECÃO, CONCRETO PRE MOLDADO, CIRCULAR, COM TAMPA, D = 40" CM	Material	UN	1,00000000	83,48
Insumo	00020442	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 45 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABAULADA	Material	UN	4,00000000	7,17
Insumo	00000863	SINAPI	CABO DE COBRE NU 35 MM2 MEIO-DURO	Material	M	15,00000000	44,29
Insumo	00000402	SINAPI	GANCHO OLHAL EM ACO GALVANIZADO, ESPESSURA 16MM, ABERTURA 21MM	Material	UN	3,00000000	11,31
Insumo	COT079-CIE	Próprio	CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR BLINDADA 500V - 400A	Equipamento	PC	1,00000000	751,81
Insumo	00001577	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 35 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE	Material	UN	4,00000000	3,54
Insumo	00010510	SINAPI	CRUZETA DE MADEIRA TRATADA, "90 X 115 X 2400" MM, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	Material	UN	2,00000000	189,69
Insumo	00007819	SINAPI	TRANSFORMADOR TRIFASICO DE DISTRIBUICAO, POTENCIA DE 112,5 KVA, TENSÃO NOMINAL DE 15 KV, TENSÃO	Material	UN	1,00000000	19.214,00
Insumo	00001564	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE DISTRIBUICAO, EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 250 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABECA	Material	UN	4,00000000	15,91
Insumo	00011854	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 35 MM2	Material	UN	10,00000000	11,62
Insumo	00000991	SINAPI	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BVF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL	Material	M	45,00000000	313,18
Insumo	00000379	SINAPI	ARRUELA QUADRADA EM ACO GALVANIZADO, DIMENSAO = 38 MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18 MM	Material	UN	14,00000000	1,43
Insumo	00011837	SINAPI	GRAMPO LINHA VIVA DE LATAO ESTANHADO, DIAMETRO DO CONDUTOR PRINCIPAL DE 10 A 120 MM2, DIAMETRO DA	Material	UN	3,00000000	57,64
Insumo	00011838	SINAPI	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 240 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO	Material	UN	4,00000000	43,09
Insumo	009806	SBC	FUSIVEL NH1 ULTRA RAPIDO 250A 500VCA 120KA DEKFUSE	Material	UN	3,00000000	247,41
Insumo	00011272	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE DISTRIBUICAO, EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 250 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABECA	Material	UN	3,00000000	16,17
Insumo	00000857	SINAPI	CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO	Material	M	18,00000000	21,10
Insumo	00003405	SINAPI	ISOLADOR DE PORCELANA SUSPENSO, DISCO TIPO GARFO OLHAL, DIAMETRO DE 152 MM, PARA TENSÃO DE "15" KV	Material	UN	6,00000000	103,01
Insumo	00003406	SINAPI	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO PINO MONOCORPO, PARA TENSÃO DE "15" KV	Material	UN	3,00000000	31,53
Insumo	00011855	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 70 MM2	Material	UN	4,00000000	24,33
Insumo	00003915	SINAPI	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 4"	Material	UN	1,00000000	121,87
Insumo	00000445	SINAPI	PINO ROSCA EXTERNA, EM ACO GALVANIZADO, PARA ISOLADOR DE 25KV, DIAMETRO 35MM, COMPRIMENTO "320" MM	Material	UN	3,00000000	30,66
				MO sem LS =>	4,351,84	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	10,855,35	Valor com BDI =>	4,351,84
						Quant. =>	1,00
						Preço Total =>	63.019,50

9			MURO				112.464,62
9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	CCU_PCL_004	Próprio	MURO DE ALVENARIA H = 2,00 m COM PILARES A CADA 3 m	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E	M	1,00000000	703,49
Composição	92802	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIAMETRO DE 8,0 MM, AF_06/2022	Armação para Estruturas de Concreto	KG	6,50000000	12,22
Composição	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO.	Chapisco	m²	4,00000000	5,53
Composição	103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL, DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E	Alvenaria de Vedação	m³	2,00000000	136,74
Composição	96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas	m³	0,05000000	126,21
Composição	101173	SINAPI	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE	Estacas Broca, Strauss e Escavada com	M	0,33000000	78,41
Composição	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE	Massa Única Interna	m³	4,00000000	44,33
Composição	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2:3:2 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO	Produção de Concreto	m³	0,08900000	740,54
Composição	92269	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, AF_09/2020	Fórmis para Estruturas de Concreto	m²	0,45000000	117,93
				MO sem LS =>	267,54	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	146,39	Valor com BDI =>	267,54
						Quant. =>	132,33
						Preço Total =>	112.464,62

10			GASES MEDICINAIS				13.800,38
10.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	CPU_GMED_001	Próprio	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO - 100 L - ISENTO DE ÓLEO - 220V	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E	UN	1,00000000	5.248,17
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,00000000	30,71
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,00000000	33,05
Composição	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,00000000	28,18
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,00000000	29,26
Insumo	INS_GMED_001	Próprio	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO - 100 L - ISENTO DE ÓLEO - 220V	Equipamento	UND	1,00000000	5.069,53
				MO sem LS =>	134,66	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	1.092,14	Valor com BDI =>	6.340,31
						Quant. =>	1,00
						Preço Total =>	6.340,31

10.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
Composição	CPU_GMED_002	Próprio	BOMBA DE VÁCUO BIVOLT	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E	UN	1,00000000	6.175,05
Composição	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,00000000	28,18
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,00000000	30,71
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,00000000	33,05
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,00000000	29,26
Insumo	INS_GMED_002	Próprio	BOMBA DE VÁCUO BIVOLT	Equipamento	UND	1,00000000	5.996,41
				MO sem LS =>	134,66	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	1.285,02	Valor com BDI =>	7.460,07
						Quant. =>	1,00
						Preço Total =>	7.460,07

Total sem BDI	589.830,03
Total do BDI	122.692,85
Total Geral	712.522,88

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Forte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Composições Principais									
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU_UBS_001	Próprio	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - OBRA UBS - PLANALTO	ASTU - ASSENTAMENTO DE	UND	1,00000000	91.904,05	91.904,05	
Insumo	CCU_PROJ_UBS	Próprio	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - OBRA UBS - PLANALTO	Serviços	UND	1,00000000	91.904,05	91.904,05	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	19.125,23			Valor com BDI =>	111.029,28

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPUZ533	Próprio	TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	ASTU -	UND	1,00000000	7.228,16	7.228,16	
Insumo	LIC.AMB001	Próprio	TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Taxas	UND	1,00000000	7.228,16	7.228,16	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	1.504,18			Valor com BDI =>	8.732,34

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPUZ534	Próprio	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA		UND	1,00000000	285,59	285,59	
Insumo	ART.CREA-RO	Próprio	ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	Equipamento	UND	1,00000000	285,59	285,59	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	59,43			Valor com BDI =>	345,02

1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPUZ535	Próprio	LICENÇA E APROVAÇÃO PPCIP - CBM/RO		UND	1,00000000	1.587,20	1.587,20	
Insumo	LIC.CBM-RO	Próprio	LICENÇA E APROVAÇÃO PPCIP - CBM/RO	Equipamento	UND	1,00000000	1.587,20	1.587,20	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	330,29			Valor com BDI =>	1.917,49

1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	000013	SBC	SONDAGEM TERRENO POR APARELHO DE PERFURACAO MECANICA D=4"	PROJETOS	M	1,00000000	1.285,85	1.285,85	
Insumo	099080	SBC	CAVOUQUEIRO - OPERADOR PERFURATRIZ/ROMPEDOR	Mão de Obra	H	4,02200000	20,54	82,60	
Insumo	062626	SBC	SONDAGEM ROTATIVA DE SOLO, INCLUSIVE PECAS GRAFICAS	Material	M	1,00000000	608,17	608,17	
Insumo	099900	SBC	SERVEANTE	Mão de Obra	H	4,26700000	16,43	70,09	
Insumo	030488	SBC	PERFURATRIZ MANUAL ATLAS 15H GAS 2,0CV	Material	H	3,00000000	175,00	525,00	
				MO sem LS =>	152,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	152,68
				Valor do BDI =>	267,58			Valor com BDI =>	1.553,43

2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0.20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	Supressão Vegetal	m²	1,00000000	0,71	0,71	
Composição Auxiliar	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,00480000	27,46	0,12	
Composição Auxiliar	89032	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHP	0,00170000	211,56	0,35	
Composição Auxiliar	89031	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,00290000	85,31	0,24	
				MO sem LS =>	0,22	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,22
				Valor do BDI =>	0,14			Valor com BDI =>	0,85

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100984	SINAPI	CARGA, MANOBR E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	m³	1,00000000	9,41	9,41	
Composição Auxiliar	5631	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHP	0,00830000	228,02	1,89	
Composição Auxiliar	89884	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_12/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHI	0,00950000	96,93	0,92	
Composição Auxiliar	5632	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHI	0,00740000	96,66	0,71	
Composição Auxiliar	89883	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_12/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,01530000	385,37	5,89	
				MO sem LS =>	1,09	LS =>	0,00	MO com LS =>	1,09
				Valor do BDI =>	1,95			Valor com BDI =>	11,36

2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m³	1,00000000	70,26	70,26	
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,35410000	31,44	11,13	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,19570000	26,93	59,13	
				MO sem LS =>	50,97	LS =>	0,00	MO com LS =>	50,97
				Valor do BDI =>	14,62			Valor com BDI =>	84,88

2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97652	SINAPI	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MAIOR OU IGUAL A 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	UN	1,00000000	231,86	231,86	
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,16990000	30,71	66,63	

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,46%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros		H	6,1356000	26,93	165,23
				MO sem LS =>		169,43	LS =>	0,00 MO com LS =>	169,43
				Valor do BDI =>		48,25		Valor com BDI =>	280,11

2.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,0000000	4,35	4,35
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0408000	30,71	1,25
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1153000	26,93	3,10
				MO sem LS =>	3,18	LS =>	0,00 MO com LS =>	3,18
				Valor do BDI =>	0,90		Valor com BDI =>	5,25

2.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	104789	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m³	1,0000000	247,25	247,25
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	7,7265000	26,93	208,07
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,2462000	31,44	39,18
				MO sem LS =>	179,38	LS =>	0,00 MO com LS =>	179,38
				Valor do BDI =>	51,45		Valor com BDI =>	298,70

2.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97645	SINAPI	REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,0000000	30,19	30,19
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2807000	31,44	8,82
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,7936000	26,93	21,37
				MO sem LS =>	22,05	LS =>	0,00 MO com LS =>	22,05
				Valor do BDI =>	6,28		Valor com BDI =>	36,47

2.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,0000000	11,69	11,69
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3075000	26,93	8,28
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1087000	31,44	3,41
				MO sem LS =>	8,53	LS =>	0,00 MO com LS =>	8,53
				Valor do BDI =>	2,43		Valor com BDI =>	14,12

3.1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98065	SINAPI	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,88 M, ALTURA INTERNA = 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 31,4 M² (PARA 12 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	Fossas e Sumidouros	UN	1,0000000	7.430,22	7.430,22
Composição Auxiliar	5678	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Argamassas	CHP	0,8376000	153,39	128,47
Composição Auxiliar	100475	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019		m³	0,0223000	986,22	21,99
Composição Auxiliar	101624	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m³	0,7942000	359,65	285,63
Composição Auxiliar	97740	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,5480000	2.703,50	1.481,51
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,0313000	31,44	63,86
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,5960000	26,93	42,98
Composição Auxiliar	97738	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO APROXIMADA DE 6 KG/M³. AF_03/2024_PS	Parâmetros Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0154000	5.172,85	79,66
Composição Auxiliar	5679	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,7069000	66,32	113,20
Insumo	00043448	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, PERFURADO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 3,00 M E ALTURA DE 0,50 M	Material	UN	6,0000000	868,82	5.212,92
				MO sem LS =>	575,98	LS =>	0,00 MO com LS =>	575,98
				Valor do BDI =>	1.546,22		Valor com BDI =>	8.976,44

3.1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98060	SINAPI	FILTRO ANERÓBIO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTURA INTERNA = 1,50 M, VOLUME ÚTIL: 5338,6 L (PARA 34 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	Fossas e Sumidouros	UN	1,0000000	5.944,17	5.944,17
Composição Auxiliar	97740	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,5555000	2.703,50	1.501,79
Composição Auxiliar	101624	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m³	0,5641000	359,65	202,87
Composição Auxiliar	5679	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	2,3189000	66,32	153,78
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,9862000	26,93	53,48
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,5279000	31,44	79,47
Composição Auxiliar	5678	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,1378000	153,39	174,52
Composição Auxiliar	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	Argamassas	m³	0,0766000	786,87	60,27
Composição Auxiliar	97738	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO APROXIMADA DE 6 KG/M³. AF_03/2024_PS	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0154000	5.172,85	79,66
Insumo	00012532	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA POCOS DE INSPECAO, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 0,60 M E ALTURA DE 0,50 M	Material	UN	1,0000000	114,85	114,85
Insumo	00004720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	3,4256000	252,17	863,83
Insumo	00012567	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIAMETRO INTERNO DE 2,50 M E ALTURA DE 0,50 M	Material	UN	3,0000000	886,55	2.659,65
				MO sem LS =>	618,00	LS =>	0,00 MO com LS =>	618,00

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
					Valor do BDI =>	1.236,98		Valor com BDI =>	7.181,15

3.1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98053	SINAPI	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,40 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 3463,6 L (PARA 13 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	Fossas e Sumidouros	UN	1,0000000	2.809,91	2.809,91	
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,8684000	31,44	58,74	
Composição Auxiliar	5678	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHP	0,3959000	153,39	60,72	
Composição Auxiliar	5679	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHI	0,8068000	66,32	53,50	
Composição Auxiliar	97739	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M². AF_03/2024	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,1301000	3.730,21	485,30	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,4680000	26,93	39,53	
Composição Auxiliar	101624	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m³	0,2270000	359,65	81,64	
Composição Auxiliar	97738	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO APROXIMADA DE 6 KG/M². AF_03/2024_PS	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0154000	5.172,85	79,66	
Composição Auxiliar	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	Argamassas	m³	0,0609000	786,87	47,92	
Insumo	00012563	SINAPI	ANEL EM CONCRETO ARMADO, LISO, PARA, POCOS DE VISITA, POCOS DE INSPECAO, FOSSAS SEPTICAS E SUMIDOUROS, SEM FUNDO, DIÂMETRO INTERNO DE 1,50 M E ALTURA DE 0,50 M	Material	UN	5,0000000	380,58	1.902,90	
				MO sem LS =>	334,69	LS =>	0,00	MO com LS =>	334,69
				Valor do BDI =>	584,74			Valor com BDI =>	3.394,65

4.1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CCU_DRE_001	Próprio	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 200 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Instalações Prediais de Águas Pluviais - Tubos,	M	1,0000000	101,18	101,18	
Composição Auxiliar	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	28,18	7,13	
Composição Auxiliar	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	30,71	7,77	
Insumo	042387	SBC	TUBO PVC ESGOTO SERIE NORMAL 200mm	Material	M	1,0353000	83,31	86,25	
Insumo	00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	Material	UN	0,0141000	2,26	0,03	
				MO sem LS =>	11,36	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,36
				Valor do BDI =>	21,05			Valor com BDI =>	122,23

4.1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CCU_DRE_002	Próprio	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 250 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Instalações Prediais de Águas Pluviais - Tubos,	M	1,0000000	161,03	161,03	
Composição Auxiliar	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	28,18	7,13	
Composição Auxiliar	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2533000	30,71	7,77	
Insumo	047181	SBC	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, 250mm PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO)	Material	M	1,0353000	141,12	146,10	
Insumo	00038383	SINAPI	LIXA D'AGUA EM FOLHA, COR PRETA, GRAO 100	Material	UN	0,0141000	2,26	0,03	
				MO sem LS =>	11,36	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,36
				Valor do BDI =>	33,51			Valor com BDI =>	194,54

4.1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	92849	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	Assentamento de tubos de esgoto ou drenagem	M	1,0000000	202,82	202,82	
Composição Auxiliar	5632	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivos dos	CHI	0,0380000	96,66	3,67	
Composição Auxiliar	5631	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivos dos	CHP	0,0196000	228,02	4,46	
Composição Auxiliar	88246	SINAPI	ASSENTADOR DE TUBOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0875000	20,04	1,75	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1750000	26,93	4,71	
Insumo	00040340	SINAPI	ANEL DE VEDACAO/JUNTA ELASTICA, H = "16" MM, PARA TUBO DE CONCRETO, DN 300 MM	Material	UN	0,4000000	25,45	10,18	
Insumo	00040335	SINAPI	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ESGOTO SANITARIO, CLASSE EA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, COM JUNTA ELASTICA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	Material	M	1,0300000	172,87	178,06	
				MO sem LS =>	6,11	LS =>	0,00	MO com LS =>	6,11
				Valor do BDI =>	42,20		Valor com BDI =>	245,02	

4.2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	Escavação de Valas	m³	1,0000000	106,52	106,52	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3.9557667	26,93	106,52	
				MO sem LS =>	76,66	LS =>	0,00	MO com LS =>	76,66
				Valor do BDI =>	22,16		Valor com BDI =>		128,68

4.2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	104737	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	Aterro e Reaterro de Valas	m³	1,0000000	26,75	26,75	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8809000	26,93	23,72	
Composição Auxiliar	91277	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL, COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHP	0,0942000	11,56	1,08	
Composição Auxiliar	5903	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHI	0,0006000	86,27	0,05	
Composição Auxiliar	5901	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHP	0,0054000	352,87	1,90	
				MO sem LS =>	17,22	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,22
				Valor do BDI =>	5,56			Valor com BDI =>	32,31

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
4.3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	99253	SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	Caixas Enterradas	UN	1,00000000	660,11		660,11
Composição Auxiliar	87316	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	Argamassas	m³	0,01480000	660,80		9,77
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	5,09440000	31,44		160,16
Composição Auxiliar	97735	SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M². AF_03/2024	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,04480000	3.054,76		136,85
Composição Auxiliar	5679	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHI	0,01780000	66,32		1,18
Composição Auxiliar	101616	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m²	0,81000000	7,61		6,16
Composição Auxiliar	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	Argamassas	m³	0,11560000	786,87		90,96
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	4,00280000	26,93		107,79
Composição Auxiliar	5678	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos	CHP	0,00870000	153,39		1,33
Composição Auxiliar	94970	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2:7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	Produção de Concreto	m³	0,07440000	695,51		51,74
Insumo	00004491	SINAPI	PONTALETE "7,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	0,11840000	6,78		0,80
Insumo	00004517	SINAPI	SARRAFO "2,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	0,14080000	2,37		0,33
Insumo	00005069	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,01250000	18,89		0,24
Insumo	00002692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,00540000	9,20		0,05
Insumo	00006193	SINAPI	TABUA NAO APARELHADA "2,5 X 20" CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	0,44160000	19,05		8,41
Insumo	00007258	SINAPI	TIJULO CERÂMICO MACIÇO COMUM DE "5 X 10 X 20" CM (L X A X C)	Material	UN	131,81880000	0,64		84,36
				MO sem LS =>	277,41	LS =>	0,00	MO com LS =>	277,41
				Valor do BDI =>	137,36			Valor com BDI =>	797,47

5.1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	063036	SBC	ELETROCALHA LISA TIPO "U" CHAPA 26 50x50mm	INSTALACOES ELÉTRICAS - LEITOS E	M	1,00000000	30,11		30,11
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,49100000	16,43		8,07
Insumo	077783	SBC	ELETROCALHA LISA TIPO "U" 50x25MM CHAPA 22	Material	M	1,10000000	10,39		11,43
Insumo	099250	SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,49100000	21,65		10,63
				MO sem LS =>	18,69	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,69
				Valor do BDI =>	6,26			Valor com BDI =>	36,37

5.1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	97275	SINAPI	COTOVELO HORIZONTAL 90° PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 50MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2023	Eletrocalhas	UN	1,00000000	78,19		78,19
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,28180000	33,05		9,31
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,28180000	29,26		8,24
Insumo	00043965	SINAPI	PARAFUSO, EM AÇO ZINCADO, CABECA LENTILHA AUTOTRAVANTE DIÂMETRO 5/16" X 1"	Material	UN	16,80000000	0,00		0,00
Insumo	00039997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTÁVADA, DIÂMETRO 1/4"	Material	UN	16,80000000	0,35		5,88
Insumo	00043915	SINAPI	COTOVELO HORIZONTAL RETO 90 GRAUS, PARA ELETROCALHA, EM CHAPA PERFURADA DE AÇO GALVANIZADO ESPESSURA #22, 50 X 50 MM (L X A), SEM VIROLA, SEM TAMPA	Material	UN	1,00000000	0,00		0,00
Insumo	00013348	SINAPI	ARRUELA EM AÇO GALVANIZADO, DIÂMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIÂMETRO DO FURO= 18MM	Material	UN	33,60000000	1,63		54,77
Insumo	00044027	SINAPI	TALA PARA EMENDA DE ELETROCALHA, SIMPLES / RETA, LISA OU PERFURADA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO #22, ALTURA 50 MM	Material	UN	4,00000000	0,00		0,00
				MO sem LS =>	13,23	LS =>	0,00	MO com LS =>	13,23
				Valor do BDI =>	16,27			Valor com BDI =>	94,46

5.1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	062535	SBC	SUPORTE SUSPENSÃO VERTICAL PARA ELETROCALHA 50 x 50 mm	INSTALACOES ELÉTRICAS - DUTOS E	UN	1,00000000	4,86		4,86
Insumo	049226	SBC	ELETROCALHA - SUPORTE SUSPENSÃO SIMPLES TIPO "B" 50x50mm CHAPA 16	Material	UN	1,00000000	4,00		4,00
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,02300000	16,43		0,38
Insumo	099250	SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,02300000	21,65		0,50
				MO sem LS =>	0,86	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,86
				Valor do BDI =>	1,01			Valor com BDI =>	5,87

5.1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	97314	SINAPI	TE HORIZONTAL 90°, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 75MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2023	Eletrocalhas	UN	1,00000000	118,60		118,60
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,44360000	29,26		12,97
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,44360000	33,05		14,66
Insumo	00044039	SINAPI	TE HORIZONTAL 90 GRAUS, PARA ELETROCALHA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, ESPESSURA #22, 75 X 50 MM (L X A), SEM VIROLA, SEM TAMPA	Material	UN	1,00000000	0,00		0,00
Insumo	00043965	SINAPI	PARAFUSO, EM AÇO ZINCADO, CABECA LENTILHA AUTOTRAVANTE DIÂMETRO 5/16" X 1"	Material	UN	25,20000000	0,00		0,00
Insumo	00013348	SINAPI	ARRUELA EM AÇO GALVANIZADO, DIÂMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIÂMETRO DO FURO= 18MM	Material	UN	50,40000000	1,63		82,15
Insumo	00044027	SINAPI	TALA PARA EMENDA DE ELETROCALHA, SIMPLES / RETA, LISA OU PERFURADA, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO #22, ALTURA 50 MM	Material	UN	6,00000000	0,00		0,00
Insumo	00039997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTÁVADA, DIÂMETRO 1/4"	Material	UN	25,20000000	0,35		8,82
				MO sem LS =>	20,82	LS =>	0,00	MO com LS =>	20,82
				Valor do BDI =>	24,68			Valor com BDI =>	143,28

5.1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	97249	SINAPI	EMENDA PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA 50MM E ALTURA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2023	Eletrocalhas	UN	1,00000000	72,34		72,34
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,18790000	29,26		5,49

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1879000	33,05		6,21
Insumo	00039997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	Material	UN	16,8000000	0,35		5,88
Insumo	00043965	SINAPI	PARAFUSO, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA AUTOTRAVANTE DIAMETRO 5/16" X 1"	Material	UN	16,8000000	0,00		0,00
Insumo	00013348	SINAPI	ARRUELA EM ACO GALVANIZADO, DIAMETRO EXTERNO = 35MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18MM	Material	UN	33,6000000	1,63		54,77
Insumo	00044344	SINAPI	EMENDA INTERNA, TIPO U, BASE LISA, PARA ELETROCALHA, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO ESPESSURA #22, 50 X 50 MM (L X A)	Material	UN	1,0000000	0,00		0,00
Insumo	00044027	SINAPI	TALA PARA EMENDA DE ELETROCALHA, SIMPLES / RETA, LISA OU PERFURADA, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO #22, ALTURA 50 MM	Material	UN	4,0000000	0,00		0,00
				MO sem LS =>	8,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	8,81
				Valor do BDI =>	15,05			Valor com BDI =>	87,39

5.1.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	063542	SBC	TAMPA DE ENCAIXE PARA ELETROCALHA 50mm CHAPA 24	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E	UN	1,0000000	30,58	30,58	
Insumo	099250	SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,4910000	21,65	10,63	
Insumo	000785	SBC	ELETROCALHA - TAMPA DE ENCAIXE PARA ELETROCALHA 50mm CHAPA 24	Material	UN	1,0000000	19,95	19,95	
				MO sem LS =>	10,63	LS =>	0,00	MO com LS =>	10,63
				Valor do BDI =>	6,36		Valor com BDI =>		36,94

5.1.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	062562	SBC	TERMINAL PARA ELETROCALHA 100X50cm	INSTALACOES ELETRICAS - DUTOS E	UN	1,0000000	18,79	18,79	
Insumo	099250	SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,3650000	21,65	7,90	
Insumo	034524	SBC	ELETROCALHA - TERMINAL DE FECHAMENTO PLANO 100x50mm CHAPA 24	Material	UN	1,0000000	4,90	4,90	
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,3650000	16,43	6,00	
				MO sem LS =>	13,89	LS =>	0,00	MO com LS =>	13,89
				Valor do BDI =>	3,91			Valor com BDI =>	22,70

5.1.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	063614	SBC	SAIDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1 1/2"	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E Mão de Obra	UN	1,0000000	9,63	9,63	
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA		H	0,1480000	16,43	2,43	
Insumo	035754	SBC	ELETROCALHA - SAIDA HORIZONTAL PRE GALVANIZADA PARA ELETRODUTO 1 1/2" CHAPA 16	Material	UN	1,0000000	4,00	4,00	
Insumo	099250	SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,1480000	21,65	3,20	
				MO sem LS =>	5,63	LS =>	0,00	MO com LS =>	5,63
				Valor do BDI =>	2,00		Valor com BDI =>		11,63

5.2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98297	SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	M	1,0000000	6,57	6,57	
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0045000	29,26	0,13	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0045000	33,05	0,14	
Insumo	00039599	SINAPI	CABO DE REDE, PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 6 (CAT 6), ISOLAMENTO PVC (LSZH)	Material	M	1,0500000	6,00	6,30	
				MO sem LS =>	0,20	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,20
				Valor do BDI =>	1,36			Valor com BDI =>	7,93

5.3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97881	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	Caixas Enterradas	UN	1,0000000	141,05	141,05	
Composição Auxiliar	101619	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	Escoramento e Preparo de Fundo de Valas	m³	0,0360000	462,43	16,64	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVEITE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0191000	26,93	0,51	
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0243000	31,44	0,76	
Composição Auxiliar	97733	SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE ATÉ 10 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_03/2024	Estruturas Pré-Fabricadas e Pré-Moldadas	m³	0,0091000	4.207,03	38,28	
Insumo	00043429	SINAPI	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO, SEM FUNDO, QUADRADA, DIMENSOES DE 0,30 X 0,30 X 0,30 M	Material	UN	1,0000000	84,86	84,86	
				MO sem LS =>	23,86	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,86
				Valor do BDI =>	29,35			Valor com BDI =>	170,40

5.3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100561	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUICAO PARA TELEFONE N.3, 40X40X12CM EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSORIOS, PADRAO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	1,0000000	241,43	241,43	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9650000	33,05	31,89	
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9650000	29,26	28,23	
Composição Auxiliar	87367	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO. PREPARO MANUAL. AF_08/2019	Argamassas	m³	0,0140000	929,77	13,01	
Insumo	00011251	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM LUZ / TELEFONIA, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DIMENSOES 40 X 40 X 12" CM (PADRAO CONCESSIONARIA LOCAL)	Material	UN	1,0000000	168,30	168,30	
				MO sem LS =>	48,36	LS =>	0,00	MO com LS =>	48,36
				Valor do BDI =>	50,24			Valor com BDI =>	291,67

5.3.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	100560	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.2, 20X20X12CM EM CHAPA METALICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSORIOS, PADRAO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	1,0000000	134,79	134,79
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8800000	29,26	25,74

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8800000	33,05		29,08
Auxiliar	87367	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	Argamassas	m³	0,0043000	929,77		3,99
Composição	00011250	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM/ LUZ / TELEFONIA, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, DIMENSOES 20 X 20 X "12" CM (PADRAO CONCESSIONARIA LOCAL)	Material	UN	1,0000000	75,98		75,98
Auxiliar				MO sem LS =>	42,25	LS =>	0,00	MO com LS =>	42,25
Insumo				Valor do BDI =>	28,04			Valor com BDI =>	162,83

5.4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	105553	SINAPI	CÂMERA IP BULLET - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	Iluminação Predial e Monitoramento	UN	1,0000000	111,73	111,73	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,6484000	33,05	87,52	
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8276250	29,26	24,21	
Insumo	00045223	SINAPI	CAMERA IP BULLET, RESOLUCAO 1 MP/ 2 MP, INFRAVERMELHO DE ATE 30 M, LENTE 2.8 MM/ 3.6 MM	Material	UN	1,0000000	0,00	0,00	
				MO sem LS =>	85,07	LS =>	0,00	MO com LS =>	85,07
				Valor do BDI =>	23,25			Valor com BDI =>	134,98

5.4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	105550	SINAPI	CÂMERA IP SPEED DOME - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	Iluminação Predial e Monitoramento	UN	1,0000000	116,70	116,70	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,7661000	33,05	91,41	
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8644062	29,26	25,29	
Insumo	00045221	SINAPI	CAMERA IP SPEED DOME 2 MP (1080P), ALCANCE DO INFRAVERMELHO DE ATE 150 M, ZOOM DE ATE 25 M	Material	UN	1,0000000	0,00	0,00	
				MO sem LS =>	88,86	LS =>	0,00	MO com LS =>	88,86
				Valor do BDI =>	24,28		Valor com BDI =>		140,98

5.5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	059318	SBC	RACK DE PISO 28U x 570mm 19" COM PORTA DE ACRILICO FUME	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,0000000	1.798,65	1.798,65	
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	1,0790000	16,43	17,72	
Insumo	099031	SBC	ELETROTECNICO	Mão de Obra	H	0,9810000	38,01	37,29	
Insumo	006510	SBC	RACK DE PISO 28U x 570mm 19" COM PORTA DE VIDRO TEMPERADO	Material	UN	1,0000000	1.743,64	1.743,64	
				MO sem LS =>	55,01	LS =>	0,00	MO com LS =>	55,01
				Valor do BDI =>	374,29		Valor com BDI =>		2.172,94

5.5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	059252	SBC	SWITCH WIRED TP - LINK GIGABIT 24 PORTAS TL - SG1024D.	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,0000000	1.691,93	1.691,93	
Insumo	099250	SBC	ELETRICISTA	Mão de Obra	H	2,0230000	21,65	43,80	
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	2,0230000	16,43	33,23	
Insumo	047589	SBC	RACK - SWITCH CFTV 24 PORTAS TECNOLOGIA PoE (POWER OVER ETHERNET) HIKVISION DS-3E0326P-E(MB) FAST ETHERNET	Material	UN	1,0000000	1.614,91	1.614,91	
				MO sem LS =>	77,02	LS =>	0,00	MO com LS =>	77,02
				Valor do BDI =>	352,09			Valor com BDI =>	2.044,02

5.5.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU_LOG_001	Próprio	Kit Ventilação composto por 4 Ventiladores Bi-Volts, inclusive fixação em Rack 19"	1608	und	1,0000000	498,66	498,66	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1500000	33,05	4,95	
Insumo	052078	IOPEs	KIT 4 VENTILADORES BIVOLT P/ RACK INDOOR	Material	UN	1,0000000	493,71	493,71	
				MO sem LS =>	3,80	LS =>	0,00	MO com LS =>	3,80
				Valor do BDI =>	103,77			Valor com BDI =>	602,43

5.5.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98304	SINAPI	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	1,0000000	3.985,31	3.985,31	
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,3236000	29,26	360,58	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,3236000	33,05	407,29	
Insumo	00039597	SINAPI	PATCH PANEL, 48 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" DE LARGURA E 2 U DE ALTURA	Material	UN	1,0000000	3.217,44	3.217,44	
				MO sem LS =>	578,83	LS =>	0,00	MO com LS =>	578,83
				Valor do BDI =>	829,34			Valor com BDI =>	4.814,65

5.5.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	059458	SBC	REGUA 19" COM 12 TOMADAS 2P+T	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN	1,0000000	69,61	69,61	
Insumo	058898	SBC	RACK - REGUA 19" DE TOMADAS COM 12 TOMADAS 10A	Material	UN	1,0000000	66,40	66,40	
Insumo	099806	SBC	AJUDANTE DE ELETRICISTA	Mão de Obra	H	0,1960000	16,43	3,22	
				MO sem LS =>	3,21	LS =>	0,00	MO com LS =>	3,21
				Valor do BDI =>	14,48			Valor com BDI =>	84,09

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
5.5.6	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	059441	SBC	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 2,50M	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN		1,0000000	28,42	28,42
Insumo	013871	SBC	RACK - PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 2,5m	Material	UN		1,0000000	27,46	27,46
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H		0,0590000	16,43	0,97
				MO sem	0,96	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,96
				LS =>					
				Valor do	5,91			Valor com BDI =>	34,33
				BDI =>					

5.5.7	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	059442	SBC	PATCH CORDS RJ45 CAT 5 4 PARES 1,5M	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-	UN		1,0000000	44,57	44,57
Insumo	013872	SBC	RACK - PATCH CORDS RJ45 CAT 5 1,5m	Material	UN		1,0000000	34,90	34,90
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H		0,5890000	16,43	9,67
				MO sem	9,67	LS =>	0,00	MO com LS =>	9,67
				LS =>					
				Valor do	9,27			Valor com BDI =>	53,84

5.5.8	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98302	SINAPI	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica,	UN		1,0000000	1,299,24	1,299,24
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		6,2007000	33,05	204,93
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		6,2007000	29,26	181,43
Insumo	0003566	SINAPI	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" DE LARGURA E 1 U DE ALTURA	Material	UN		1,0000000	912,88	912,88
				MO sem	291,24	LS =>	0,00	MO com LS =>	291,24
				Valor do	270,37			Valor com BDI =>	1,569,61

5.5.9	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	068550	SBC	RACK 18U 19" x 675mm COM PORTA DE ACRILICO FUME	INSTALACOES	UN		1,0000000	1,548,36	1,548,36
Insumo	045581	SBC	RACK 18U x 770mm COM PORTA DE VIDRO TEMPERADO PRETO	Material	UN		1,0000000	1,485,92	1,485,92
Insumo	099031	SBC	ELETROTECNICO	Mão de Obra	H		1,1470000	38,01	43,60
Insumo	099302	SBC	AJUDANTE ESPECIALIZADO - ELETROTECNICO	Mão de Obra	H		1,1470000	16,43	18,84
				MO sem	62,44	LS =>	0,00	MO com LS =>	62,44
				Valor do	322,21			Valor com BDI =>	1,870,57

5.6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96984	SINAPI	ELETRODUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	Sistema de Proteção	UN		1,0000000	67,25	67,25
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,7453000	29,26	21,80
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,7453000	33,05	24,83
Insumo	00012070	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, CLASSE B, DE 40 MM	Material	M		3,0000000	6,94	20,82
				MO sem	35,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	35,00
				Valor do	13,99			Valor com BDI =>	81,24

5.6.2	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91860	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE -	Instalações Elétricas -	M		1,0000000	15,79	15,79
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1660000	29,26	4,85
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1660000	33,05	5,48
Insumo	00039247	SINAPI	ELETRODUTO/UTO PEAD FLEXÍVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 1 1/4", CRC	Material	M		1,0170000	5,37	5,46
				MO sem	7,79	LS =>	0,00	MO com LS =>	7,79
				Valor do	3,28			Valor com BDI =>	19,07

5.6.3	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98307	SINAPI	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica,	UN		1,0000000	50,53	50,53
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,2062000	29,26	6,03
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,2062000	33,05	6,81
Insumo	00038083	SINAPI	TOMADA RJ45, 8 FIOS, CAT 5E, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	Material	UN		1,0000000	37,69	37,69
				MO sem	9,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	9,68
				Valor do	10,51			Valor com BDI =>	61,04

5.6.4	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95728	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	Instalações Elétricas -	M		1,0000000	31,10	31,10
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,2030000	29,26	5,93
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,2030000	33,05	6,70
Composição	91170	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS	Rasgos e Fixações	M		1,0000000	13,23	13,23
Insumo	00002679	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, CLASSE B, DE 32 MM	Material	M		1,0538000	4,98	5,25
				MO sem	15,55	LS =>	0,00	MO com LS =>	15,55
				Valor do	6,47			Valor com BDI =>	37,57

5.6.5	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95727	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	Instalações Elétricas -	M		1,0000000	24,22	24,22
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1220000	29,26	3,56
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1220000	29,26	3,56
Composição	91170	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS	Rasgos e Fixações	M		1,0000000	13,23	13,23
Insumo	00002678	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, CLASSE B, DE 25 MM	Material	M		1,0538000	3,23	3,40
				MO sem	11,74	LS =>	0,00	MO com LS =>	11,74
				Valor do	5,04			Valor com BDI =>	29,26

5.6.6	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95740	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Instalações Elétricas -	UN		1,0000000	9,77	9,77
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1570000	29,26	4,59
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1570000	33,05	5,18
Insumo	00041231	SINAPI	CURVA 90 GRAUS SOLDÁVEL PARA ELETRODUTO, PVC RÍGIDO, COR PRETA, 25 MM	Material	UN		1,0000000	0,00	0,00
				MO sem	7,36	LS =>	0,00	MO com LS =>	7,36
				Valor do	2,03			Valor com BDI =>	11,80
				BDI =>					

5.6.7	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	92869	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Instalações Elétricas -	UN		1,0000000	13,00	13,00
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1640000	33,05	5,42
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1640000	29,26	4,79
Composição	88629	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_08/2019	Argamassas	m³		0,0009000	922,54	0,83
Insumo	00002556	SINAPI	CAIXA DE LUZ 4" X 2" EM AÇO ESMALTADA	Material	UN		1,0000000	1,96	1,96
				MO sem	7,84	LS =>	0,00	MO com LS =>	7,84
				Valor do	2,70			Valor com BDI =>	15,70

5.6.8	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91944	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas -	UN		1,0000000	15,63	15,63
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1690000	33,05	5,58
Composição	88629	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_08/2019	Argamassas	m³		0,0012000	922,54	1,10
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1690000	29,26	4,94
Insumo	00001873	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	Material	UN		1,0000000	4,01	4,01
				MO sem	8,11	LS =>	0,00	MO com LS =>	8,11
				Valor do	3,25			Valor com BDI =>	18,88

6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	Pavimento Intertravado	m²		1,0000000	136,37	136,37
Composição	91285	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO	Custos Horários Produtivo	Chl		0,0804000	1,15	0,09
Composição	88260	SINAPI	CALÇEITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		0,1683000	28,98	4,87

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,1683000	26,93	4,53	
Composição	91283	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO	Custos Horários Produtivo	CHP	0,0038000	12,22	0,04	
Composição	91277	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Custos Horários Produtivo	CHP	0,0055000	11,56	0,06	
Composição	91278	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Custos Horários Produtivo	CHI	0,0787000	0,87	0,06	
Insumo	0000712	SINAPI	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO SEXTAVADO / HEXAGONAL, "25 X 25" CM, E = 8 CM, RESISTENCIA	Material	m²	1,0038000	116,40	116,84	
Insumo	00004741	SINAPI	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	Material	m³	0,0066000	206,32	1,36	
Insumo	0000370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,0568000	150,00	8,52	
				MO sem	6,85	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	6,85
				Valor do	28,37			Valor com BDI ==>	164,74

7.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	94992	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA,	Passeios de Concreto	m²	1,0000000	105,38	105,38		
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,2459000	26,93	6,62		
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,1483000	31,44	4,66		
Composição	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,0976000	30,99	3,02		
Composição	94964	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2:7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	0,0739000	710,43	52,50		
Insumo	00004517	SINAPI	SARRAFO "2,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	0,4500000	2,37	1,07		
Insumo	00007156	SINAPI	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M,	Material	m²	1,0816000	34,29	37,09		
Insumo	00005068	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Material	KG	0,0240000	18,53	0,44		
					MO sem	16,59	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	16,59
					Valor do	21,92			Valor com BDI ==>	127,30

7.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS, AF_07/2024	Paisagismo - Plantio	m²	1,0000000	16,63	16,63	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,1386000	26,93	3,73	
Composição	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,0277000	27,46	0,76	
Insumo	00003324	SINAPI	GRAMA BATATAIS EM PLACAS, SEM PLANTIO	Material	m²	1,0000000	12,14	12,14	
				MO sem	3,22	LS =>	0,00	MO com LS =>	3,22
				Valor do	3,46			Valor com BDI =>	20,09

8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU_SUBS_001	Próprio	SUBESTAÇÃO TRIFÁSICA DE 112,5 Kva	INEL - INSTALAÇÃO	UND	1,0000000	52.164,15	52.164,15	
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	32,0000000	29,26	936,32	
Composição	88265	SINAPI	ELETRICISTA INDUSTRIAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS	H	32,0000000	30,32	970,24	
Composição	5928	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Custos Horários Produtivo	CHP	6,0000000	307,11	1.842,66	
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	32,0000000	33,05	1.057,60	
Insumo	00043130	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	Material	KG	1,0000000	26,52	26,52	
Insumo	00012373	SINAPI	POSTE DE CONCRETO DUPLO T, 400 KG,H = 12 M (NBR 8451)	Material	UN	1,0000000	1.194,81	1.194,81	
Insumo	00000428	SINAPI	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 500 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, COM CABECA	Material	UN	4,0000000	34,97	139,88	
Insumo	00025003	SINAPI	CABO DE ALUMÍNIO NU SEM ALMA DE AÇO, BITOLA 2 AWG	Material	KG	7,0000000	64,93	454,51	
Insumo	00001006	SINAPI	CABO DE COBRE, RÍGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC, ANTI-CHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, DIAMETRO 120 MM2	Material	M	15,0000000	144,43	2.166,45	
Insumo	00004276	SINAPI	PARA-RAIOS DE DISTRIBUIÇÃO, TENSÃO NOMINAL 15 KV, CORRENTE NOMINAL DE DESCARGA 5 KA	Material	UN	3,0000000	232,81	698,43	
Insumo	00000436	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 150 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABALUADA	Material	UN	4,0000000	12,13	48,52	
Insumo	00034783	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA	Mão de Obra	H	12,0000000	161,88	1.942,56	
Insumo	00005047	SINAPI	CHAVE FUSIVEL PARA REDES DE DISTRIBUIÇÃO, TENSÃO DE 15,0 KV, CORRENTE NOMINAL DO PORTA FUSIVEL DE 100 A, CINTA CIRCULAR EM AÇO GALVANIZADO DE 210 MM DE DIAMETRO PARA INSTALACAO DE TRANSFORMADOR EM POSTE DE	Material	UN	3,0000000	150,70	452,10	
Insumo	00012327	SINAPI	CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE AÇO 18 USG (PADRAO DA	Material	UN	2,0000000	30,24	60,48	
Insumo	00001062	SINAPI	CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE AÇO 18 USG (PADRAO DA	Material	UN	2,0000000	332,62	665,24	
Insumo	00003278	SINAPI	CAIXA INSPECAO, CONCRETO PRE MOLDADO, CIRCULAR, COM TAMPA, D = 40" CM	Material	UN	1,0000000	83,48	83,48	
Insumo	00002621	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 100 MM (4")	Material	UN	1,0000000	121,65	121,65	
Insumo	00039182	SINAPI	BUCHA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 4", PARA ELETRODUTO	Material	UN	1,0000000	11,65	11,65	
Insumo	00021151	SINAPI	TUBO AÇO CARBONO SEM COSTURA 4", E = "6,02 MM, SCHEDULE 40, "16,06 KG/M	Material	M	3,0000000	340,22	1.020,66	
Insumo	00003380	SINAPI	HASTE DE ATERAMENTO EM AÇO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE,	Material	UN	4,0000000	58,57	234,28	
Insumo	00001564	SINAPI	GRAMPO PARALELO METALICO PARA CABO DE 6 A 50 MM2, COM 2 PARAFUSOS	Material	UN	6,0000000	11,01	66,06	
Insumo	00003278	SINAPI	CAIXA INSPECAO, CONCRETO PRE MOLDADO, CIRCULAR, COM TAMPA, D = 40" CM	Material	UN	1,0000000	83,48	83,48	
Insumo	00000442	SINAPI	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 45 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABALUADA	Material	UN	4,0000000	7,17	28,68	
Insumo	00000863	SINAPI	CABO DE COBRE NU 35 MM2 MEIO-DURO	Material	M	15,0000000	44,29	664,35	
Insumo	00000402	SINAPI	GANCHO OLHAL EM AÇO GALVANIZADO, ESPESSURA 16MM, ABERTURA 21MM	Material	UN	3,0000000	11,31	33,93	
Insumo	COT079-CIE	Próprio	CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR BLINDADA 500V - 400A	Equipamento	PÇ	1,0000000	751,81	751,81	
Insumo	00001577	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 35 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE	Material	UN	4,0000000	3,54	14,16	
Insumo	00010510	SINAPI	CRUZETA DE MADEIRA TRATADA, "90 X 115 X 2400" MM, EM EUCALÍPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	Material	UN	2,0000000	189,69	379,38	
Insumo	00007919	SINAPI	TRANSFORMADOR TRIFASICO DE DISTRIBUIÇÃO, POTENCIA DE 112,5 KVA, TENSÃO NOMINAL DE 15 KV, TENSÃO SECUNDARIA	Material	UN	1,0000000	19.214,00	19.214,00	
Insumo	00000432	SINAPI	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 250 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABECA QUADRADA	Material	UN	4,0000000	15,91	63,64	
Insumo	00011854	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATÉ 35 MM2	Material	UN	10,0000000	11,62	116,20	
Insumo	00000991	SINAPI	CABO DE COBRE, RÍGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVCIA, ANTI-CHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 240	Material	M	45,0000000	313,18	14.093,10	
Insumo	00000379	SINAPI	ARRUELA QUADRADA EM AÇO GALVANIZADO, DIMENSAO = 38 MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18 MM	Material	UN	14,0000000	1,43	20,02	
Insumo	00011837	SINAPI	GRAMPO LINHA VIVA DE LATAO ESTANHADO, DIAMETRO DO CONDUTOR PRINCIPAL DE 10 A 120 MM2, DIAMETRO DA	Material	UN	3,0000000	57,64	172,92	
Insumo	00011838	SINAPI	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 240 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO	Material	UN	4,0000000	43,09	172,36	
Insumo	009806	SBC	FUSIVEL NH1 ULTRA RAPIDO 250A 500VCA 120KA DEKUFUSE	Material	UN	3,0000000	247,41	742,23	
Insumo	00011272	SINAPI	ALCA PREFORMADA DE DISTRIBUIÇÃO, EM AÇO GALVANIZADO, PARA CONDUTORES DE ALUMÍNIO AWG 2 (CAA 6/1 OU CA 7	Material	UN	3,0000000	5,39	16,17	
Insumo	00000857	SINAPI	CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO	Material	M	18,0000000	21,10	379,80	
Insumo	00003405	SINAPI	ISOLADOR DE PORCELANA SUSPENSO, DISCO TIPO GARFO OLHAL, DIAMETRO DE 152 MM, PARA TENSÃO DE "15" KV	Material	UN	6,0000000	103,01	618,06	
Insumo	00003406	SINAPI	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO PINO MONOCORPO, PARA TENSÃO DE "15" KV	Material	UN	3,0000000	31,53	94,59	
Insumo	00011855	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATÉ 70 MM2	Material	UN	4,0000000	24,33	97,32	
Insumo	00003915	SINAPI	LUVIA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 4"	Material	UN	1,0000000	121,87	121,87	
Insumo	00000445	SINAPI	PINO ROSCA EXTERNA, EM AÇO GALVANIZADO, PARA ISOLADOR DE 25KV, DIAMETRO 35MM, COMPRIMENTO "320" MM	Material	UN	3,0000000	30,66	91,98	
				MO sem	4.351,84	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	4.351,84
				Valor do	10.855,35			Valor com BDI ==>	63.019,50

9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CCU_PCL_004	Próprio	MURO DE ALVENARIA H = 2,00 m COM PILARES A CADA 3 m	ASTU -	M	1,0000000	703,49	703,49	
Composição	92802	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8,0 MM, AF_06/2022	Armação para Estruturas	KG	6,5000000	12,22	79,43	
Composição	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA	Chapisco	m²	4,0000000	5,53	22,12	
Composição	103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E	Alvenaria de Vedação	m²	2,0000000	136,74	273,48	
Composição	96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS).	Fundações Rasas	m³	0,0500000	126,21	6,31	
Composição	101173	SINAPI	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE	Estacas Broca, Strauss e	M	0,3300000	78,41	25,87	
Composição	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE	Massa Única Interna	m²	4,0000000	44,33	177,32	
Composição	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	0,0890000	740,54	65,90	
Composição	92269	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, AF_09/2020	Fórmass para Estruturas	m²	0,4500000	117,93	53,06	
				MO sem	267,54	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	267,54
				Valor do	146,39			Valor com BDI ==>	849,88

10.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU_GMED_001	Próprio	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO - 100 L - ISENTO DE ÓLEO - 220V	ASTU -	UND	1,0000000	5.248,17	5.248,17
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	30,71	30,71
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	33,05	33,05
Composição	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	2,0000000	28,18	56,36
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	2,0000000	29,26	58,52
Insumo	INS_GMED_001	Próprio	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO - 100 L - ISENTO DE ÓLEO - 220V	Equipamento	UND	1,0000000	5.069,53	5.069,53

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
				MO sem	134,66	LS =>	0,00	MO com LS =>	134,66
				Valor do	1.092,14			Valor com BDI =>	6.340,31

10.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CPU_GMED_002 Próprio	BOMBA DE VÁCUO BIVOLT	ASTU -	UN	1,00000000	6.175,05	6.175,05	
Composição Auxiliar	88248 SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,00000000	28,18	56,36	
Composição	88267 SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	30,71	30,71	
Composição	88264 SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	33,05	33,05	
Composição	88247 SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	2,00000000	29,26	58,52	
Insumo	INS_GMED_002 Próprio	BOMBA DE VÁCUO BIVOLT	Equipamento	UND	1,00000000	5.996,41	5.996,41	
			MO sem	134,66	LS =>	0,00	MO com LS =>	134,66
			Valor do	1.285,02			Valor com BDI =>	7.460,07

Composições Auxiliares								
	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88238 SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	28,70	28,70	
Composição	95308 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,24	0,24	
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,08	0,08	
Insumo	00006114 SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,00000000	20,82	20,82	
Insumo	00043465 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	0,78	0,78	
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,60	0,60	
Insumo	00043469 SINAPI	EPI - FAMÍLIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	1,31	1,31	
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	3,44	3,44	
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
			MO sem	21,06	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,06
			Valor do	5,97			Valor com BDI =>	34,67

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88239 SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	28,54	28,54	
Composição	95309 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE CARPINTEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,30	0,30	
Insumo	00043459 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	0,44	0,44	
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
Insumo	00043483 SINAPI	EPI - FAMÍLIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,08	0,08	
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,60	0,60	
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	3,44	3,44	
Insumo	00006117 SINAPI	CARPINTEIRO AUXILIAR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,00000000	20,82	20,82	
			MO sem	21,12	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,12
			Valor do	5,93			Valor com BDI =>	34,47

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	103332 SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E	Alvenaria de Vedação	m²	1,00000000	136,74	136,74	
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,10000000	26,93	29,62	
Composição	87292 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA	Argamassas	m³	0,01050000	760,75	7,98	
Composição	88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	2,20000000	31,44	69,16	
Insumo	00007267 SINAPI	BLOCO CERÂMICO / TJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	Material	UN	37,74000000	0,74	27,93	
Insumo	00034557 SINAPI	TELA DE AÇO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = 1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X	Material	M	0,58000000	3,04	1,76	
Insumo	00037395 SINAPI	PINO DE AÇO COM FURO, HASTE = 27 MM (AÇAO DIRETA)	Material	CENTO	0,00690000	44,86	0,31	
			MO sem	74,62	LS =>	0,00	MO com LS =>	74,62
			Valor do	28,45			Valor com BDI =>	165,19

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	87367 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA	Argamassas	m³	1,00000000	929,77	929,77	
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	11,23000000	26,93	302,42	
Insumo	00000370 SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,16000000	150,00	174,00	
Insumo	00001106 SINAPI	CAL HIDRATADA CH-1 PARA ARGAMASSAS	Material	KG	116,40000000	1,42	166,29	
Insumo	00001379 SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	261,89000000	1,10	288,08	
				MO sem	217,63	LS =>	0,00	
				Valor do	193,48		MO com LS =>	217,63
							Valor com BDI =>	1.123,25

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	87292 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA	Argamassas	m³	1,00000000	760,75	760,75	
Composição	88377 SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	4,50000000	26,57	119,56	
Composição	88830 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHP	1,05000000	2,84	2,98	
Composição	88831 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHI	3,45000000	0,45	1,55	
Insumo	00001379 SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	195,86000000	1,10	215,45	
Insumo	00000370 SINAPI	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,16000000	150,00	174,00	
Insumo	00001106 SINAPI	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	Material	KG	174,10000000	1,42	247,22	
			MO sem	90,54	LS =>	0,00	MO com LS =>	90,54
			Valor do	158,31			Valor com BDI =>	919,06

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	87313 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO	Argamassas	m³	1,0000000	732,61	732,61	
Composição	88377 SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	4,3200000	26,57	114,78	
Composição	88831 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHI	3,3100000	0,45	1,48	
Composição	88830 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHP	1,0100000	2,84	2,86	
Insumo	00001379 SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	426,4900000	1,10	469,14	
Insumo	00000367 SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,9500000	151,96	144,36	
			MO sem	86,91	LS =>	0,00	MO com LS =>	86,91
			Valor do	152,45			Valor com BDI =>	885,06

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100475 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE, PREPARO	Argamassas	m³	1,0000000	986,22	986,22	
Composição	88830 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHP	0,87000000	2,84	2,47	
Composição	88831 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHI	2,88000000	0,45	1,29	
Composição	88377 SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	3,75000000	26,57	99,63	
Insumo	00000123 SINAPI	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS SEM ARMACAO, LIQUIDO E ISENTO DE	Material	L	19,44000000	9,58	186,24	
Insumo	00001379 SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	486,00000000	1,10	534,60	
Insumo	00000370 SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,08000000	150,00	162,00	
			MO sem	75,45	LS =>	0,00	MO com LS =>	75,45
			Valor do	205,23			Valor com BDI =>	1.191,45

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88629 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL, AF_08/2019	Argamassas	m³	1,0000000	922,54	922,54	
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	8,57000000	26,93	230,79	
Insumo	00001379 SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	482,96000000	1,10	531,26	
Insumo	00000370 SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,07000000	150,00	160,50	
			MO sem	166,08	LS =>	0,00	MO com LS =>	166,08

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,46%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.		Total
					Valor do	191,98	Valor com BDI =>	1.114,52

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88626	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA). PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	Argamassas	m²	1.0000000	786,87	786,87
Composição	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	3.4200000	26,57	90,86
Composição	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L. CAPACIDADE DE MISTURA 280 L. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHI	2.6200000	0,45	1,17
Composição	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L. CAPACIDADE DE MISTURA 280 L. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHP	0.8000000	2,84	2,27
Insumo	00000367	SINAPI	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1.0700000	150,00	160,50
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	483,7000000	1,10	532,07
				MO sem	68,81	LS =>	0,00	MO com LS => 68,81
				Valor do	163,74		Valor com BDI =>	950,61

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	87316	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL. PREPARO	Argamassas	m²	1.0000000	660,80	660,80
Composição	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L. CAPACIDADE DE MISTURA 280 L. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHI	3.5600000	0,45	1,60
Composição	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L. CAPACIDADE DE MISTURA 280 L. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHP	1.0800000	2,84	3,06
Composição	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	4.6400000	26,57	123,28
Insumo	00000367	SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1.0200000	151,96	155,00
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	343,5200000	1,10	377,87
				MO sem	93,35	LS =>	0,00	MO com LS => 93,35
				Valor do	137,51		Valor com BDI =>	798,31

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95314	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	31,21	31,21
Composição	95314	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	0,26	0,26
Insumo	00043489	SINAPI	EPI - FAMÍLIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	1,31	1,31
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,60	0,60
Insumo	00043465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	0,78	0,78
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,08	0,08
Insumo	00000378	SINAPI	ARMADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.0000000	23,31	23,31
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	3,44	3,44
				MO sem	23,57	LS =>	0,00	MO com LS => 23,57
				Valor do	6,49		Valor com BDI =>	37,70

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	92767	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM.	Armação para Estruturas	KG	1.0000000	18,40	18,40
Composição	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0.1055000	31,21	3,29
Composição	92799	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60. DIÂMETRO DE 4,2 MM. AF_06/2022	Armação para Estruturas	KG	1.0000000	13,35	13,35
Composição	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0.0172000	28,70	0,49
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0.016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0.01 KG/M)	Material	KG	0.0250000	26,52	0,66
Insumo	00039017	SINAPI	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLÁSTICO, PARA VERGALHAO "4,2 A 12,5" MM,	Material	UN	2.8160000	0,22	0,62
				MO sem	5,35	LS =>	0,00	MO com LS => 5,35
				Valor do	3,82		Valor com BDI =>	22,22

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	92768	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM.	Armação para Estruturas	KG	1.0000000	16,20	16,20
Composição	92800	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60. DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_09/2022	Armação para Estruturas	KG	1.0000000	12,09	12,09
Composição	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0.0136000	28,70	0,39
Composição	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0.0836000	31,21	2,60
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0.016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0.01 KG/M)	Material	KG	0.0250000	26,52	0,66
Insumo	00039017	SINAPI	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLÁSTICO, PARA VERGALHAO "4,2 A 12,5" MM,	Material	UN	2.1180000	0,22	0,47
				MO sem	3,81	LS =>	0,00	MO com LS => 3,81
				Valor do	3,37		Valor com BDI =>	19,57

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88246	SINAPI	ASSENTADOR DE TUBOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	20,04	20,04
Composição	95315	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ASSENTADOR DE TUBOS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	0,19	0,19
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,08	0,08
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	1,43	1,43
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	0,01	0,01
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	3,44	3,44
Insumo	00040331	SINAPI	ASSENTADOR DE MANILHAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.0000000	13,40	13,40
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	0,89	0,89
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,60	0,60
				MO sem	13,59	LS =>	0,00	MO com LS => 13,59
				Valor do	4,17		Valor com BDI =>	24,21

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	29,26	29,26
Composição	95316	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	0,77	0,77
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	1,43	1,43
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	3,44	3,44
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,60	0,60
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,08	0,08
Insumo	00000247	SINAPI	AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.0000000	20,82	20,82
Insumo	00043460	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	0,86	0,86
Insumo	00043484	SINAPI	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	1,26	1,26
				MO sem	21,59	LS =>	0,00	MO com LS => 21,59
				Valor do	6,08		Valor com BDI =>	35,34

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1.0000000	28,18	28,18
Composição	95317	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) -	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	0,37	0,37
Insumo	00043485	SINAPI	EPI - FAMÍLIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	1,13	1,13
Insumo	00000246	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.0000000	20,82	20,82
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	3,44	3,44
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,60	0,60
Insumo	00043461	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.0000000	0,31	0,31
Insumo	00037372	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	0,08	0,08
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1.0000000	1,43	1,43
				MO sem	21,19	LS =>	0,00	MO com LS => 21,19
				Valor do	5,86		Valor com BDI =>	34,04

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L. CAPACIDADE DE MISTURA 280 L. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHI	1.0000000	0,45	0,45
Composição	88827	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L. CAPACIDADE DE MISTURA 280 L. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,08	0,08
Composição	88826	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L. CAPACIDADE DE MISTURA 280 L. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,37	0,37
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS => 0,00
				Valor do	0,09		Valor com BDI =>	0,54

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,46%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
------	--------	-------	-----------	-----	-----	--------	--	--	-------

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHP	1,00000000	2,84	2,84	
Composição	88828	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,41	0,41	
Composição	88826	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,37	0,37	
Composição	88829	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,98	1,98	
Composição	88827	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,08	0,08	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,59			Valor com BDI =>	3,43

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88826	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,37	0,37	
Insumo	00010535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETTRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2	Equipamento para	UN	0,0000640	5.882,85	0,38	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,07			Valor com BDI =>	0,44

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88827	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00010535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETTRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2	Equipamento para	UN	0,0000148	5.882,85	0,09	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,01			Valor com BDI =>	0,09

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88828	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,41	0,41	
Insumo	00010535	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETTRICO TRIFASICO 220/380 V POTENCIA 2	Equipamento para	UN	0,00007000	5.882,85	0,41	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,08			Valor com BDI =>	0,49

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88829 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,98	1,98
Insumo	00002705 SINAPI	ENERGIA ELETTRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Franquia	KWH	1,25000000	1,59	1,99
			MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>
			Valor do	0,41			Valor com BDI =>

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89226	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Custos Horários Produtivo	CHI	1,0000000	1,88	1,88	
Composição	89222	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	0,35	0,35	
Composição	89221	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	1,53	1,53	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,39			Valor com BDI =>	2,27

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89225	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Custos Horários Produtivo	CHP	1,00000000	7,52	7,52	
Composição	89221	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,53	1,53	
Composição	89223	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,67	1,67	
Composição	89222	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,35	0,35	
Composição	89224	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	3,97	3,97	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	1,56			Valor com BDI =>	9,08

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89221	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	1,53	1,53
Insumo	00036397	SINAPI	BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360L, MOTOR ELETTRICO TRIFASICO 220/380V, POTENCIA	Equipamento para	UN	0,0000640	23,930,23	1,53
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>
				Valor do	0,31			Valor com BDI =>

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89222	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	0,35	0,35	
Insumo	00036397	SINAPI	BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360L, MOTOR ELETTRICO TRIFASICO 220/380V, POTENCIA	Equipamento para	UN	0,0000148	23,930,23	0,35	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,07			Valor com BDI =>	0,42

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89223	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	1,67	1,67	
Insumo	00036397	SINAPI	BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360L, MOTOR ELETTRICO TRIFASICO 220/380V, POTENCIA	Equipamento para	UN	0,0000700	23,930,23	1,68	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,34			Valor com BDI =>	2,01

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89224	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	3,97	3,97
Insumo	00002705	SINAPI	ENERGIA ELETTRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Franquia	KWH	2,5000000	1,59	3,98
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>
				Valor do	0,82			Valor com BDI =>
								4,79

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88260	SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	28,98	28,98	
Composição	95328	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CALCETEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,24	0,24	
Insumo	00043489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	1,31	1,31	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	3,44	3,44	
Insumo	00004759	SINAPI	CALCETEIRO / RASTELEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	21,10	21,10	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60	0,60	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43	
Insumo	00043465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,78	0,78	
				MO sem	21,34	LS =>	0,00	MO com LS =>	21,34
				Valor do	6,03			Valor com BDI =>	35,01

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89884	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Custos Horários Produtivo	CHI	1,00000000	96,93	96,93	
Composição	89878	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	42,31	42,31	
Composição	89880	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	5,88	5,88	
Composição	88261	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	34,17	34,17	
Composição	89879	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	14,57	14,57	
				MO sem	27,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,72
				Valor do	20,17			Valor com BDI =>	117,10

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89883	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Custos Horários Produtivo	CHP	1,00000000	385,37	385,37

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código/Banco	Descrição	Und	Und	Quant.		Total
Composição Auxiliar	89882 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG, POTÊNCIA 330 CV, INCLUSIVE SEMIRREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_12/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação e/ou depreciação, Juros, Livro SINAPI: Cálculos e Depreciação, Juros,	H	1,00000000	216,92	216,92
Composição	89880 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	5,88	5,88
Composição	89879 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	14,57	14,57
Composição	88281 SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Depreciação, Juros,	H	1,00000000	34,17	34,17
Composição	89881 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	71,52	71,52
Composição	89878 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	42,31	42,31
		MO sem	27,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,72
		Valor do	80,19			Valor com BDI =>	465,56

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89878 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	42,31	42,31
Insumo	00037763 SINAPI	CAVALO MECANICO TRACAO 4X2, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CAPACIDADE MAXIMA DE TRACAO "45000" KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS "3,56" M, POTENCIA "330" CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI SEMIRREBOQUE)	Equipamento para	UN	0,0000342	744,287,95	25,45
Insumo	00037744 SINAPI	SEMIERREBOQUE COM TRES EIXOS EM TANDEM TIPO BASCULANTE COM CACAMBA METALICA 18 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO	Equipamento para	UN	0,00000603	279,656,70	16,86
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	8,80			Valor com BDI =>	51,11

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89880 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	5,88	5,88
Insumo	00037763 SINAPI	CAVALO MECANICO TRACAO 4X2, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CAPACIDADE MAXIMA DE TRACAO "45000" KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS "3,56" M, POTENCIA "330" CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI SEMIRREBOQUE)	Equipamento para	UN	0,00000057	744,287,95	4,24
Insumo	00037744 SINAPI	SEMIERREBOQUE COM TRES EIXOS EM TANDEM TIPO BASCULANTE COM CACAMBA METALICA 18 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO	Equipamento para	UN	0,00000059	279,656,70	1,65
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	1,22			Valor com BDI =>	7,10

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89879 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	14,57	14,57
Insumo	00037744 SINAPI	SEMIERREBOQUE COM TRES EIXOS EM TANDEM TIPO BASCULANTE COM CACAMBA METALICA 18 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO	Equipamento para	UN	0,0000146	279,656,70	4,08
Insumo	00037763 SINAPI	CAVALO MECANICO TRACAO 4X2, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CAPACIDADE MAXIMA DE TRACAO "45000" KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS "3,56" M, POTENCIA "330" CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI SEMIRREBOQUE)	Equipamento para	UN	0,0000141	744,287,95	10,49
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	3,03			Valor com BDI =>	17,60

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89881 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	71,52	71,52
Insumo	00037763 SINAPI	CAVALO MECANICO TRACAO 4X2, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CAPACIDADE MAXIMA DE TRACAO "45000" KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS "3,56" M, POTENCIA "330" CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI SEMIRREBOQUE)	Equipamento para	UN	0,00000642	744,287,95	47,78
Insumo	00037744 SINAPI	SEMIERREBOQUE COM TRES EIXOS EM TANDEM TIPO BASCULANTE COM CACAMBA METALICA 18 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO	Equipamento para	UN	0,00000849	279,656,70	23,74
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	14,88			Valor com BDI =>	86,40

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89882 SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 18 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 45000 KG,	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	216,92	216,92
Insumo	0004221 SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	34,00000000	6,38	216,92
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	45,14			Valor com BDI =>	262,06

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5903 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Custos Horários Produtivo	CHI	1,00000000	86,27	86,27
Composição	91396 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	34,33	34,33
Composição	88282 SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Depreciação, Juros,	H	1,00000000	33,13	33,13
Composição	91397 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	13,40	13,40
Composição	91398 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	5,41	5,41
		MO sem	26,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	26,68
		Valor do	17,95			Valor com BDI =>	104,22

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5901 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Custos Horários Produtivo	CHP	1,00000000	352,87	352,87
Composição	91396 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	34,33	34,33
Composição	91398 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	5,41	5,41
Composição	91397 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	13,40	13,40
Composição	5763 SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Depreciação, Juros,	H	1,00000000	61,42	61,42
Composição	53831 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	205,18	205,18
		MO sem	26,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	26,68
		Valor do	73,43			Valor com BDI =>	426,30

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91396 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - DEPRECIACÃO. AF_06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação e/ou depreciação, Juros,	H	1,00000000	34,33	34,33
Insumo	00037736 SINAPI	TANQUE DE AÇO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA	Equipamento para	UN	0,0000551	85,950,00	4,74
Insumo	00037758 SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M,	Equipamento para	UN	0,0000343	863,215,32	29,61
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	7,14			Valor com BDI =>	41,47

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91398 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	5,41	5,41
Insumo	00037736 SINAPI	TANQUE DE AÇO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA	Equipamento para	UN	0,00000598	85,950,00	0,50
Insumo	00037758 SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M,	Equipamento para	UN	0,0000057	863,215,32	4,92
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	1,12			Valor com BDI =>	6,53

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91397 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	13,40	13,40
Insumo	00037758 SINAPI	CAMINHÃO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M,	Equipamento para	UN	0,0000141	863,215,32	12,17
Insumo	00037736 SINAPI	TANQUE DE AÇO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA	Equipamento para	UN	0,0000144	85,950,00	1,24
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	2,78			Valor com BDI =>	16,18

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5763 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	61,42	61,42
Insumo	00037758 SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M,	Equipamento para	UN	0,0000643	863,215,32	55,50
Insumo	00037736 SINAPI	TANQUE DE AÇO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA	Equipamento para	UN	0,00000689	85,950,00	5,92
		MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do	12,78			Valor com BDI =>	74,20

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	53831 SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	205,18	205,18

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,46%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPEs (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material		L	32,16000000	6,38	205,18
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	42,69			Valor com BDI =>	247,87

	Código	Banco	Descrição			Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	29,67	29,67	
Composição	95329	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE ESQUADRIA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA			Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,32	0,32	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)			Material	H	1,00000000	0,08	0,08	
Insumo	00043459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)			Material	H	1,00000000	0,44	0,44	
Insumo	00001214	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS (HORISTA)			Mão de Obra	H	1,00000000	21,93	21,93	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)			Material	H	1,00000000	3,44	3,44	
Insumo	00043483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)			Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)			Material	H	1,00000000	0,60	0,60	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)			Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
						MO sem	22,25	LS =>	0,00	MO com LS =>	22,25
						Valor do	6,17			Valor com BDI =>	35,84

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	30,99	30,99	
Composição	95330	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE FÓRMAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,26	0,26	
Insumo	00043459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	0,44	0,44	
Insumo	00043483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
Insumo	00001213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS PARA CONCRETO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,00000000	23,31	23,31	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,60	0,60	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	3,44	3,44	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,08	0,08	
				MO sem	23,57	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,57
				Valor do	6,44			Valor com BDI =>	37,43

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA	Chapisco	m²	1,00000000	5,53	5,53	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,02550000	26,93	0,68	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,06810000	31,44	2,14	
Composição	87313	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO	Argamassas	m³	0,00370000	732,61	2,71	
				MO sem	2,43	LS =>	0,00	MO com LS =>	2,43
				Valor do	1,15			Valor com BDI =>	6,68
				BDI =>					

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91534	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	1,00000000	38,54	38,54	
Composição	91529	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,01	1,01	
Composição	88297	SINAPI	OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	37,26	37,26	
Composição	91530	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - JUROS.	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,27	0,27	
				MO sem	30,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,81
				Valor do	8,02			Valor com BDI =>	46,56

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91533	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	1,00000000	46,84	46,84	
Composição	91531	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - MANUTENÇÃO.	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,27	1,27	
Composição	91532	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - MATERIAIS NA	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	7,03	7,03	
Composição	91530	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - JUROS.	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,27	0,27	
Composição	88297	SINAPI	OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	37,26	37,26	
Composição	91529	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,01	1,01	
				MO sem	30,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,81
				Valor do	9,74			Valor com BDI =>	56,58

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91529	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	1,01	1,01	
Insumo	00013458	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCURSAO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS DE 4 HP (4 CV)	Equipamento para	UN	0,0000533	19.127,57	1,02	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,21			Valor com BDI =>	1,22

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91530	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - JUROS.	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	0,27	0,27	
Insumo	00013458	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCURSAO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS DE 4 HP (4 CV)	Equipamento para	UN	0,0000143	19.127,57	0,27	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				LS =>					
				Valor do	0,05		Valor com BDI =>		0,32

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91531	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - MANUTENÇÃO.	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	1,27	1,27	
Insumo	00013458	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCURSAO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS DE 4 HP (4 CV)	Equipamento para	UN	0,0000667	19.127,57	1,28	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,26			Valor com BDI =>	1,53

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91532	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_08/2015	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Manutenção dos	H	1,00000000	7,03	7,03	
Insumo	00004222	SINAPI	GASOLINA COMUM	Material	L	1,03000000	6,83	7,03	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	1,46			Valor com BDI =>	8,49

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	94964	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2:7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	1,00000000	710,43	710,43	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	2,53330000	26,93	68,22	
Composição	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHP	0,82590000	2,84	2,34	
Composição	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,60460000	26,57	42,63	
Composição	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2	Custos Horários Produtivo	CHI	0,77870000	0,45	0,35	
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,75580000	150,00	113,37	
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	322,97770000	1,10	355,28	
Insumo	00004721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	0,58720000	218,42	128,26	
				MO sem	81,37	LS =>	0,00	MO com LS =>	81,37
				Valor do	147,84			Valor com BDI =>	858,27

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	94970	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2:7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	1,00000000	695,51	695,51
Composição	88225	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Custos Horários Produtivo	CHP	0,65720000	7,52	4,94

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Composição	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,2768000	26,57		33,92
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	2,0267000	26,93		54,57
Composição	89226	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4	Custos Horários Produtivo	CHI	0,6197000	1,88		1,16
Insumo	00004721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	0,5912000	218,42		129,13
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,7609000	150,00		114,14
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	325,1589000	1,10		357,67
				MO sem		64,95	LS =>	0,00	MO com LS =>
				Valor do		144,73			Valor com BDI =>

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPIES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
						Valor do	2,54	Valor com BDI =>	14,76
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	92799	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 4,2 MM. AF_06/2022	Armação para Estruturas	KG	1,00000000	13,35		13,35
Composição	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,01520000	28,70		0,43
Composição	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,09330000	31,21		2,91
Insumo	00043059	SINAPI	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM. VERGALHAO	Material	KG	1,07000000	9,36		10,02
				MO sem	2,51	LS =>	0,00	MO com LS =>	2,51
				Valor do	2,77			Valor com BDI =>	16,12
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	92800	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_06/2022	Armação para Estruturas	KG	1,00000000	12,09		12,09
Composição	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,05810000	31,21		1,81
Composição	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,00950000	28,70		0,27
Insumo	00043059	SINAPI	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM. VERGALHAO	Material	KG	1,07000000	9,36		10,02
				MO sem	1,56	LS =>	0,00	MO com LS =>	1,56
				Valor do	2,51			Valor com BDI =>	14,60
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95308	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,24		0,24
Insumo	00006114	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01154000	20,82		0,24
				MO sem	0,24	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,24
				Valor do	0,04			Valor com BDI =>	0,28
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95309	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE CARPINTEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,30		0,30
Insumo	00006117	SINAPI	CARPINTEIRO AUXILIAR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01476000	20,82		0,31
				MO sem	0,30	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,30
				Valor do	0,06			Valor com BDI =>	0,36
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95314	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,26		0,26
Insumo	00000378	SINAPI	ARMADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01154000	23,31		0,27
				MO sem	0,26	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,26
				Valor do	0,05			Valor com BDI =>	0,31
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95315	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ASSENTADOR DE TUBOS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,19		0,19
Insumo	00040331	SINAPI	ASSENTADOR DE MANILHAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01476000	13,40		0,20
				MO sem	0,19	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,19
				Valor do	0,03			Valor com BDI =>	0,22
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95316	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,77		0,77
Insumo	00000247	SINAPI	AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,03732000	20,82		0,78
				MO sem	0,77	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,77
				Valor do	0,16			Valor com BDI =>	0,93
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95317	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) -	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,37		0,37
Insumo	00000246	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01798000	20,82		0,37
				MO sem	0,37	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,37
				Valor do	0,07			Valor com BDI =>	0,44
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95328	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CALCETEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,24		0,24
Insumo	00004759	SINAPI	CALCETEIRO / RASTELEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01154000	21,10		0,24
				MO sem	0,24	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,24
				Valor do	0,04			Valor com BDI =>	0,28
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95329	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE ESQUADRIA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,32		0,32
Insumo	00001214	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01476000	21,93		0,32
				MO sem	0,32	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,32
				Valor do	0,06			Valor com BDI =>	0,38
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95330	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE FÓRMAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,26		0,26
Insumo	00001213	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS PARA CONCRETO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01154000	23,31		0,27
				MO sem	0,26	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,26
				Valor do	0,05			Valor com BDI =>	0,31
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95332	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,91		0,91
Insumo	00002436	SINAPI	ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,03732000	24,47		0,91
				MO sem	0,91	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,91
				Valor do	0,18			Valor com BDI =>	1,09
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95333	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA INDUSTRIAL (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS	H	1,00000000	0,93		0,93
Insumo	00002439	SINAPI	ELETRICISTA DE MANUTENCAO INDUSTRIAL (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,04297000	21,72		0,93
				MO sem	0,93	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,93
				Valor do	0,19			Valor com BDI =>	1,12
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95335	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,41		0,41
Insumo	00002696	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,01798000	23,31		0,42
				MO sem	0,41	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,41
				Valor do	0,08			Valor com BDI =>	0,49
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95390	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA JARDINEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,10		0,10
Insumo	00044503	SINAPI	JARDINEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,00509000	19,72		0,10
				MO sem	0,10	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,10
				Valor do	0,02			Valor com BDI =>	0,12
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,14		0,14
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,00509000	27,58		0,14
				MO sem	0,14	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,14
				Valor do	0,02			Valor com BDI =>	0,16
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit		Total
Composição	95347	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE CAMINHÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,13		0,13
Insumo	00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,00509000	26,55		0,14
				MO sem	0,13	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,13
				Valor do	0,02			Valor com BDI =>	0,15

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95351	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA OPERADOR DE MUNCK (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,48	0,48
Insumo	00004096	SINAPI	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHÃO COM MUNCK (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0163700	29,76	0,49
				MO sem	0,48	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,48
				Valor do	0,09			Valor com BDI =>	0,57
Composição	95389	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) -	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,16	0,16
Insumo	00037666	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0083100	19,96	0,17
				MO sem	0,16	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,16
				Valor do	0,03			Valor com BDI =>	0,19
Composição	95357	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ESCAVADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,30	0,30
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0115400	26,55	0,31
				MO sem	0,30	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,30
				Valor do	0,06			Valor com BDI =>	0,36
Composição	95360	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,35	0,35
Insumo	00004230	SINAPI	OPERADOR DE MAQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0115400	30,46	0,35
				MO sem	0,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,35
				Valor do	0,07			Valor com BDI =>	0,42
Composição	95371	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,49	0,49
Insumo	00004750	SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0212000	23,31	0,49
				MO sem	0,49	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,49
				Valor do	0,10			Valor com BDI =>	0,59
Composição	95378	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,40	0,40
Insumo	00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0212000	18,98	0,40
				MO sem	0,40	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,40
				Valor do	0,08			Valor com BDI =>	0,48
Composição	95380	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TELHADISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,26	0,26
Insumo	00012869	SINAPI	TELHADOR / TELHADISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0115400	23,03	0,27
				MO sem	0,26	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,26
				Valor do	0,05			Valor com BDI =>	0,31
Composição	95386	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TRATORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,35	0,35
Insumo	00004230	SINAPI	OPERADOR DE MAQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)	Mão de Obra	H		0,0115400	30,46	0,35
				MO sem	0,35	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,35
				Valor do	0,07			Valor com BDI =>	0,42
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H		1,00000000	33,05	33,05
Composição	95332	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,91	0,91
Insumo	00043460	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	0,86	0,86
Insumo	00043484	SINAPI	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	1,26	1,26
Insumo	00002436	SINAPI	ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H		1,00000000	24,47	24,47
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,08	0,08
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,60	0,60
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	3,44	3,44
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	1,43	1,43
				MO sem	25,38	LS =>	0,00	MO com LS =>	25,38
				Valor do	6,87			Valor com BDI =>	39,92
Composição	88265	SINAPI	ELETRICISTA INDUSTRIAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS	H		1,00000000	30,32	30,32
Composição	95333	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA INDUSTRIAL (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS	H		1,00000000	0,93	0,93
Insumo	00002439	SINAPI	ELETRICISTA DE MANUTENCAO INDUSTRIAL (HORISTA)	Mão de Obra	H		1,00000000	21,72	21,72
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,60	0,60
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	3,44	3,44
Insumo	00043460	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	0,86	0,86
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,08	0,08
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	1,43	1,43
Insumo	00043484	SINAPI	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	1,26	1,26
				MO sem	22,65	LS =>	0,00	MO com LS =>	22,65
				Valor do	6,30			Valor com BDI =>	36,62
Composição	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	30,71	30,71
Composição	95335	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,41	0,41
Insumo	00043461	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	0,31	0,31
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,08	0,08
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,60	0,60
Insumo	00037366	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (HORISTA)	Mão de Obra	H		1,00000000	23,31	23,31
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	3,44	3,44
Insumo	00043485	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	1,13	1,13
				MO sem	23,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,72
				Valor do	6,39			Valor com BDI =>	37,10
Composição	5632	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHI	Custos Horários Produtivo	CHI		1,00000000	96,66	96,66
Composição Auxiliar	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H		1,00000000	33,30	33,30
Composição	5627	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP -	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	50,12	50,12
Composição	5628	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - JUROS.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	13,24	13,24
				MO sem	26,85	LS =>	0,00	MO com LS =>	26,85
				Valor do	20,11			Valor com BDI =>	116,77
Composição	5631	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHP	Custos Horários Produtivo	CHP		1,00000000	228,02	228,02
Composição	5630	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP -	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	68,71	68,71
Composição	5627	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP -	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	50,12	50,12
Composição	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	33,30	33,30

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código Banco	Descrição	Und	Und	Quant.		Total
Composição	5628 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - JURUS	Depreciação, Jurus,	H	1,00000000	13,24	13,24
Composição	5629 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP -	Depreciação, Jurus,	H	1,00000000	62,65	62,65
			MO sem	26,85	LS =>	0,00 MO com LS =>	26,85
			Valor do	47,45		Valor com BDI =>	275,47

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5627 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP -	Depreciação, Juros,	H	1,00000000	50,12	50,12	
Insumo	00010685 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CACAMBA 0,80M3, PESO OPERACIONAL 17T, POTENCIA BRUTA 111HP	Equipamento para	UN	0,00005060	895,000,00	50,12	
			MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do	10,42			Valor com BDI =>	60,54

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5628 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - JURORS	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	13,24	13,24	
Insumo	00010685 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS, CACAMBA 0,80M3, PESO OPERACIONAL 17T, POTENCIA BRUTA 111HP	Equipamento para	UN	0,00000148	895,000,00	13,25	
			MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do	2,75			Valor com BDI =>	15,99

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5629 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP -	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	62,65	62,65
Insumo	00010685 SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS, CACAMBA 0,80M3, PESO OPERACIONAL 17T, POTENCIA BRUTA 111HP	Equipamento para	UN	0,0000700	895,000,00	62,65
			MO sem			0,00	0,00
			Valor do	13,03		MO com LS =>	0,00
						Valor com BDI =>	75,68

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5630	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP -	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	68,71	68,71
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUN METROPOLITANO S-10 OU S-500		L	10,7700000	6,38	68,71
				MO sem	0,00		LS =>	0,00
				Valor do	14,29		MO com LS =>	0,00
							Valor com BDI =>	83,00

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88307	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS).	Fundações Rasas	m³	1,0040000	126,21	126,21
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Lvro SINAPI: Cálculos e	H	3,5150000	26,93	94,65
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Lvro SINAPI: Cálculos e	H	1,0040000	31,44	31,56
				MO sem	92,01			92,01
				Valor do	26,26			
						LS =>	0,00 MO com LS =>	92,01
							Valor com BDI =>	152,47

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	10173	SINAPI	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE	Estacas Broca, Strauss e	M	1,0000000	78,41	78,41
	94970	SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 [EM MASSA SECA DE CIMENTO] AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	0,0430000	695,51	29,90
Composição Auxiliar	92803	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_06/2022	Armiação para Estruturas de Concreto Armado	KG	1,3600000	11,28	15,34
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,6650000	26,93	17,90
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,4860000	31,44	15,27
				MO sem	27,52	LS =>	0,00	MO com LS => 27,52
				Valor do	19,31		Valor com RDI =>	84,72

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	92699	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF_09/2020	Formas para Estruturas		1,0000000	117,03	
Composição	86362	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Custos	H	0,60770000	30,99	18,81
Composição	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	0,2010000	37,39	7,51
Composição	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,0500000	39,62	1,98
Composição	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1430000	28,54	4,08
Auxiliar								
Insumo	00006212	SINAPI	TABUA "2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	6,53000000	11,25	73,46
Insumo	00005988	SINAPI	PREÇO DE AÇO POLEDO COM CABEÇA 17 X 21 (2 X 11)	Material	KG	0,00000000	159	
Insumo	00004517	SINAPI	SARRAFO "2,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	4,43200000	2,37	10,50
				MO sem	25,05	LS =>	0,00	MO com LS => 25,05
				Valor do	24,54		Valor com BDI =>	142,47

Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91179 SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS	Respos e Fixações	M	1,00000000	13,23	13,23
Composição	88248 SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARÇOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,04800000	28,18	1,35
Composição	88267 SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARÇOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,21140000	30,71	6,49
Insumo	00000392 SINAPI	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	Material	UN	1,78570000	3,02	5,39
			MO sem LS =>	6,02		0,00	MO com LS => 6,02
			Valor do	2,75		Valor com BDI =>	15,98

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5928 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Custos Horários Produtivo	CHP	1,0000000	307,11	307,11
Composição	91466 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	4,73	4,73
Composição	91467 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	168,62	168,62
Composição	89259 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	31,41	31,41
Composição	89262 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	53,93	53,93
Composição	89260 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	11,72	11,72
Composição	88286 SINAPI	MOTORISTA OPERADOR DE MUNCK COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	36,69	36,69
Auxiliar							
			MO sem	LS =>	0,00 MO com LS =>		30,24
			Valor do		Valor com BDI =>		371,01

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89259 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	31,41	31,41	
Insumo	00037752 SINAPI	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL. MÁXIMA 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M. POTENCIA	Equipamento para	UN	0,0000343	684.918,95	23,49	
Insumo	00003363 SINAPI	GUINDAUTO HIDRAULICO, CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MAXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MAXIMO	Equipamento para	UN	0,0000551	143.750,00	7,92	
			MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do	6,53			Valor com BDI =>	37,94

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição		91466	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	4,73	4,73
Insumo		00003363	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Equipamento para	UN	0,0000058	143.750,00	0,83
Insumo		00037752	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MÁXIMA 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA	Equipamento para	UN	0,0000057	684.918,95	3,90
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,98			Valor com BDI =>	5,71

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	89260 SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,000000	11,72	11,72	
Insumo	00003363 SINAPI	GUINDAUTO HIDRAULICO, CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MAXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MAXIMO	Equipamento para	UN	0,0000144	143.750,00	2,07	
Insumo	00037752 SINAPI	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA	Equipamento para	UN	0,00000141	684.918,95	9,66	
			MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do	2,43			Valor com BDI =>	14,15

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde				BDI Geral:	Encargo Social Mensalista:	Data:
Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				20,81%	72,48%	28/08/2025
Bancos:				BDI Equipamentos:	Encargo Social Horista:	Revisão:
SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				13,51%	118,72%	00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89262	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	53,94		53,94
Insumo	0003393	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Equipamento para	UN	0,0000689	143.750,00		9,90
Insumo	0003752	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MÁXIMA 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA	Equipamento para	UN	0,0000643	684.918,95		44,04
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	11,22			Valor com BDI =>	65,16
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91467	SINAPI	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO	Depreciação, Juros,	H	1,0000000	168,62		168,62
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	26,4300000	6,38		168,62
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	35,08			Valor com BDI =>	203,70
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	27,46		27,46
Composição	95390	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA JARDINEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,10		0,10
Insumo	00043489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	1,31		1,31
Insumo	00044503	SINAPI	JARDINEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	19,72		19,72
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60		0,60
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43		1,43
Insumo	00043465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,78		0,78
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08		0,08
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	3,44		3,44
				MO sem	19,82	LS =>	0,00	MO com LS =>	19,82
				Valor do	5,71			Valor com BDI =>	33,17
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	Massa Única Interna	m²	1,0000000	44,33		44,33
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,4724000	31,44		14,85
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,2362000	26,93		6,36
Composição	87292	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA	Argamassas	m³	0,0304000	760,75		23,12
				MO sem	18,56	LS =>	0,00	MO com LS =>	18,56
				Valor do	9,22			Valor com BDI =>	53,55
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	34,17		34,17
Composição	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,14		0,14
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01		0,01
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43		1,43
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	3,44		3,44
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89		0,89
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60		0,60
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	27,58		27,58
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08		0,08
				MO sem	27,72	LS =>	0,00	MO com LS =>	27,72
				Valor do	7,11			Valor com BDI =>	41,28
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88282	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	33,13		33,13
Composição	95347	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE CAMINHÃO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,13		0,13
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43		1,43
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60		0,60
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89		0,89
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01		0,01
Insumo	00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	26,55		26,55
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08		0,08
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	3,44		3,44
				MO sem	26,68	LS =>	0,00	MO com LS =>	26,68
				Valor do	6,89			Valor com BDI =>	40,02
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88286	SINAPI	MOTORISTA OPERADOR DE MUNCK COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	36,69		36,69
Composição	95351	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA OPERADOR DE MUNCK (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,48		0,48
Insumo	00004096	SINAPI	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHÃO COM MUNCK (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	29,76		29,76
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60		0,60
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43		1,43
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	3,44		3,44
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08		0,08
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01		0,01
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89		0,89
				MO sem	30,24	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,24
				Valor do	7,83			Valor com BDI =>	44,32
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	26,57		26,57
Composição	95389	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,16		0,16
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89		0,89
Insumo	00037666	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	19,96		19,96
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60		0,60
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01		0,01
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08		0,08
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	3,44		3,44
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43		1,43
				MO sem	20,12	LS =>	0,00	MO com LS =>	20,12
				Valor do	5,52			Valor com BDI =>	32,09
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	33,30		33,30
Composição	95357	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ESCAVADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,30		0,30
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43		1,43
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	3,44		3,44
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01		0,01
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,60		0,60
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,89		0,89
Insumo	00004234	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	26,55		26,55
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08		0,08
				MO sem	26,85	LS =>	0,00	MO com LS =>	26,85
				Valor do	6,92			Valor com BDI =>	40,22
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88297	SINAPI	OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	37,26		37,26

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde				BDI Geral:	Encargo Social Mensalista:	Data:
Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				20,81%	72,48%	28/08/2025
Bancos:				BDI Equipamentos:	Encargo Social Horista:	Revisão:
SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				13,51%	118,72%	00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
Composição	95360	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,35		0,35
Insumo	0003730	SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	3,44		3,44
Insumo	0003731	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,60		0,60
Insumo	0004230	SINAPI	OPERADOR DE MÁQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,00000000	30,46		30,46
Insumo	0003733	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,08		0,08
Insumo	0003732	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	1,43		1,43
Insumo	0004348	SINAPI	EPI - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	0,89		0,89
Insumo	0004364	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	0,01		0,01
				MO sem		30,81	LS =>	0,00 MO com LS =>	30,81
				Valor do		7,75		Valor com BDI =>	45,01

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	31,44	31,44	
Composição	95271	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,00000000	0,49	0,49	
Insumo	0004750	SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,00000000	23,31	23,31	
Insumo	0004349	SINAPI	EPI - FAMÍLIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	1,31	1,31	
Insumo	0004365	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,00000000	0,78	0,78	
Insumo	0003730	SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	3,44	3,44	
Insumo	0003732	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	1,43	1,43	
Insumo	0003733	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,08	0,08	
Insumo	0003731	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,00000000	0,60	0,60	
				MO sem	23,80	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,80
				Valor do	6,54			Valor com BDI =>	37,98

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	97740	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M².	Estruturas Pré-Fabricadas	m²	1,00000000	2.703,50	2.703,50
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	4,30660000	29,67	127,77
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	7,37950000	31,44	232,01
Composição	90587	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	2,79860000	0,54	1,51
Composição	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	1,02640000	1,70	1,74
Composição	92768	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM.	Armação para Estruturas	KG	32,67980000	16,20	529,41
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	7,37950000	26,93	198,72
Composição	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPa, TRAÇO 1:2:12,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	1,10300000	758,24	836,33
Composição	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,26750000	39,62	10,59
Composição	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	0,59380000	37,39	22,20
Composição	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,98130000	28,54	24,58
Insumo	0001358	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	6,71400000	83,61	565,32
Insumo	00005073	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	Material	KG	0,18430000	18,89	3,48
Insumo	00022692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,00300000	9,20	0,32
Insumo	0004362	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	0,31890000	31,80	10,14
Insumo	00004517	SINAPI	SARRAFO "2,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	6,25000000	2,37	14,81
Insumo	00004491	SINAPI	PONTALETE "7,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	1,42160000	6,78	9,64
Insumo	00039995	SINAPI	POLIESTIRENO EXPANDIDO/EPIS (ISOPOR), TIPO 2F, BLOCO	Material	m³	0,24750000	439,92	108,88
Insumo	00020247	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	0,29540000	20,52	6,06
				MO sem		653,15		
				Valor do		562,59		
					LS =>	0,00	MO com LS =>	653,15
							Valor com BDI =>	3.266,09

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97738	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 10 A 30 LITROS, TAXA DE FIBRA DE POLIPROPILENO APROXIMADA	Estruturas Pré-Fabricadas	m²	1,00000000	5.172,85	5.172,85	
Composição	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	3,42710000	37,39	128,13	
Composição	90587	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	18,09170000	0,54	9,78	
Composição	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,08010000	39,62	34,88	
Composição	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	4,30720000	28,54	122,92	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	31,75450000	31,44	998,36	
Composição	94971	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3,2 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	1,20000000	733,46	880,15	
Composição	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	6,63500000	1,70	11,27	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	31,75450000	26,93	855,14	
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	21,53580000	29,67	638,96	
Insumo	00039014	SINAPI	FIBRA DE AÇO PARA REFORÇO DO CONCRETO, SOLTA, TIPO A-I, FATOR DE FORMA "50" L / D, COMPRIMENTO DE "30" MM E	Material	KG	6,00000000	12,63	75,78	
Insumo	00043677	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	13,05140000	103,74	1.353,95	
Insumo	00022692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,06670000	9,20	0,61	
Insumo	00043622	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	0,60740000	31,80	19,32	
Insumo	00020247	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	2,12760000	20,52	43,66	
				MO sem		2.150,17	LS =>	0,00 MO com LS =>	2.150,17
				Valor do		1.076,47		Valor com BDI =>	6.249,32

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	97739	SINAPI	PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M².	Estruturas Pré-Fabricadas	m²	1,0000000	3.730,21	3.730,21	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	22,0181000	31,44	692,24	
Composição	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPa, TRAÇO 1:2:12,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	1,2000000	758,24	909,88	
Composição	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	4,6408000	1,70	7,88	
Composição	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	1,1233000	37,39	42,00	
Composição	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,4398000	39,62	17,42	
Composição	90587	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	12,6542000	0,54	6,83	
Composição	92767	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM.	Armação para Estruturas	KG	21,9997000	19,40	404,79	
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	7,8158000	29,67	231,89	
Composição	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,5632000	28,54	44,61	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	22,0181000	26,93	592,94	
Insumo	00020247	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	0,4377000	20,52	8,98	
Insumo	00005073	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	Material	KG	0,6552000	18,89	12,38	
Insumo	0001358	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	8,4225000	83,61	704,21	
Insumo	00022692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,0667000	9,20	0,61	
Insumo	0004362	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	0,6074000	31,80	19,32	
Insumo	00004491	SINAPI	PONTALETE "7,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	5,0545000	6,78	34,27	
				MO sem		1.399,06	LS =>	0,00 MO com LS =>	1.399,06
				Valor do		776,25		Valor com BDI =>	4.506,46

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97739	SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M².	Estruturas Pré-Fabricadas	m²	1,0000000	3.054,76	3.054,76
Composição	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPa, TRAÇO 1:2,12,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	1,2000000	758,24	909,88
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	3,6780000	29,67	109,12
Composição	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,7356000	28,54	20,99
Composição	92767	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM.	Armação para Estruturas	KG	28,3969000	18,40	523,43
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	22,4974000	31,44	707,31
Composição	90587	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	12,7788000	0,54	6,90
Composição	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,3130000	39,62	12,40
Composição	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	4,6865000	1,70	7,96
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	22,4974000	26,93	605,85
Composição	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	0,4228000	37,39	15,80
Insumo	0004517	SINAPI	SARRAFO "2,5 x 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	4,4770000	2,37	10,61
Insumo	00020247	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	0,2619000	20,52	5,37
Insumo	0001358	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	1,3112000	83,61	109,63
Insumo	00022692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,0567000	9,20	0,52
				MO sem	1.321,82	LS =>	0,00 MO com LS =>	1.321,82
				Valor do	635,69		Valor com BDI =>	3.690,45

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97733	SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE ATÉ 10 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M².	Estruturas Pré-Fabricadas	m²	1,00000000	4.207,03	4.207,03
Composição	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	9,06850000	29,67	269,06

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros			BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,46%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)			BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.		Total	
Composição	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTERO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.8137000	28,54	51,76	
Composição	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	1.0401000	37,39	38,88	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	31.9930000	26,93	861,57	
Composição	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	6.6350000	1,70	11,27	
Composição	90587	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	18.0917000	0,54	9,76	
Composição	92767	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 4,2 MM - MONTAGEM.	Armação para Estruturas	KG	42.6463000	18,40	784,69	
Composição	94971	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1.2.3.2.7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM	Produção de Concreto	m³	1.2000000	733,46	880,15	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	31.9930000	31,44	1.005,85	
Composição	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0.7736000	39,62	30,65	
Insumo	0002047	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	0.6445000	20,52	13,23	
Insumo	00002692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0.1200000	9,20	1,10	
Insumo	00001358	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X	Material	m²	2.9790000	83,61	249,07	
				MO sem	1.981,74	LS =>	0,00	MO com LS =>	1.981,74
				Valor do	875,48			Valor com BDI =>	5.082,51

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91278	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Custos Horários Produtivo	CHI	1.0000000	0,87	0,87	
Composição	91273	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,69	0,69	
Composição	91274	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,18	0,18	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,18			Valor com BDI =>	1,05

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91277	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Custos Horários Produtivo	CHP	1.0000000	11,56	11,56	
Composição	91276	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	9,83	9,83	
Composição	91273	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,69	0,69	
Composição	91275	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,86	0,86	
Composição	91274	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,18	0,18	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	2,40			Valor com BDI =>	13,96

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91273	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,69	0,69	
Insumo	00001442	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLO TIPO PLACA VIBRATORIA REVERSIVEL, A GASOLINA 4 TEMPOS, PESO 125 A 150 KG, FORCA CENTRIF.	Equipamento para	UN	0.0000533	12.958,65	0,69	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,14			Valor com BDI =>	0,83

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91274	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,18	0,18	
Insumo	00001442	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLO TIPO PLACA VIBRATORIA REVERSIVEL, A GASOLINA 4 TEMPOS, PESO 125 A 150 KG, FORCA CENTRIF.	Equipamento para	UN	0.0000143	12.958,65	0,19	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0.03			Valor com BDI =>	0,21

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91275	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	0,86	0,86	
Insumo	00001442	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLO TIPO PLACA VIBRATORIA REVERSIVEL, A GASOLINA 4 TEMPOS, PESO 125 A 150 KG, FORCA CENTRIF.	Equipamento para	UN	0.0000667	12.958,65	0,86	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,17			Valor com BDI =>	1,03

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	91276	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	9,83	9,83	
Insumo	00004222	SINAPI	GASOLINA COMUM	Material	L	1.4400000	6,83	9,84	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	2,04			Valor com BDI =>	11,87

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	101624	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, COM CAMADA DE BRITA,	Escoramento e Preparo de	m³	1,0000000	359,65	359,65	
Composição	91533	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,0325000	46,84	1,52	
Composição	5678	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,0794000	153,39	12,17	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,8579000	26,93	23,10	
Composição	5679	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Custos Horários Produtivo	CHI	0,3972000	66,32	26,34	
Composição	91534	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	0,0302000	38,54	1,16	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,5720000	31,44	17,98	
Insumo	00004720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	1,1000000	252,17	277,39	
				MO sem		44,95	LS =>	0,00	
				Valor do		74,84		MO com LS =>	44,95
								Valor com BDI =>	434,49

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	101616	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	Escoramento e Preparo de	m²	1.0000000	7,61	7,61	
Composição	91533	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0.0036000	46,84	0,16	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0.1020000	31,44	3,20	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0.1531000	26,93	4,12	
Composição	91534	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	0.0036000	38,54	0,13	
				MO sem	5,60	LS =>	0,00	MO com LS =>	5,60
				Valor do	1,58			Valor com BDI =>	9,19

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	101619	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA; LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	Escoramento e Preparo de	m³	1,0000000	462,43	462,43	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	3,7407000	26,93	100,73	
Composição	91533	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP	0,0718000	46,84	3,36	
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	2,4938000	31,44	78,40	
Composição	91534	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI	0,0666000	38,54	2,56	
Insumo	00004720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	1,1000000	252,17	277,39	
				MO sem	136,10	LS =>	0,00	MO com LS =>	136,10
				Valor do	96,23			Valor com BDI =>	558,66

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5679	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Custos Horários Produtivo	CHI	1.0000000	66,32	66,32	
Composição	88857	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	26,12	26,12	
Composição	88858	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	6,90	6,90	
Composição	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	33,30	33,30	
				MO sem	26,85	LS =>	0,00	MO com LS =>	26,85
				Valor do	13,80			Valor com BDI =>	80,12

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	5678	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Custos Horários Produtivo	CHP	1.0000000	153,39	153,39	
Composição	88858	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	6,90	6,90	
Composição	5664	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	32,65	32,65	
Composição	88857	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	26,12	26,12	
Composição	88294	SINAPI	OPERADOR DE ESCAVADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1.0000000	33,30	33,30	
Composição	53786	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	54,42	54,42	
				MO sem	26,85	LS =>	0,00	MO com LS =>	26,85
				Valor do	31,92			Valor com BDI =>	185,31

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88857	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LIQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H	1.0000000	26,12	26,12	
Insumo	00036531	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACAO 4 X 4, POTENCIA LIQUIDA 88 HP, PESO OPERACIONAL	Equipamento para	UN	0.0000560	466.463,38	26,12	
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	5,43			Valor com BDI =>	31,55

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,46%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88586	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	6,90	6,90
Insumo	00036531	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACAO 4 X 4, POTENCIA LIQUIDA 88 HP, PESO OPERACIONAL	Equipamento para	UN		0,0000148	466.463,38	6,90
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	1,43			Valor com BDI =>	8,33
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5664	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	32,65	32,65
Insumo	00036531	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRACAO 4 X 4, POTENCIA LIQUIDA 88 HP, PESO OPERACIONAL	Equipamento para	UN		0,00000700	466.463,38	32,65
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	6,79			Valor com BDI =>	39,44
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	53786	SINAPI	RETROSCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	54,42	54,42
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L		8,53000000	6,38	54,42
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	11,32			Valor com BDI =>	65,74
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI		1,00000000	37,39	37,39
Composição	91689	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - JUROS. AF_08/2015	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,02	0,02
Composição	88297	SINAPI	OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	37,26	37,26
Composição	91688	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,11	0,11
				MO sem	30,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,81
				Valor do	7,78			Valor com BDI =>	45,17
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP		1,00000000	39,62	39,62
Composição	91691	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - MATERIAIS NA	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	2,16	2,16
Composição	88297	SINAPI	OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	37,26	37,26
Composição	91688	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,11	0,11
Composição	91689	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - JUROS. AF_08/2015	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,02	0,02
Composição	91690	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - MANUTENÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,07	0,07
				MO sem	30,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,81
				Valor do	8,24			Valor com BDI =>	47,86
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91688	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,11	0,11
Insumo	00014618	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELETRICO, POTENCIA DE "1600" W, PARA DISCO DE DIAMETRO DE 10" (250 MM)	Equipamento para	UN		0,0000720	1.573,11	0,11
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,02			Valor com BDI =>	0,13
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91689	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - JUROS. AF_08/2015	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,02	0,02
Insumo	00014618	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELETRICO, POTENCIA DE "1600" W, PARA DISCO DE DIAMETRO DE 10" (250 MM)	Equipamento para	UN		0,0000148	1.573,11	0,02
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,00			Valor com BDI =>	0,02
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91690	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - MANUTENÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,07	0,07
Insumo	00014618	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELETRICO, POTENCIA DE "1600" W, PARA DISCO DE DIAMETRO DE 10" (250 MM)	Equipamento para	UN		0,0000500	1.573,11	0,08
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,01			Valor com BDI =>	0,08
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	91691	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - MATERIAIS NA	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	2,16	2,16
Insumo	00002705	SINAPI	ENERGIA ELETTRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Franquia	KWH		1,36000000	1,59	2,16
				MO sem	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,44			Valor com BDI =>	2,60
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	26,93	26,93
Composição	95378	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,40	0,40
Insumo	00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H		1,00000000	18,98	18,98
Insumo	00043491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	1,39	1,39
Insumo	00043467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	0,61	0,61
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,60	0,60
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,08	0,08
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	1,43	1,43
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	3,44	3,44
				MO sem	19,38	LS =>	0,00	MO com LS =>	19,38
				Valor do	5,60			Valor com BDI =>	32,53
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	30,71	30,71
Composição	95385	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TELHADISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,26	0,26
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,08	0,08
Insumo	00043459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTERIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	0,44	0,44
Insumo	00043483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTERIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	1,43	1,43
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	3,44	3,44
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,60	0,60
Insumo	00012869	SINAPI	TELHADOR / TELHADISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H		1,00000000	23,03	23,03
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	1,43	1,43
				MO sem	23,29	LS =>	0,00	MO com LS =>	23,29
				Valor do	6,39			Valor com BDI =>	37,10
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89031	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo	CHI		1,00000000	85,31	85,31
Composição Auxiliar	88324	SINAPI	TRATORISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	37,26	37,26
				Parâmetros					
Composição	89029	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - DEPRECIAÇÃO. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	33,36	33,36
Composição	89030	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - JUROS. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	14,69	14,69
				MO sem	30,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,81
				Valor do	17,75			Valor com BDI =>	103,06
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89032	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo	CHP		1,00000000	211,56	211,56
Composição	88324	SINAPI	TRATORISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	37,26	37,26
Composição	53817	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - MATERIAIS NA OPERAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	66,60	66,60
Composição	89030	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - JUROS. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	14,69	14,69
Composição	5724	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - MANUTENÇÃO. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	59,65	59,65
Composição	89029	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - DEPRECIAÇÃO. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	33,36	33,36
				MO sem	30,81	LS =>	0,00	MO com LS =>	30,81
				Valor do	44,02			Valor com BDI =>	255,58

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS DE PREÇOS UNITÁRIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros				BDI Geral: 20,81%	Encargo Social Mensalista: 72,48%	Data: 28/08/2025
Bancos: SINAPI (07/2025) - CPOSI/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)				BDI Equipamentos: 13,51%	Encargo Social Horista: 118,72%	Revisão: 00

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Und	Quant.			Total
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89029	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - DEPRECIAÇÃO. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	33,36	33,36
Insumo	00007622	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA DE 100 HP, PESO OPERACIONAL DE 9,4 T, COM LAMINA COM CAPACIDADE DE 2,19 M3	Equipamento para	UN		0,0000311	1.072.975,67	33,37
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	6,94			Valor com BDI =>	40,30
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	89030	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - JUROS. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	14,69	14,69
Insumo	00007622	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA DE 100 HP, PESO OPERACIONAL DE 9,4 T, COM LAMINA COM CAPACIDADE DE 2,19 M3	Equipamento para	UN		0,0000137	1.072.975,67	14,70
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	3,05			Valor com BDI =>	17,74
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5724	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - MANUTENÇÃO. AF_06/2014	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	59,65	59,65
Insumo	00007622	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA DE 100 HP, PESO OPERACIONAL DE 9,4 T, COM LAMINA COM CAPACIDADE DE 2,19 M3	Equipamento para	UN		0,0000556	1.072.975,67	59,66
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	12,41			Valor com BDI =>	72,06
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	53817	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - MATERIAIS NA OPERAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	66,60	66,60
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L		10,44000000	6,38	66,61
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	13,85			Valor com BDI =>	80,45
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	85324	SINAPI	TRATORISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	37,26	37,26
Composição	95386	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TRATORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H		1,00000000	0,35	0,35
Insumo	00004230	SINAPI	OPERADOR DE MAQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)	Mão de Obra	H		1,00000000	30,46	30,46
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	3,44	3,44
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	1,43	1,43
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,60	0,60
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	0,89	0,89
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H		1,00000000	0,01	0,01
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H		1,00000000	0,08	0,08
				MO sem	30,81	LS =>		0,00 MO com LS =>	30,81
				Valor do	7,75			Valor com BDI =>	45,01
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90567	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHI		1,00000000	0,54	0,54
Composição	90582	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,44	0,44
Composição	90583	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - JUROS. AF_06/2015	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,10	0,10
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,11			Valor com BDI =>	0,65
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO.	Custos Horários Produtivo	CHP		1,00000000	1,70	1,70
Composição	90582	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,44	0,44
Composição	90584	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - MANUTENÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,34	0,34
Composição	90585	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - MATERIAIS NA	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,82	0,82
Composição	90583	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - JUROS. AF_06/2015	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,10	0,10
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,35			Valor com BDI =>	2,05
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90582	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - DEPRECIAÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,44	0,44
Insumo	00013896	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSAO, DIAMETRO DA PONTEIRA DE "45" MM, COM MOTOR ELETTRICO TRIFASICO DE 2 HP (2 CV)	Equipamento para	UN		0,0001280	3.449,30	0,44
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,09			Valor com BDI =>	0,53
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90583	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - JUROS. AF_06/2015	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,10	0,10
Insumo	00013896	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSAO, DIAMETRO DA PONTEIRA DE "45" MM, COM MOTOR ELETTRICO TRIFASICO DE 2 HP (2 CV)	Equipamento para	UN		0,0000296	3.449,30	0,10
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,02			Valor com BDI =>	0,12
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90584	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - MANUTENÇÃO.	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,34	0,34
Insumo	00013896	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSAO, DIAMETRO DA PONTEIRA DE "45" MM, COM MOTOR ELETTRICO TRIFASICO DE 2 HP (2 CV)	Equipamento para	UN		0,0001000	3.449,30	0,34
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,07			Valor com BDI =>	0,41
	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90585	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - MATERIAIS NA	Depreciação, Juros,	H		1,00000000	0,82	0,82
Insumo	00002705	SINAPI	ENERGIA ELETTRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Franquia	KWH		0,52000000	1,59	0,83
				MO sem	0,00	LS =>		0,00 MO com LS =>	0,00
				Valor do	0,17			Valor com BDI =>	0,99
				Total sem BDI					589.830,03
				Total do BDI					122.692,85
				Total Geral					712.522,88

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m² - Itens não financeiros

BDI Geral:

20,81%

Encargo Social Mensalista:

72,48%

Data:

28/08/2025

Bancos:

BDI Equipamentos:

13,51%

Encargo Social Horista:

118,72%

Revisão:

00

SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
92394 SINAPI		EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	Pavimento Intertravado	m²	731,7	164,74	120.540,25	16,92	16,92
CCU_PCL_004 Próprio		MURO DE ALVENARIA H = 2,00 m COM PILARES A CADA 3 m	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	M	132,33	849,88	112.464,62	15,78	32,70
CPU_UBS_001 Próprio		ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - OBRA UBS - PLANALTO	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	UN	1,0	111.029,28	111.029,28	15,58	48,28
94992 SINAPI		EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	Passeios de Concreto	m²	826,53	127,30	105.217,26	14,77	63,05
CPU_SUBS_001 Próprio		SUBESTAÇÃO TRIFÁSICA DE 112,5 Kva	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA-ELETIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UND	1,0	63.019,50	63.019,50	8,84	71,90
000013 SBC		SONDAGEM TERRENO POR APARELHO DE PERFURAÇÃO MECÂNICA D=4"	Demolições e Remoções	M	15,0	1.553,43	23.301,45	3,27	75,17
97622 SINAPI		DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m³	186,35	84,88	15.817,38	2,22	77,39
96297 SINAPI		CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	M	1.797,7	7,93	14.255,76	2,00	79,39
91860 SINAPI		ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	591,00	19,07	11.270,37	1,58	80,97
CCU_DRE_002 Próprio		TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 250 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Instalações Prediais de Águas Pluviais - Tubos, Conexões, Caixas e Ralos	M	57,34	194,54	11.154,92	1,57	82,53
104789 SINAPI		DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	36,43	298,70	10.881,64	1,53	84,06
059252 SBC		SWITCH WIRED TP - LINK GIGABIT 24 PORTAS TL - SG1024D.	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-CFTV-CATV	UN	5,0	2.044,02	10.220,10	1,43	85,50
98065 SINAPI		SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,88 M, ALTURA INTERNA = 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 31,4 M² (PARA 12 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	Fossas e Sumidouros	UN	1,0	8.976,44	8.976,44	1,26	86,75
CPU2533 Próprio		TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	UND	1,0	8.732,34	8.732,34	1,23	87,98
Próprio		BOMBA DE VÁCUO BIVOLT	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	UN	1,0	7.460,07	7.460,07	1,05	89,03
CPU_GMED_002		FILTRO ANAERÓBIO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTURA INTERNA = 1,50 M, VOLUME ÚTIL: 5338,6 L (PARA 34 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	Fossas e Sumidouros	UN	1,0	7.181,15	7.181,15	1,01	90,04
98060 SINAPI		COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO - 100 L - ISENTO DE ÓLEO - 220V	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PECAS	UN	1,0	6.340,31	6.340,31	0,89	90,93
CPU_GMED_001		CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TUBOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	Caixas Enterradas	UN	7,0	797,47	5.582,29	0,78	91,71
99253 SINAPI		PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	1,0	4.814,65	4.814,65	0,68	92,38
98304 SINAPI		EMENDA PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA 50MM E ALTURA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2023	Eletrocalhas	UN	44,0	87,39	3.845,16	0,54	92,92
98307 SINAPI		TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	59,0	61,04	3.601,36	0,51	93,43
100560 SINAPI		QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.2. 20X20X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS, PADRÃO TELEBRAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	22,0	162,83	3.582,26	0,50	93,93
92849 SINAPI		TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	Assentamento de tubos de esgoto ou drenagem pluvial em concreto	M	14,3	245,02	3.503,78	0,49	94,42
98053 SINAPI		TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,40 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 3463,6 L (PARA 13 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	Fossas e Sumidouros	UN	1,0	3.394,65	3.394,65	0,48	94,90
059441 SBC		PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 2,50M	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-CFTV-CATV	UN	96,0	34,33	3.295,68	0,46	95,36
95727 SINAPI		ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	Instalações Elétricas - Eletrodutos, Conexões e Conduítes Aparentes	M	109,9	29,26	3.215,67	0,45	95,81
98302 SINAPI		PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	2,0	1.569,61	3.139,22	0,44	96,25
98504 SINAPI		PLANTIO DE GRAMA BATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	Paisagismo - Plantio	m²	135,67	20,09	2.725,61	0,38	96,64
059318 SBC		RACK DE PISO 28U x 570mm 19" COM PORTA DE ACRILICO FUME	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-CFTV-CATV	UN	1,0	2.172,94	2.172,94	0,30	96,94
100986 SINAPI		CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	m³	179,09	11,36	2.034,46	0,29	97,23
CPU2535 Próprio		LICENÇA E APROVAÇÃO PPICP - CBMIRO	INSTALACOES ELETRICAS - SONORIZACAO	UND	1,0	1.917,49	1.917,49	0,27	97,50
068550 SBC		RACK 16U 19" x 675mm COM PORTA DE ACRILICO FUME	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E CABOS	UN	1,0	1.870,57	1.870,57	0,26	97,76
063036 SBC		ELETROCALHA LISA TIPO "U" CHAPA 26 50x50mm	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E CABOS	M	51,4	36,37	1.869,41	0,26	98,02
93358 SINAPI		ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	Escavação de Valas	m³	13,8	128,68	1.775,78	0,25	98,27
98525 SINAPI		LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	Supressão Vegetal	m³	1.790,92	0,85	1.522,28	0,21	98,48
97652 SINAPI		REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MAIOR OU IGUAL A 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	UN	5,0	280,11	1.400,55	0,20	98,68
105550 SINAPI		CÂMERA IP SPEED DOME - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	Iluminação Predial e Monitoramento	UN	9,0	140,98	1.268,82	0,18	98,86
105553 SINAPI		CÂMERA IP BULLET - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	Iluminação Predial e Monitoramento	UN	9,0	134,98	1.214,82	0,17	99,03
97647 SINAPI		REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCEMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	226,54	5,25	1.189,33	0,17	99,20
059442 SBC		PATCH CORDS RJ45 CAT 5 4 PARES 1,5M	INSTALACOES DE TELEFONE-LOGICA-CFTV-CATV	UN	19,0	53,84	1.022,96	0,14	99,34
063542 SBC		TAMPA DE ENCAIXE PARA ELETROCALHA 50mm CHAPA 24	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E CABOS	UN	17,3	36,94	639,06	0,09	99,43
CCU_DRE_001 Próprio		TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 200 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	Instalações Prediais de Águas Pluviais - Tubos, Conexões, Caixas e Ralos	M	5,2	122,23	635,59	0,09	99,52
CPU_LOG_001 Próprio		Kit Ventilação composto por 4 Ventiladores Bi-Volts, Inclusive fixação em Rack 19"	1608	und	1,0	602,43	602,43	0,08	99,60
CPU2534 Próprio		ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	Instalações Elétricas - Eletrodutos, Conexões e Conduítes Aparentes	UND	1,0	345,02	345,02	0,05	99,65
95728 SINAPI		ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	M	8,0	37,57	300,56	0,04	99,69
100561 SINAPI		QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.3. 40X40X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS, PADRÃO TELEBRAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	Redes de Lógica, Telefonia e Imagem	UN	1,0	291,67	291,67	0,04	99,74
062535 SBC		SUPORTE SUSPENSÃO VERTICAL PARA ELETROCALHA 50 x 50 mm	INSTALACOES ELETRICAS - DUTOS E TOMADAS	UN	44,0	5,87	258,28	0,04	99,77
96984 SINAPI		ELETRODUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA	UN	3,0	81,24	243,72	0,03	99,81
063614 SBC		SAIDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1 1/2"	INSTALACOES ELETRICAS - LEITOS E CABOS	UN	17,0	11,63	197,71	0,03	99,83
97881 SINAPI		CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	Caixas Enterradas	UN	1,0	170,40	170,40	0,02	99,86
91944 SINAPI		CAIXA RETANGULAR 4" X 4" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	UN	9,0	18,88	169,92	0,02	99,88
059458 SBC		REGUA 19" COM 12 TOMADAS 2P+T	Instalações de Telefunção-LOGICA-CFTV-CATV	UN	2,0	84,09	168,18	0,02	99,90
97314 SINAPI		TÊ HORIZONTAL 90°, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 75MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2023	Eletrocalhas	UN	1,0	143,28	143,28	0,02	99,92
92869 SINAPI		CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	UN	9,0	15,70	141,30	0,02	99,94
97275 SINAPI		COTOVELO HORIZONTAL 90° PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 50MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2023	Eletrocalhas	UN	1,0	94,46	94,46	0,01	99,96
95740 SINAPI		CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	Instalações Elétricas - Eletrodutos, Conexões e Conduítes Aparentes	UN	7,0	11,80	82,60	0,01	99,97
062562 SBC		TERMINAL PARA ELETROCALHA 100X50cm	INSTALACOES ELETRICAS - DUTOS E TOMADAS	UN	3,0	22,70	68,10	0,01	99,98
97645 SINAPI		REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	1,5	36,47	54,70	0,01	99,99
97644 SINAPI		REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m²	3,36	14,12	47,44	0,01	99,99
104737 SINAPI		REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	Aterro e Reaterro de Valas	m³	1,42	32,31	45,88	0,01	100,00

Total sem BDI

Total do BDI

Total Geral

589.830,03

122.692,85

712.522,88

Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D

Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m²

Bancos:

SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE (06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

Item	Descrição	Quant.	Und									
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E LICENÇAS											
1.1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - OBRA UBS - PLANALTO	1,00	UN									
	<table><tr><td>QUANTIDADE</td><td>1,00</td><td>UN</td></tr></table>	QUANTIDADE	1,00	UN								
QUANTIDADE	1,00	UN										
1.2	TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1,00	UND									
	<table><tr><td>QUANTIDADE</td><td>1,00</td><td>UN</td></tr></table>	QUANTIDADE	1,00	UN								
QUANTIDADE	1,00	UN										
1.3	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	1,00	UND									
	<table><tr><td>QUANTIDADE</td><td>1,00</td><td>UN</td></tr></table>	QUANTIDADE	1,00	UN								
QUANTIDADE	1,00	UN										
1.4	LICENÇA E APROVAÇÃO PPCIP - CBM/RO	1,00	UND									
	<table><tr><td>QUANTIDADE</td><td>1,00</td><td>UN</td></tr></table>	QUANTIDADE	1,00	UN								
QUANTIDADE	1,00	UN										
1.5	SONDAGEM TERRENO POR APARELHO DE PERFURACAO MECANICA D=4"	15,00	M									
	<table><tr><td>QUANTIDADE DE</td><td>5,00</td><td>UN</td></tr><tr><td>PROFUNDIDADE</td><td>3,00</td><td>M</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>15,00</td><td>M</td></tr></table>	QUANTIDADE DE	5,00	UN	PROFUNDIDADE	3,00	M	TOTAL	15,00	M		
QUANTIDADE DE	5,00	UN										
PROFUNDIDADE	3,00	M										
TOTAL	15,00	M										

Item	Descrição	Quant.	Und																																																
2	SERVIÇOS PRELIMINARES E INDIRETOS																																																		
2.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.	1790,92	m²																																																
	<table><tr><th>AREA TOTAL (m²)</th><th>PERCENTUAL DE INTERVENÇÃO (%)</th><th>TOTAL FINAL (m²)</th></tr><tr><td>2238,65</td><td>80,00%</td><td>1790,92</td></tr></table>	AREA TOTAL (m²)	PERCENTUAL DE INTERVENÇÃO (%)	TOTAL FINAL (m²)	2238,65	80,00%	1790,92																																												
AREA TOTAL (m²)	PERCENTUAL DE INTERVENÇÃO (%)	TOTAL FINAL (m²)																																																	
2238,65	80,00%	1790,92																																																	
2.2	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E	179,09	m³																																																
	<table><tr><th>LIMPEZA</th><th>EXPESSURA (m)</th><th>TOTAL (m³)</th></tr><tr><td>1790,92</td><td>0,10</td><td>179,09</td></tr></table>	LIMPEZA	EXPESSURA (m)	TOTAL (m³)	1790,92	0,10	179,09																																												
LIMPEZA	EXPESSURA (m)	TOTAL (m³)																																																	
1790,92	0,10	179,09																																																	
2.3	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	186,35	m²																																																
	<table><tr><th>AMBIENTE</th><th>PERIMETRO (m)</th><th>ALTURA (m)</th><th>DESCONTOS</th><th>TOTAL (m²)</th></tr><tr><td>SALA 1</td><td>11,18</td><td>2,80</td><td>1,68</td><td>29,62</td></tr><tr><td>SALA 2</td><td>15,08</td><td>2,80</td><td>5,28</td><td>36,94</td></tr><tr><td>SALA 3</td><td>14,58</td><td>2,80</td><td>1,46</td><td>39,36</td></tr><tr><td>SALA 4</td><td>15,30</td><td>2,80</td><td>3,18</td><td>39,66</td></tr><tr><td>SANITARIO</td><td>11,28</td><td>2,80</td><td>1,68</td><td>29,90</td></tr><tr><td>MEIO FIO</td><td>39,71</td><td>0,17</td><td></td><td>6,75</td></tr><tr><td>FOSSA</td><td>10,24</td><td>0,40</td><td></td><td>4,10</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>186,3427</td></tr></table>	AMBIENTE	PERIMETRO (m)	ALTURA (m)	DESCONTOS	TOTAL (m²)	SALA 1	11,18	2,80	1,68	29,62	SALA 2	15,08	2,80	5,28	36,94	SALA 3	14,58	2,80	1,46	39,36	SALA 4	15,30	2,80	3,18	39,66	SANITARIO	11,28	2,80	1,68	29,90	MEIO FIO	39,71	0,17		6,75	FOSSA	10,24	0,40		4,10					186,3427					
AMBIENTE	PERIMETRO (m)	ALTURA (m)	DESCONTOS	TOTAL (m²)																																															
SALA 1	11,18	2,80	1,68	29,62																																															
SALA 2	15,08	2,80	5,28	36,94																																															
SALA 3	14,58	2,80	1,46	39,36																																															
SALA 4	15,30	2,80	3,18	39,66																																															
SANITARIO	11,28	2,80	1,68	29,90																																															
MEIO FIO	39,71	0,17		6,75																																															
FOSSA	10,24	0,40		4,10																																															
				186,3427																																															
2.4	REMOÇÃO DE TESOURAS DE MADEIRA, COM VÃO MAIOR OU IGUAL A 8M, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	5,00	und																																																
	<table><tr><th>QTD (und)</th></tr><tr><td>5</td></tr></table>	QTD (und)	5																																																
QTD (und)																																																			
5																																																			
2.5	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	226,54	m²																																																
	<table><tr><th>AMBIENTE</th><th>ÁREA (m²)</th></tr><tr><td>TELHADO 01</td><td>78,80</td></tr><tr><td>TELHADO 02</td><td>147,74</td></tr><tr><td></td><td>226,5397</td></tr></table>	AMBIENTE	ÁREA (m²)	TELHADO 01	78,80	TELHADO 02	147,74		226,5397																																										
AMBIENTE	ÁREA (m²)																																																		
TELHADO 01	78,80																																																		
TELHADO 02	147,74																																																		
	226,5397																																																		
2.6	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	36,43	m³																																																
	<table><tr><th>AMBIENTE</th><th>ÁREA (m²)</th><th>ESPESSURA (m)</th><th>TOTAL (m³)</th></tr><tr><td>SANITÁRIO</td><td>7,22</td><td>0,08</td><td>0,58</td></tr><tr><td>SALA 01</td><td>7,04</td><td>0,08</td><td>0,56</td></tr><tr><td>SALA 02</td><td>14,20</td><td>0,08</td><td>1,14</td></tr><tr><td>SALA 03</td><td>13,28</td><td>0,08</td><td>1,06</td></tr><tr><td>SALA 04</td><td>14,60</td><td>0,08</td><td>1,17</td></tr><tr><td>PALCO</td><td>14,36</td><td>0,08</td><td>1,15</td></tr><tr><td>SALÃO ABERTO</td><td>106,58</td><td>0,08</td><td>8,53</td></tr><tr><td>ACADEMIA</td><td>51,01</td><td>0,08</td><td>4,08</td></tr><tr><td>BASE EM CONCRETO</td><td>15,85</td><td>0,08</td><td>1,27</td></tr><tr><td>CALÇADA</td><td>211,24</td><td>0,08</td><td>16,90</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>36,43</td></tr></table>	AMBIENTE	ÁREA (m²)	ESPESSURA (m)	TOTAL (m³)	SANITÁRIO	7,22	0,08	0,58	SALA 01	7,04	0,08	0,56	SALA 02	14,20	0,08	1,14	SALA 03	13,28	0,08	1,06	SALA 04	14,60	0,08	1,17	PALCO	14,36	0,08	1,15	SALÃO ABERTO	106,58	0,08	8,53	ACADEMIA	51,01	0,08	4,08	BASE EM CONCRETO	15,85	0,08	1,27	CALÇADA	211,24	0,08	16,90				36,43		
AMBIENTE	ÁREA (m²)	ESPESSURA (m)	TOTAL (m³)																																																
SANITÁRIO	7,22	0,08	0,58																																																
SALA 01	7,04	0,08	0,56																																																
SALA 02	14,20	0,08	1,14																																																
SALA 03	13,28	0,08	1,06																																																
SALA 04	14,60	0,08	1,17																																																
PALCO	14,36	0,08	1,15																																																
SALÃO ABERTO	106,58	0,08	8,53																																																
ACADEMIA	51,01	0,08	4,08																																																
BASE EM CONCRETO	15,85	0,08	1,27																																																
CALÇADA	211,24	0,08	16,90																																																
			36,43																																																

2.7

REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

1,50

m²

AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
SALA 04	1,00	1,50

2.8

REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023

3,36

m²

AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)
SANITÁRIO	1	1,68
SALA 04	1	1,68
		3,36

Item	Descrição	Quant.	Und
3	SANITÁRIO		
3.1	FOSSA, FILTRO E SUMIDOURO		
3.1.1	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,88 M, ALTURA INTERNA = 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 31,4 M² (PARA 12 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	1,00	UN
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO SANITÁRIO DE ITENS NÃO FINACIÁVEIS			
3.1.2	FILTRO ANAERÓBIO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTURA INTERNA = 1,50 M, VOLUME ÚTIL: 5338,6 L (PARA 34 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	1,00	UN
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO SANITÁRIO DE ITENS NÃO FINACIÁVEIS			
3.1.3	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,40 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 3463,6 L (PARA 13 CONTRIBUINTES). AF_12/2020	1,00	UN
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO SANITÁRIO DE ITENS NÃO FINACIÁVEIS			

Item	Descrição	Quant.	Und																																								
4	DRENAGEM																																										
4.1	TUBULAÇÃO																																										
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO DE DRENAGEM DE ITENS NÃO FINACIÁVEIS																																											
4.1.1	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 200 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	5,20	M																																								
	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 250 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	57,34	M																																								
	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE	14,30	M																																								
4.2	ESCAVAÇÃO																																										
4.2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	13,80	m³																																								
<table><tr><th>Dimetro tubo + 10 cm de distancia em cada lado</th><th>comprimento tubo (m)</th><th>profundidade (m)</th><th>volume escavação (m³)</th></tr><tr><td>0,40</td><td>5,20</td><td>0,40</td><td>0,832</td></tr><tr><td>0,45</td><td>13,03</td><td>0,40</td><td>2,3454</td></tr><tr><td>0,45</td><td>13,49</td><td>0,40</td><td>2,4282</td></tr><tr><td>0,45</td><td>11,03</td><td>0,40</td><td>1,9854</td></tr><tr><td>0,45</td><td>11,03</td><td>0,40</td><td>1,9854</td></tr><tr><td>0,45</td><td>7,84</td><td>0,40</td><td>1,4112</td></tr><tr><td>0,50</td><td>10,83</td><td>0,40</td><td>2,166</td></tr><tr><td>0,50</td><td>3,20</td><td>0,40</td><td>0,64</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>13,80</td></tr></table>				Dimetro tubo + 10 cm de distancia em cada lado	comprimento tubo (m)	profundidade (m)	volume escavação (m³)	0,40	5,20	0,40	0,832	0,45	13,03	0,40	2,3454	0,45	13,49	0,40	2,4282	0,45	11,03	0,40	1,9854	0,45	11,03	0,40	1,9854	0,45	7,84	0,40	1,4112	0,50	10,83	0,40	2,166	0,50	3,20	0,40	0,64				13,80
Dimetro tubo + 10 cm de distancia em cada lado	comprimento tubo (m)	profundidade (m)	volume escavação (m³)																																								
0,40	5,20	0,40	0,832																																								
0,45	13,03	0,40	2,3454																																								
0,45	13,49	0,40	2,4282																																								
0,45	11,03	0,40	1,9854																																								
0,45	11,03	0,40	1,9854																																								
0,45	7,84	0,40	1,4112																																								
0,50	10,83	0,40	2,166																																								
0,50	3,20	0,40	0,64																																								
			13,80																																								
4.2.2	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	1,42	m³																																								
<table><tr><th>ÁREA CIRCULAR DO TUBO (m²)</th><th>COMPRIMENTO (m)</th><th>VOLUME (m³)</th></tr><tr><td>0,1256</td><td>5,2</td><td>0,65312</td></tr><tr><td>0,1589625</td><td>13,03</td><td>2,071281375</td></tr><tr><td>0,1589625</td><td>13,49</td><td>2,144404125</td></tr><tr><td>0,1589625</td><td>11,03</td><td>1,753356375</td></tr><tr><td>0,1589625</td><td>11,03</td><td>1,753356375</td></tr><tr><td>0,1589625</td><td>7,84</td><td>1,246266</td></tr><tr><td>0,19625</td><td>10,83</td><td>2,1253875</td></tr><tr><td>0,19625</td><td>3,2</td><td>0,628</td></tr><tr><td></td><td></td><td>12,38</td></tr></table> <table><tr><th>VOLUME ESCAVADO</th><th>VOLUME TUBULAÇÃ</th><th>VOLUME REATERRO</th></tr><tr><td>13,80</td><td>12,38</td><td>1,42</td></tr></table>				ÁREA CIRCULAR DO TUBO (m²)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	0,1256	5,2	0,65312	0,1589625	13,03	2,071281375	0,1589625	13,49	2,144404125	0,1589625	11,03	1,753356375	0,1589625	11,03	1,753356375	0,1589625	7,84	1,246266	0,19625	10,83	2,1253875	0,19625	3,2	0,628			12,38	VOLUME ESCAVADO	VOLUME TUBULAÇÃ	VOLUME REATERRO	13,80	12,38	1,42				
ÁREA CIRCULAR DO TUBO (m²)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)																																									
0,1256	5,2	0,65312																																									
0,1589625	13,03	2,071281375																																									
0,1589625	13,49	2,144404125																																									
0,1589625	11,03	1,753356375																																									
0,1589625	11,03	1,753356375																																									
0,1589625	7,84	1,246266																																									
0,19625	10,83	2,1253875																																									
0,19625	3,2	0,628																																									
		12,38																																									
VOLUME ESCAVADO	VOLUME TUBULAÇÃ	VOLUME REATERRO																																									
13,80	12,38	1,42																																									
4.3	CAIXAS																																										
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO DE DRENAGEM DE ITENS NÃO FINACIÁVEIS																																											
4.3.1	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE	7,00	UN																																								

Item	Descrição	Quant.	Und
5	CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA		
5.1	ELETROCALHAS E ACESSÓRIOS		
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA DE ITENS NÃO			
5.1.1	ELETROCALHA LISA TIPO ""U"" CHAPA 26 50x50mm	51,40	M
5.1.2	COTOVELO HORIZONTAL 90º PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 50MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E	1,00	UN
5.1.3	SUPORTE SUSPENSÃO VERTICAL PARA ELETROCALHA 50 x 50 mm	44,00	UN
5.1.4	TÊ HORIZONTAL 90º, PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA DE 75MM E ALTURA DE 50MM - FORNECIMENTO E	1,00	UN
5.1.5	EMENDA PARA ELETROCALHA, LISA OU PERFURADA EM AÇO GALVANIZADO, LARGURA 50MM E ALTURA 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2023	44,00	UN
5.1.6	TAMPA DE ENCAIXE PARA ELETROCALHA 50mm CHAPA 24	17,30	UN
5.1.7	TERMINAL PARA ELETROCALHA 100X50cm	3,00	UN
5.1.8	SAIDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1 1/2"	17,00	UN
5.2	CABEAMENTO		
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA DE ITENS NÃO			
5.2.1	CABO ELÉTRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	1797,70	M
5.3	CAIXAS		
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA DE ITENS NÃO			
5.3.1	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	1,00	UN
5.3.2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.3, 40X40X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS, PADRÃO TELEBRAS - FORNECIMENTO E	1,00	UN
5.3.3	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.2, 20X20X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, SEM ACESSÓRIOS, PADRÃO TELEBRAS - FORNECIMENTO E	22,00	UN
5.4	ACESSÓRIOS		
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA DE ITENS NÃO			
5.4.1	CÂMERA IP BULLET - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	9,00	UN
5.4.2	CÂMERA IP SPEED DOME - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	9,00	UN
5.5	RACK E SWITCH		
* QUANTIDADES EXTRAIDAS DO PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA DE ITENS NÃO			
5.5.1	RACK DE PISO 28U x 570mm 19" COM PORTA DE ACRILICO FUME	1,00	UN
5.5.2	SWITCH WIRED TP - LINK GIGABIT 24 PORTAS TL - SG1024D.	5,00	UN
5.5.3	Kit Ventilação composto por 4 Ventiladores Bi-Volts, inclusive fixação em Rack 19"	1,00	und
5.5.4	PATCH PANEL 48 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	1,00	UN
5.5.5	REGUA 19" COM 12 TOMADAS 2P+T	2,00	UN
5.5.6	PATCH CORDS RJ45 CAT 6 4 PARES 2,50M	96,00	UN
5.5.7	PATCH CORDS RJ45 CAT 5 4 PARES 1,5M	19,00	UN
5.5.8	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	2,00	UN
5.5.9	RACK 16U 19" x 675mm COM PORTA DE ACRILICO FUME	1,00	UN

5.6	ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS	* QUANTIDADES EXTRAÍDAS DO PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA DE ITENS NÃO FINANCIÁVEIS		
5.6.1	ELETRODUTO PVC RÍGIDO, DIÂMETRO 40MM, COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023		3,00	UN
5.6.2	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.		591,00	M
5.6.3	TOMADA RJ45 CAT 6E (COMPLETA) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025		59,00	UN
5.6.4	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022		8,00	M
5.6.5	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022		109,90	M
5.6.6	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022		7,00	UN
5.6.7	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023		9,00	UN
5.6.8	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023		9,00	UN

Item	Descrição	Quant.	Und								
6	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS										
6.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	731,70	m²								
<table><tr><th>AMBIENTE</th><th>ÁREA (m²)</th></tr><tr><td>ESTACIONAMENTO</td><td>667,42</td></tr><tr><td>EMBARQUE ENTRADA</td><td>64,28</td></tr><tr><td>TOTAL (m²)</td><td>731,70</td></tr></table>				AMBIENTE	ÁREA (m²)	ESTACIONAMENTO	667,42	EMBARQUE ENTRADA	64,28	TOTAL (m²)	731,70
AMBIENTE	ÁREA (m²)										
ESTACIONAMENTO	667,42										
EMBARQUE ENTRADA	64,28										
TOTAL (m²)	731,70										

7	CALÇAMENTO EXTERNO E PAISAGISMO											
7.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA	826,53	m²									
	<table><tr><td>CALÇADA EXTERNA</td><td>826,53</td><td>m²</td></tr></table>	CALÇADA EXTERNA	826,53	m²								
CALÇADA EXTERNA	826,53	m²										
7.2	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	135,67	m²									
	<table><tr><td>área de grama previsto em projeto</td><td>245,22</td><td>m²</td></tr><tr><td>área de grama já contemplada na planilha do MS</td><td>109,55</td><td>m²</td></tr><tr><td>Total</td><td>135,67</td><td>m²</td></tr></table>	área de grama previsto em projeto	245,22	m²	área de grama já contemplada na planilha do MS	109,55	m²	Total	135,67	m²		
área de grama previsto em projeto	245,22	m²										
área de grama já contemplada na planilha do MS	109,55	m²										
Total	135,67	m²										

8 SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 112.5 KVA							
8.1	SUBESTAÇÃO TRIFÁSICA DE 112.5 Kva			1,00 UND			
<table><tr><td>QUANTIDADE</td><td>1,00</td><td>UND</td></tr></table>					QUANTIDADE	1,00	UND
QUANTIDADE	1,00	UND					

9				MURO	
9.1		MURO DE ALVENARIA H = 2,00 m COM PILARES A CADA 3 m		132,33	M
		PERIMETRO		132,33	M

10 GASES MEDICINAIS				
10.1	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO - 100 L - ISENTO DE ÓLEO - 220V			1,00 UN
	QUANTIDADE	1,00	UN	
10.2	BOMBA DE VÁCUO BIVOLT			1,00 UN
	QUANTIDADE	1,00	UN	

<div style="text-align: center;">  Jarbas Carvalho dos Santos Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D Profissional de Porto Velho Mat. 101127 </div>			
<div style="text-align: center;"> Jarbas Carvalho dos Santos Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D </div>			



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações



Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Unidade Básica de Saúde Porte 2 - Área Construída: 500,17m²

Encargo Social Mensalista: Data:
71,54% 12/12/2025

Bancos:
SINAPI (07/2025) - CPOS/CDHU (06/2025) - SBC (08/2025) - ORSE
(06/2025) - IOPES (05/2025) - EMOP (07/2025) - SIURB (01/2025)

Encargo Social Horista: Revisão:
115,48% 01

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS	390 DIAS	420 DIAS
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E LICENÇAS	100,00% 145.325,58	50,00% 72.662,79	50,00% 72.662,79												
2	DEMOLIÇÕES E LIMPEZA DO TERRENO	100,00% 32.947,78			100,00% 32.947,78											
3	SANITÁRIO	100,00% 19.552,24									100,00% 19.552,24					
4	DRENAGEM	100,00% 22.698,24									50,00% 11.349,12	50,00% 11.349,12				
5	CABEAMENTO ESTRUTURADO E REDE LÓGICA	100,00% 74.231,42													50,00% 37.115,71	50,00% 37.115,71
6	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS	100,00% 120.540,25										50,00% 60.270,13	50,00% 60.270,13			
7	CALÇAMENTO EXTERNO E PAISAGISMO	100,00% 107.942,87										50,00% 53.971,44	50,00% 53.971,44			
8	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA 112,5 KVA	100,00% 63.019,50												100,00% 63.019,50		
9	MURO	100,00% 112.464,62											50,00% 56.232,31	50,00% 56.232,31		
10	GASES MEDICINAIS	100,00% 13.800,38														100,00% 13.800,38
Porcentagem			10,2%	10,2%	4,62%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,34%	17,63%	23,93%	16,74%	5,21%	7,15%
Custo			72.662,79	72.662,79	32.947,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.901,36	125.590,68	170.473,87	119.251,81	37.115,71	50.916,09
Porcentagem Acumulado			10,2%	20,4%	25,02%	25,02%	25,02%	25,02%	25,02%	25,02%	29,36%	46,98%	70,91%	87,65%	92,85%	100,0%
Custo Acumulado			72.662,79	145.325,58	178.273,36	178.273,36	178.273,36	178.273,36	178.273,36	178.273,36	209.174,72	334.765,40	505.239,27	624.491,08	661.606,79	712.522,88


Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil / Físico de Obras
CREA 5467 D/O
Prefeitura de Porto Velho
Mat. 103127

Responsável Técnico
Jarbas Carvalho dos Santos
Engenheiro Civil - CREA RO 5467/D



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Av. Sete de Setembro, 1044 - Bairro Centro - CEP 76801097 - Porto Velho - RO - <https://pgm.portovelho.ro.gov.br/>

PARECER PGM - PGM-GAB/PGM-SPACC

PARECER N.º: 276/SPACC/PGM/2026

PROCESSO N.º: 002.000459/2026-31

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

OBJETO: Contratação semi-integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Senhor Secretário,

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Subprocuradoria Administrativa de Convênios e Contratos - SPACC, para análise prévia de legalidade, conforme estabelece o art. 53 da Lei n.º 14.133/2021, que tem por objeto a Contratação semi-integrada de empresa especializada na execução de obra de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto em Porto Velho, RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Porto Velho, através da liberação de recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mediante licitação pública, na modalidade **Concorrência**, conforme justificativa e especificações constantes do **Termo de Referência de Obras e Serviços de Engenharia Definitivo n.º 258-SMCL-DGC, (ID 0919834)**, autorizado pelo Ordenador de Despesa.

I - RELATÓRIO

Os presentes autos encontram-se instruídos, dentre outros, com os seguintes documentos, pertinentes à presente análise:

- Ofício n.º 717/2026/SMCL-DPE, sirvo-me do presente para encaminhar o projeto completo e toda a documentação pertinente à construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Planalto, para conhecimento, análise e demais providências cabíveis, (ID 0828896);
- Documento de Formalização de Demanda - DFD n.º 7/2026/DEA/CGAF/SEMUSA, (ID 0838369)
- Anotação de Responsabilidade Técnica de Obra ou Serviço - ART n.º 2320268500474867 (ID 0839158);
- Registro de Responsabilidade Técnica-RRT n.º 167772776, (ID 0839170);
- Cronograma Físico Financeiro - SEMUSA-DEA, (ID 0843183);
- Planilha Orçamentária não Desonerada - SEMUSA-DEA, (ID 0839233);
- Planilha Orçamentária Desonerada - SEMUSA-DEA, (ID 0843278);
- Memorial Cotação - SEMUSA-DEA (ID 0839241);
- Processo Orçamentação - SEMUSA-DEA, (ID 0839250);
- Declaração Proposta mais Vantajosa, (ID 0843198);
- Planilha Orçamentária Não Desonerada Itens não financiáveis - SEMUSA-DEA, (ID 0842878);
- Relatório de Cotações Itens não financiáveis - SEMUSA-DEA (ID 0842937);
- Planilha Orçamentária Desonerada Itens não Financiáveis - SEMUSA-DEA, (ID 0843010);
- Declaração Proposta mais Vantajosa - SEMUSA-DEA, (ID 0842964);
- Declaração BDI - SEMUSA-DEA, (ID 0843215);
- Justificativa Cálculo BDI - SEMUSA-DEA, (ID 0843234);
- Declaração Parcela de maior relevância - SEMUSA-DEA, (ID 0843225);
- Certidão Inteiro Teor - Registro Geral Livro 2, (ID 0843395);
- Estudo Técnico Preliminar - ETP n.º 18/2026/DEA/CGAF/SEMUSA, (ID 0862049);
- Anexo Matriz de Alocação de Riscos - SEMUSA-DEA, (ID 0865451);
- Minuta do Termo de Referência n.º 8-SEMUSA-DEA, (ID 0864074);
- Despacho n.º 270/SEMUSA-DEA, conforme realização de Estudo Técnico Preliminar, mapa de risco e Minuta do Termo de Referência, devidamente aprovados pelo departamento demandante e ratificados pela Ordenador de Despesas. Desta forma, encaminhamos os autos a essa SMCL para as devidas análises, (ID 0865672);
- Despacho n.º 1201/SMCL-SEL, encaminhamos os autos a essa setorial, para que proceda a análise quanto à regularidade, conformidade e adequada instrução processual, (ID 0868974);
- Despacho n.º 1016/SMCL-DGC, considerando a necessidade de assegurar a integridade do instrumento convocatório, especialmente no que se refere às especificações dos serviços elaboradas pela SEMUSA, encaminham-se os autos à Assessoria Técnica de Engenharia para análise e emissão de parecer técnico, notadamente quanto às peças técnicas de engenharia. Após a devida análise, solicita-se o retorno dos autos a este Departamento de Gestão de Compras para prosseguimento dos trâmites processuais, (ID 0876151);
- Parecer n.º 0517345/2026/SMCL-AE, A solução técnica apresentada no ETP e no Termo de Referência demonstra viabilidade, estando alinhada às normas sanitárias (RDC 50/2002 da ANVISA) e às diretrizes do Novo PAC. Recomenda-se atenção especial à Matriz de Riscos, que aloca à contratada a responsabilidade por divergências geotécnicas do subsolo encontradas durante a execução e recomendo a revisão da divergência de valores entre a Planilha Resumo e o Cronograma Físico-Financeiro para evitar desarranjos no processo licitatório. Feitas estas considerações, encaminho os autos ao Departamento de Gestão de Compras - DGC/SMCL, considerando o despacho do setor requisitante, para análise e apreciação dos apontamentos realizados neste Parecer, e devidas tramitações que se fazem necessárias para continuidade dos ritos processuais, (ID 0877096);
- Despacho n.º 1067/SMCL-DGC, após análise técnica da Assessoria Técnica de Engenharia - AE/SMCL, constante no Parecer Técnico ID 0877096, recomenda-se à secretaria demandante especial atenção à Matriz de Riscos, a qual atribui à contratada a responsabilidade por eventuais divergências geotécnicas do subsolo identificadas durante a execução contratual. Ademais, recomenda-se a revisão da divergência de valores constatada entre a Planilha Resumo e o Cronograma Físico-Financeiro, a fim de evitar inconsistências e possíveis desarranjos no decorrer do processo licitatório. Após o atendimento das solicitações constantes no parecer técnico de engenharia, solicita-se o retorno dos autos a este Departamento de Gestão de Compras para prosseguimento dos trâmites processuais, (ID 0899179);
- Despacho n.º 279/2026/DEA/CGAF/SEMUSA, encaminham-se os presentes autos ao Departamento de Projetos de Engenharia - DPE/SMCL para análise e adoção das providências quanto aos apontamentos técnicos constantes no Parecer Técnico ID 0877096 (Parecer n.º 0517345/2026/SMCL-AE), exarado pela Assessoria Técnica de Engenharia - AE/SMCL. Após análise e manifestação, solicita-se o retorno dos autos a esta Secretaria (SEMUSA) para prosseguimento, (ID 0902464);

- Anexo Cronograma Físico Financeiro Atualizado - SMCL-DPE, (ID 0905538);
- Despacho n.º 78/SMCL-DPE, considerando o pleno atendimento das solicitações técnicas exaradas, restituímos os presentes autos a este Departamento de Gestão de Compras para o regular prosseguimento dos trâmites processuais, (ID 0905681);
- Termo de Referência de Obras e Serviços de Engenharia Definitivo n.º 258-SMCL-DGC, (ID 0919834);
- Despacho n.º 1092/SMCL-DGC, encaminhamos os autos para que proceda à CONFERÊNCIA E ANÁLISE do Termo de Referência. Caso a secretaria discorde com a formação do referido Termo, solicitamos a manifestação por escrito o mais breve possível. Havendo concordância com os termos expostos, solicitamos providências da INCLUSÃO E ASSINATURA do Termo de Referência e emissão de Controle de Execução Orçamentária – CEO e Pré-Empenho. Posteriormente retornar os autos a este Departamento de Gestão de Compras - DGC/SMCL, para providências ulteriores, (0923174);
- Despacho n.º 304/2026/DEA/CGAF/SEMUSA, encaminhamos os autos ao DIOR/SEMUSA para emissão de Controle de Execução Orçamentária – CEO e Pré-Empenho, (ID 0925651);
- Controle de Execução Orçamentária - CEO n.º 631/2026, (ID 0927397);
- Despacho n.º 685/SEMUSA-DIOR, encaminhamos os autos para elaboração da Nota de Pré-empenho, conforme o Controle da Execução Orçamentária – CEO. Solicitamos portanto, que, após a elaboração do Pré-empenho, os autos sejam devolvidos a esta Divisão de Orçamento/SEMUSA, para prosseguirmos com os procedimentos administrativos necessários, (ID 0927445);
- Nota de Pré-Empenho n.º 508/2026, de Responsabilidade da SEMEC-DEXO, (ID 0941732);
- Despacho n.º 1434/SEMEC-DEXO, encaminhamos os autos à decisão discricionária dessa secretaria quanto ao prosseguimento da despesa demandada, (ID 0942497);
- Despacho n.º 319/2026/DEA/CGAF/SEMUSA, encaminha-se os autos ao SMCL-DGC para demais providências que se fizerem necessárias, (ID 0947160);
- Despacho n.º 1161/SMCL-DGC, encaminham-se os autos ao Gabinete desta Secretaria para confirmação da modalidade licitatória e designação da equipe responsável pela condução da licitação, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021. Concluídas essas providências, solicitamos o retorno dos autos a este Departamento para o devido prosseguimento do trâmite processual, (ID 0949932);
- Despacho n.º 1413/SMCL-SEL, do Sr. Ian Barros Mollmann, Secretário Executivo de Gestão de Licitações – SMCL, determinando a Elaboração de Minuta de Edital na Modalidade CONCORRÊNCIA em sua Forma ELETRÔNICA e Indicação da Equipe de Licitação, (ID 0950054);
- Minuta de Edital e seus Anexos, (ID 0948322);
- Despacho n.º 1166/ SMCL-DGC, encaminhamos os autos para elaboração da Justificativa dos Índices Financeiros. Após, retornem os autos a este Departamento de Gestão de Compras para prosseguimento, (ID 0951308);
- Parecer n.º 168/SMCL-ASC, Conclui-se, que, o item referente à qualificação econômico-financeira do referida minuta do instrumento convocatório, encontra-se em conformidade normas e critérios técnicos para publicação, (ID 0953177);
- Check List – Lista de Verificação da Fase Preparatória da Licitação, (ID 0952359);
- Despacho n.º 1168/SMCL-DGC, sugerimos o encaminhamento dos autos à Diretoria Executiva – SEMUSA, para Análise e Parecer Jurídico da Minuta de Edital. Após retornar os autos a esta SMCL, para prosseguimento (ID 0953252);
- Despacho n.º 179/SEMUSA-DIEX, vimos por meio deste solicitar a colaboração desta dought PGM para análise e deliberação dos presentes autos, a fim de que seja realizada análise jurídica e emissão de parecer acerca do Despacho, em atendimento à SMCL, (ID 0957165).

Por razões de economia processual, documentos não mencionados no item anterior serão devidamente referenciados ao longo do parecer.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

1. DA FINALIDADE E DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece os I e II do §1º do art. 53, da Lei n.º 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I – apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II – redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direitos levados em consideração na análise jurídica;

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC n.º 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC n.º 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Outrossim, partiremos do pressuposto que a autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promoveu gestão por competências e designou agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei n.º 14.133/2021.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Feitas tais ressalvas, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

2. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n.º 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei n.º 12.305, de 2010).

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal – CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade.

Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n.º 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

- I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
- II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;
- III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, **partiremos da premissa que a área técnica observou todos os critérios de sustentabilidades pertinentes a presente contratação, com o devido detalhamento junto ao Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Projeto Básico.**

3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A Lei n.º 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida Lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

O artigo 18 da Lei n.º 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II – a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III – a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV – o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V – a elaboração do edital de licitação;
- VI – a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII – o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII – a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX – a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X – a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI – a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

(grifou-se)

Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei n.º 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

Alguns dos elementos serão abaixo examinados:

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O artigo 18, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I – descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II – demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III – requisitos da contratação;

IV – estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI – estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII – descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII – justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX – demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI – contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas. (Grifou-se)

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

Além das exigências da Lei n.º 14.133, de 2021, deve a Administração Municipal observar, no que couber, as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras.

No presente caso, **os servidores da área técnica e requisitante elaboraram o Estudo Técnico Preliminar (ID 0862049)**. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.2. Descrição da Necessidade da Contratação

A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n.º 14.133, de 2021, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da

contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto n.º 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n.º 14.133, de 2021, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n.º 14.133, de 2021)

Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

Sem prejuízo dessa constatação, observa-se que, no caso concreto, a **Secretaria descreveu a necessidade administrativa, conforme Estudo Técnico Preliminar.**

3.3. Levantamento de Mercado

Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

O artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa Seges/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.”

Já o art. 44 da Lei n.º 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

Em vista do exposto, registra-se que no caso concreto, a **secretaria realizou a busca por soluções de mercado, conforme Estudo Técnico Preliminar.**

3.4. Definição do Objeto

Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

De acordo com o art. 18, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos. Os critérios de sustentabilidade previstos em leis, decretos e outras normas infralegais deverão ser inseridos na especificação do objeto sempre que obrigatórios, encontrando-se orientações jurídicas sobre o tema no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU.

No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei n.º 4.150, de 1962.

Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

Por fim, deve a **Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras**, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria Seges/ME n.º 938, de 2 de fevereiro de 2022.

No caso dos autos e a despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente a secretaria definiu o objeto de forma a contemplar os elementos acima, sendo que apresentou a devida justificativa junto aos autos, conforme Projeto Básico.

3.5. Quantitativos Estimados

Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

Assim, deve-se evitar, ao máximo, estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

Nesse sentido, o art. 40 da Lei n.º 14.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Deve-se ressaltar que não compete a esta unidade jurídica adentrar em questões técnicas, apenas apontar que o processo necessariamente contenha os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação e verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

No caso concreto, em relação a legitimidade do quantitativo da futura contratação, a unidade demandante apresentou a **Planilha Orçamentária da Obra (ID 0843183), (ID 0839233), (ID 0843278), (ID 0842937), (ID 0842878), (ID 0843010) e (ID 0905538).**

3.6. Parcelamento do objeto da contratação

Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei n.º 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V – atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...) (grifou-se)

Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II – o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II – o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III – o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua:

Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens sejam considerados indivisíveis, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

Por outro lado, a disposição de um objeto em tese indivisível em um mesmo item (como nos casos de aquisição com instalação, por exemplo), ou a agregação de itens em um grupo, pode vir a caracterizar a não observância do referido princípio, demandando, necessariamente, justificativa por parte do órgão ou entidade.

No caso de serviços, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 47, II, §1º, Lei n.º 14.133/2021): I – a responsabilidade técnica; II – o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Dito isso, percebe-se que o presente certame estabeleceu apenas um lote, conforme Anexo I do Edital, com as devidas justificativas contidas no **Estudo Técnico Preliminar**.

3.7. Plano de Contratação Anual

De acordo com a Lei n.º 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria Seges/ME n.º 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:

I – Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;

II – Plano de Contratações Anual;

III – Política de gestão de estoques;

IV – Política de compras compartilhadas;

V – Gestão por competências;

VI – Política de interação com o mercado;

VII – Gestão de riscos e controle preventivo;

VIII – Diretrizes para a gestão dos contratos; e

IX – Definição de estrutura da área de contratações públicas.

Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si.

O Decreto n.º 10.197, de 2022, regulamentou no âmbito da Administração Pública Federal o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, tendo imposto aos órgãos e as entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Convém lembrar que, de acordo com o artigo 17 do Decreto n.º 10.197, de 2022, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

No caso concreto, a **Secretaria justificou o seguinte:**

A presente justificativa tem o condão de suprir a elaboração ordinário do Documento de Formalização da Demanda – DFD no presente processo, referente a Contratação de empresa especializada para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Porte II, no bairro Planalto, no âmbito do Novo PAC – Saúde, proposta nº 11155.7650001/25-021, uma vez que, trata-se de proposta cadastrada em 12/08/2025, cujo os projetos foram encaminhados a esta SEMUSA em 24 de abril de 2026 através do Ofício Nº 717/2026/SMCL-DPE (0828896).

O bairro Planalto, localizado na zona leste da capital Porto Velho/RO, está situado a aproximadamente 10 (dez) quilômetros do centro urbano. A localidade é composta por diversos condomínios habitacionais e imóveis ocupados por famílias, totalizando uma população estimada em cerca de 20 (vinte) mil habitantes.

O acesso da população local aos serviços de saúde é, em sua maioria, dependente de unidades situadas em outras regiões da cidade. A unidade de saúde mais próxima se encontra a mais de 05 (cinco) quilômetros de distância, o que representa uma barreira significativa ao atendimento, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, tais unidades enfrentam situações recorrentes de superlotação, o que compromete a oferta de um atendimento digno e humanizado.

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, instituída pela Portaria nº 675/GM, de 30 de março de 2006, estabelece que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde de forma ordenada, organizada e acolhedora. Também assegura que o problema de saúde deve ser solucionado de maneira adequada, humanizada e livre de qualquer forma de discriminação, garantindo cuidados apropriados ao estado de saúde de cada usuário.

Para assegurar esses direitos, o modelo assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS) propõe a organização dos serviços em formato de rede. Essa configuração envolve a regionalização e a integração das ações de atenção à saúde, com o objetivo de garantir a integralidade da assistência oferecida e otimizar o uso dos recursos públicos, por meio de sua racionalização e sistematização.

Destaca-se ainda que muitos moradores do bairro Planalto são obrigados a percorrer longas distâncias em busca de atendimento, recorrendo a unidades de saúde que, na maioria das vezes, já operam com suas metas de atendimento esgotadas, impossibilitando a prestação adequada dos serviços necessários.

Diante desse cenário, reforça-se que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal, sendo, portanto, essencial garantir o acesso universal e igualitário à atenção à saúde, por meio da construção de uma unidade de saúde que atenda às reais necessidades da comunidade local.

Ademais, a Lei nº 8.080/1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde, dispõe que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, devendo ser assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal, igualitário e contínuo aos serviços de saúde.

Por fim, os artigos 196 a 198 da Constituição Federal reforçam a obrigação do Estado em garantir políticas públicas voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer forma de distinção, assegurando aos cidadãos o pleno exercício desse direito fundamental.

Em relação a NÃO previsão da presente despesa junto no Plano de Contratação Anual a unidade demandante apresentou a justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

3.8. Análise de Riscos

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

No presente caso, **foi juntado aos autos o Mapa de Riscos (ID 0865451), o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei n.º 14.133, de 2021.**

3.9. Orçamento Estimativo

Em relação ao orçamento, é dever da Administração Pública, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, alínea “I”, art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei n.º 14.133/2021).

A Administração ainda, deverá observar o § 2º do artigo 23 da Lei 14.133/2021, que diz:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, conforme Planilha Orçamentária da Obra (ID 0843183), (ID 0839233), (ID 0843278), (ID 0842937), (ID 0842878), (ID 0843010) e (ID 0905538).

3.10. Requisitos Obras e serviços de Engenharia (Projeto Básico, Projeto Executivo e outros)

O Projeto Básico deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXV, da Lei n.º 14.133, de 2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXV – **projeto básico**: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considera- 16 Lei de Licitações e Contratos Administrativos dos os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução; d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução; e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;

Outrossim, nas contratações de obras e serviços de engenharia deverão ser observadas os elementos essenciais elencados a seguir:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 46.

§ 1º **É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo**, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18 desta Lei.

Art. 115.

§ 4º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo **licenciamento ambiental** for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital.

No caso concreto, constam nos autos o **Termo de Referência de Obras e Serviços de Engenharia Definitivo n.º 258-SMCL-DGC e o Projeto Executivo pasta de drive: https://pmpvh-my.sharepoint.com/:f/g/personal/semesc_projetos_pmpvh_onmicrosoft_com/IgCxwT22LI0uSLPhY9YnNq82AOrlon57kbWmzNk6S4UmBU?e=TMzLeq**, sendo estas peças técnicas que não estão abrangidas dentro da esfera de competência deste órgão de assessoramento jurídico. **Assim, partiremos da premissa que a área técnica observou todos os parâmetros técnicos objetivos e legais pertinentes a presente contratação.**

Ressalta-se, todavia, que **não consta nos autos a licença ambiental** para a execução do objeto a ser contratado, conforme exigência legal.

3.11. Da natureza do objeto e a modalidade da licitação

A definição de obras e serviços de engenharia pode ser extraída diretamente da Lei n.º 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XII – obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

(...)

XXI – serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

(...)

O artigo 29 da Lei Federal n.º 14.133/2021, estabelece que a modalidade concorrência aplica-se aos objetos que se enquadrem como obras e serviços de engenharia, vejamos:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Parágrafo único. **O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (grifo nosso)**

No caso concreto, aparentemente, **existe compatibilização do objeto da licitação à modalidade licitatória eleita.**

3.12. Informação sobre o Regime de Execução

Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento/execução de bens/serviços, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, conforme art. 18, VII, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Quanto ao regime de execução de obras e serviços de engenharia a Lei n.º 14.133/2021, estabeleceu que:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I – empreitada por preço unitário;

II – empreitada por preço global;

III – empreitada integral;

IV – contratação por tarefa;

V – contratação integrada;

VI – contratação semi-integrada;

VII – fornecimento e prestação de serviço associado. (grifo nosso)

No caso concreto, **o regime de execução escolhido foi de contratação semi-integrada, conforme Termo de Referência de Obras e Serviços de Engenharia.**

Atendem-se os responsáveis pela condução da licitação, em especial, quando da sua publicação aos prazos estabelecidos para os editais que o regime de contratação semi-integrada é utilizado, que no caso é de 35 (trinta e cinco) dias úteis, conforme alínea “d” do Inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

3.13. Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

O art. 18, inciso III, da Lei n.º 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

No caso concreto, **o tema foi tratado pela secretaria no Termo de Referência de Obras e Serviços de Engenharia.**

3.14. Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei n.º 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

I) modalidade de licitação;

II) critério de julgamento;

III) modo de disputa; e

IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

No caso concreto, **o tema foi tratado pela secretaria na fase de planejamento e encontram-se previstas no Edital (ID 0948322).**

3.15. Objetividade das exigências de qualificação técnica

Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

A exigência de qualificação técnica profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Já a comprovação da qualificação técnico-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei n.º 14.133, de 2021.

No caso concreto, o tema foi tratado pela secretaria no **Termo de Referência de Obras e Serviços de Engenharia.**

3.16 Adequação orçamentária

Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei n.º 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei n.º 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei n.º 14.133, de 2021:

Lei n.º 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, mal baratemento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei n.º 14.230, de 2021)

(...)

IX – ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Lei n.º 14.133, de 2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. (grifou-se)

Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso concreto, **a unidade demandante não demonstrou nos autos a existência de recursos orçamentários relativos a contrapartida da município para a execução da presente contratação e também não consta a documentação referente ao Novo PAC – Saúde, proposta n.º 11155.7650001/25-021.**

4. MINUTA DE EDITAL

A **minuta de edital** foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, **conforme (ID 0948322).**

É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei n.º 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

I) justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto

II) justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;

III) justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e

IV) justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

A motivação, a justificativa, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, julgamento das propostas e participação ou não de consórcio, exigidos pelo art. 18, inciso IX, constam do processo.

4.1. Da restrição a participação de interessados no certame

O art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

Especificamente em relação a consórcios, a Lei n.º 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I – comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III – admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV – impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

No que se refere a cooperativas, a Lei n.º 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I – a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar n.º 130, de 17 de abril de 2009;

II – a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III – qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV – o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

No caso concreto, **observa-se que o edital não prevê restrição a participação de interessados.**

4.2. Da participação de ME, EPP e Cooperativas

Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

4.2.1. Tratamento diferenciado a ME e EPP de natureza facultativa

Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

I) de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II) de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

4.2.2. Previsões da Lei n.º 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP

Inicialmente, convém registrar que a Lei n.º 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e do Decreto n.º 8.538, de 2015, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam:

I) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

II) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

No caso concreto, **a minuta de edital revela que a Administração realizará licitação destinada a ampla concorrência, sem tratamento diferenciado para ME, EPP e Cooperativas assemelhadas, ficando resguardado o direito ao tratamento diferenciado nos moldes da lei.**

4.3. Margens de preferência

De acordo com a Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I – bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II – bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I – será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;

II – poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III – poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e

ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento).

Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

No caso concreto, **a minuta de edital revela que a Administração realizará licitação sem margem de preferência.**

4.4. Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado

O art. 25, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

No caso concreto, **a minuta de edital e anexos revela que a Administração estabeleceu índice de reajustamento de preço, conforme exigência legal.**

4.5. Minuta do Termo de Contrato

A minuta de **termo de contrato** foi juntada aos autos e, aparentemente, **reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie**, em observância ao artigo 92 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5. DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

Os arts. 7º e 8º da Lei n.º 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I – sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II – tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III – não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento). Vigência

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

As regras do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

O Decreto n.º 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto n.º 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei n.º 14.133, de 2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do

desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Decreto n.º 11.246, de 2022

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I – será avaliada na situação fática processual; e

II – poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

(grifou-se)

Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.

Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei n.º 14.133, de 2021, do Decreto n.º 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

No caso concreto, **consta nos autos a designação do agente de contratação e equipe de apoio (ID 0950054).**

6. PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DO CONTRATO

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a **publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município** e no **jornal diário de grande circulação**, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Destacamos também que, **após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos**, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

III. ANÁLISE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL

Conforme se infere dos autos, a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL, no exercício de suas atribuições legais, procedeu a **análise técnica processual (ID 0868974), (ID 0876151), (ID 0877096) e (ID 0899179)**, elaborou o **Termo de Referência de Obras e Serviços de Engenharia Definitivo n.º 258-SMCL-DGC, (ID 0919834)**, bem como a realizou o **Orçamento Estimado da Contratação, conforme Planilha Orçamentária disponibilizada no Link: https://pmpvh-my.sharepoint.com/:f/g/personal/semesc_projetos_pmpvh_onmicrosoft_com/IgCxwT22LI0uSLPhY9YnNq82AOrlon57kbWmzNkJ6S4UmBU?e=TMzLeq**

IV. RECOMENDAÇÕES

a) Juntar ou identificar nos autos a licença ambiental da reforma, conforme exigido no art. 115, §4º da Lei 14.133/2021;

b) Demonstrar a existência de recursos orçamentários para a execução do objeto licitado, sejam mediante Nota de Pré Empenho ou outro documento hábil.

V. CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que **atendidas as recomendações formuladas no ITEM IV deste parecer.**

Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei n.º 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta Procuradoria.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Porto Velho/RO, 22 de maio de 2026.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **SalatIEL Lemos Valverde, Procurador(a)**, em 25/05/2026, às 12:42, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0968380** e o código CRC **2501631E**.

002.000459/2026-31

0968380v7